



Aprovado pelo Parecer nº
198/21/ConsUn de
25/11/2021, com
atualizações do PDI 2022-
2026. Com atualizações
aprovadas no Conselho
Universitário conforme
Resolução 053/25 de
11/12/2025

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO
DE EDUCAÇÃO ESCOLAR
QUILOMBOLA
CAMPUS JOINVILLE**

Joinville, 2024





FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE – FURJ – MANTENEDORA

Presidente

Alexandre Cidral

Vice-Presidente

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Diretor Administrativo

Mário César de Ramos

Procuradoria Geral

Ana Carolina Amorim

Universidade da Região de Joinville – Univille – Mantida

Reitor

Alexandre Cidral

Vice-Reitora

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Pró-Reitor de Ensino

Eduardo Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Paulo Henrique Condeixa de França



Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Patrícia Esther Fendrich Magri

Pró-Reitor de Infraestrutura

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Diretora do Campus São Bento do Sul

Liandra Pereira

Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região – Inovaparq – Mantida

Diretor Executivo

Paulo Marcondes Bousfield

Elaboração

Reitoria

Vice-Reitoria

Pró-Reitoria de Ensino

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

Pró-Reitoria de Infraestrutura

Direção Campus São Bento do Sul

Curso de Educação Escolar Quilombola - Campus Joinville



SUMÁRIO

1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO	8
1.1 Mantenedora	8
1.2 Mantida	9
1.4 Dados socioeconômicos da região	13
1.5 Breve histórico da Furj/Univille	24
1.6 Corpo dirigente	34
1.7 Estrutura organizacional	36
1.7.1 Fundação Educacional da Região de Joinville	39
1.7.2 Universidade da Região de Joinville	39
1.7.2.2 Reitoria	44
1.7.2.3 Campi e unidades	45
1.7.2.4 Cursos de graduação e programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	45
1.7.2.5 Órgãos complementares e suplementares	47
1.7.2.6 Educação a Distância (Unidade Ead - UNEaD)	48
1.8 Planejamento Estratégico Institucional (PEI)	49
1.8.2 A estratégia	50
1.8.3 Objetivos estratégicos	51
1.8.4 Integração do Planejamento Estratégico Institucional com o Curso	51
2 DADOS GERAIS DO CURSO	52
2.1 Denominação do curso	52
2.1.2 Titulação	52
2.2 Endereços de funcionamento do curso	53
2.3 Ordenamentos legais do curso	53
2.4 Modalidade	53
2.5 Número de vagas autorizadas	53
2.6 Conceito Enade e Conceito Preliminar de Curso	54
2.7 Período (turno) de funcionamento	54
2.8 Carga horária total do curso	54



2.9 Regime e duração	54
2.10 Tempo de integralização	55
2.11 Formas de ingresso	55
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	57
3.1 Política institucional de ensino de graduação.....	57
3.2 Política institucional de extensão.....	63
3.3 Política institucional de pesquisa.....	69
3.4 Histórico do curso.....	73
3.5 Justificativa da necessidade social do curso (contexto educacional)	74
3.6 Proposta filosófica da Instituição e do curso.....	78
3.6.1 Educação para o século XXI	78
3.6.2 Universidade.....	86
3.6.3 Concepção filosófica específica do curso.....	88
3.6.4 Competências Gerais para a Formação de Professores para a Educação Básica	91
3.6.5 Competências Específicas para a Formação de Professores para a Educação Básica	93
3.6.6 Competências e habilidades gerais e específicas docentes da Univille	94
3.7 Objetivos do curso.....	95
3.7.1 Objetivo geral do curso.....	95
3.7.2 Objetivos específicos do curso	95
3.8 Perfil profissional do egresso e campo de atuação	96
3.8.1 Perfil profissional do egresso.....	96
3.8.2 Campo de atuação profissional	96
3.9 Estrutura curricular e conteúdos curriculares	97
3.9.1 Matriz curricular	98
3.9.2 Ementas e referencial bibliográfico.....	100
3.9.3 Integralização do curso.....	131
3.9.4 Abordagem dos temas transversais: educação ambiental, educação das relações étnico-raciais e educação em direitos humanos	133
3.9.5 Atividades extracurriculares.....	137
3.10 Metodologia de ensino-aprendizagem.....	139



3.11 Inovação pedagógica e curricular.....	142
3.12 Flexibilização curricular	145
3.13 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem	146
3.14 Apoio ao discente	148
3.14.1 Central de Relacionamento com o Estudante	148
3.14.2 Central de Atendimento Acadêmico	151
3.14.3 Programas de bolsa de estudo.....	151
3.14.5 Assessoria Internacional.....	152
3.14.6 Diretório Central dos Estudantes e representação estudantil.....	154
3.14.7 Coordenação e Área	154
3.14.8 Outros serviços oferecidos	155
3.15 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	157
3.16 Tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem.....	160
3.17 Ambiente Virtual de Aprendizagem	164
3.18 Material didático	165
3.19 Número de vagas	169
4. GESTÃO DO CURSO E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	172
4.1 Gestão do curso	172
4.2 Colegiado do curso.....	173
4.3 Coordenação do curso	175
4.4 Núcleo Docente Estruturante do curso.....	176
4.5 Equipe Multidisciplinar	177
4.6 Corpo docente do curso	178
5 INFRAESTRUTURA	180
5.1 <i>Campus</i> Joinville	181
5.2 Unidade Centro – Joinville.....	184
5.3 Salas/gabinetes de trabalho para professores de tempo integral.....	186
5.4 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos	187
5.5 Espaço para os professores do curso (sala dos professores).....	187
5.6 Salas de aula.....	188



5.5.1 Campus Joinville	188
5.7 Acesso dos alunos a equipamentos de informática.....	190
5.8 Biblioteca – Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville).....	194
5.8.1 Espaço físico, horário e pessoal administrativo	195
5.8.3 Acervo	197
5.8.4 Serviços prestados/formas de acesso e utilização	198
5.8.5 Acesso a bases de dados.....	200
5.8.6 Biblioteca virtual Minha Biblioteca	201
5.8.7 Acervo específico do curso.....	201
5.9 Laboratórios.....	201
5.9.1 Laboratórios de formação básica	204
5.10 Comitê de Ética em Pesquisa e Comitê de Ética na Utilização de Animais.....	205



1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

1.1 Mantenedora

Denominação

Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ

CNPJ: 84.714.682/0001-94

Registro no Cartório Adilson Pereira dos Anjos do Estatuto e suas alterações:

- Estatuto da FURJ protocolo 21640, livro protocolo 7A, livro registro 1.º, fls. 002, Registro 2 em 25/5/1995;
- Primeira alteração, protocolo 70379, livro protocolo 48A, livro registro 9A, fls. 104, Registro 1304 em 14/3/2000;
- Segunda alteração, protocolo 121985, livro protocolo A92 em 21/12/2005;
- Terceira alteração, protocolo 178434, livro protocolo 140 em 6/6/2008;
- Quarta alteração, protocolo 190166, livro protocolo A062, fls. 147, Registro 15289 em 9/4/2015.

Atos legais da mantenedora

- Lei Municipal n.º 871 de 17 de julho de 1967 – autoriza o Prefeito a constituir a Fundação Joinvillense de Ensino (Fundaje);
- Lei n.º 1.174 de 22 de dezembro de 1972 – transforma a Fundaje em Fundação Universitária do Norte Catarinense (Func);
- Lei n.º 1.423 de 22 de dezembro de 1975 – modifica a denominação da Func para Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ).



Endereço da mantenedora

Rua Paulo Malschitzki, n.º 10 – Zona Industrial Norte

CEP 89219-710 – Joinville – SC

Telefone: (47) 3461-9201

www.Univille.br

1.2 Mantida

Denominação

Universidade da Região de Joinville – Univille

Atos legais da mantida

- Credenciamento: Decreto Presidencial s/ n.º de 14/8/1996;
- A última avaliação externa que manteve o credenciamento como Universidade: Portaria MEC 524, de 9 de junho de 2020 publicada no Diário Oficial da União nº 111 de 12 de junho de 2020 retificada no Diário Oficial da União nº 129 de 8 de julho de 2020.

Endereços

- Campus Joinville, sede da Univille

Rua Paulo Malschitzki, 10 – Zona Industrial Norte – CEP 89219-710 – Joinville – SC

Tel.: (47) 3461-9000 - E-mail: univille@univille.br

- Campus São Bento do Sul

Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial – CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC

Tel.: (47) 3631-9100 - E-mail: univillesbs@univille.br



- Unidade Centro – Joinville

Rua Rio do Sul, 270 – Centro – CEP 89202-201 – Joinville – SC

Tel.: (47) 3431-0600 - E-mail: univillecentro@univille.br

- Unidade São Francisco do Sul

Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC

Tel.: (47) 3471-3800 - E-mail: univille.sfs@univille.br

- Polo de Educação a Distância Campus Joinville

Rua Paulo Malschitzki, 10 – Zona Industrial Norte – CEP 89219-710 – Joinville – SC

Tel.: (47) 3461-9000 - E-mail: polobomretiro@univille.br

- Polo de Educação a Distância Campus São Bento do Sul

Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial – CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC

Tel.: (47) 3631-9100 - E-mail: polosbs@univille.br

- Polo de Educação a Distância Unidade Centro – Joinville

Rua Rio do Sul, 270 – Centro – CEP 89202-201 – Joinville – SC

Tel.: (47) 3422-3021 - E-mail: polocentro@univille.br

- Polo de Educação a Distância Unidade São Francisco do Sul

Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC



Tel.: (47) 3471-3800 - E-mail: polosfs@univille.br

- Polo de Educação a Distância Araquari

Rodovia SC-418, 7.231 – CEP 89245-000 – Araquari – SC

Tel.: (47) 3433-3566 - E-mail: poloaraquari@univille.br

- Polo de Educação a Distância Guaratuba

Rua Vieira dos Santos, 1401 – Centro – CEP 83280000 – Guaratuba – SC

Tel.: (47) 3442-1572 - E-mail: polo guaratuba@univille.br

- Polo de Educação a Distância Barra Velha

Av. Thiago Aguir, 334- Jardim Icarai – CEP 88390000 – Barra Velha – SC

Tel.: (47) 3457-1281 - E-mail: polobarravelha@univille.br

- Polo de Educação a Distância Guaramirim

Rua 28 de agosto, 840 – Centro – CEP 89270000 – Guaramirim – SC

Tel.: (47) 3373-0055 - E-mail: pologuaramirim@univille.br

- Polo de Educação a Distância Jaraguá do Sul

Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 744 – Centro – CEP 89251700 – Jaraguá do Sul – SC

Tel.: (47) 3273-1822 - E-mail: polojaragua@univille.br

- Polo de Educação a Distância Itapoá

Rua Wellington Rodrigues Junqueira, 102 – Residência Príncipe – CEP 89249000 – Itapoá – SC

Tel.: (47) 3443-2279 - E-mail: poloitapoa@univille.br



- Polo de Educação a Distância Massaranduba

Rua 11 de novembro, 3715 – Centro – CEP 89108000 – Massaranduba – SC

Tel.: (47) 3379-1574 - E-mail: polomassaranduba@univille.br

- Polo de Educação a Distância Paranaguá (Centro)

Avenida Arthur de Abreu, nº 29, 5º andar, sala 10 – Centro – CEP 83203-210 – Paranaguá – PR

Tel.: (41) 99248-7045 – E-mail: poloparanaguacentro@univille.br

1.3 Missão, Visão e Valores Institucionais da Univille

Missão

Promover, enquanto universidade comunitária, formação humanística, científica e profissional para a sociedade por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, comprometida com a sustentabilidade socioambiental.

Visão

Ser reconhecida nacionalmente como uma universidade comunitária, sustentável, inovadora, empreendedora, internacionalizada e de referência em ensino, pesquisa e extensão.

Valores institucionais

Ética



Construção de relacionamentos pautados na transparência, honestidade e respeito aos direitos humanos promovem o exercício da cidadania e da democracia.

Cidadania

Participação democrática, proatividade e comprometimento promovem o desenvolvimento pessoal e o bem-estar social.

Integração

Ação cooperativa e colaborativa com as comunidades interna e externa constrói o bem comum.

Inovação

Gerar e transformar conhecimento científico e tecnológico em soluções sustentáveis e aplicáveis contribui para o desenvolvimento socioeconômico.

Empreendedorismo

Relacionar-se com a capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços e negócios.

Responsabilidade socioambiental

Gestão de recursos e ações comprometidas com o equilíbrio socioambiental favorecem a qualidade de vida.

1.4 Dados socioeconômicos da região

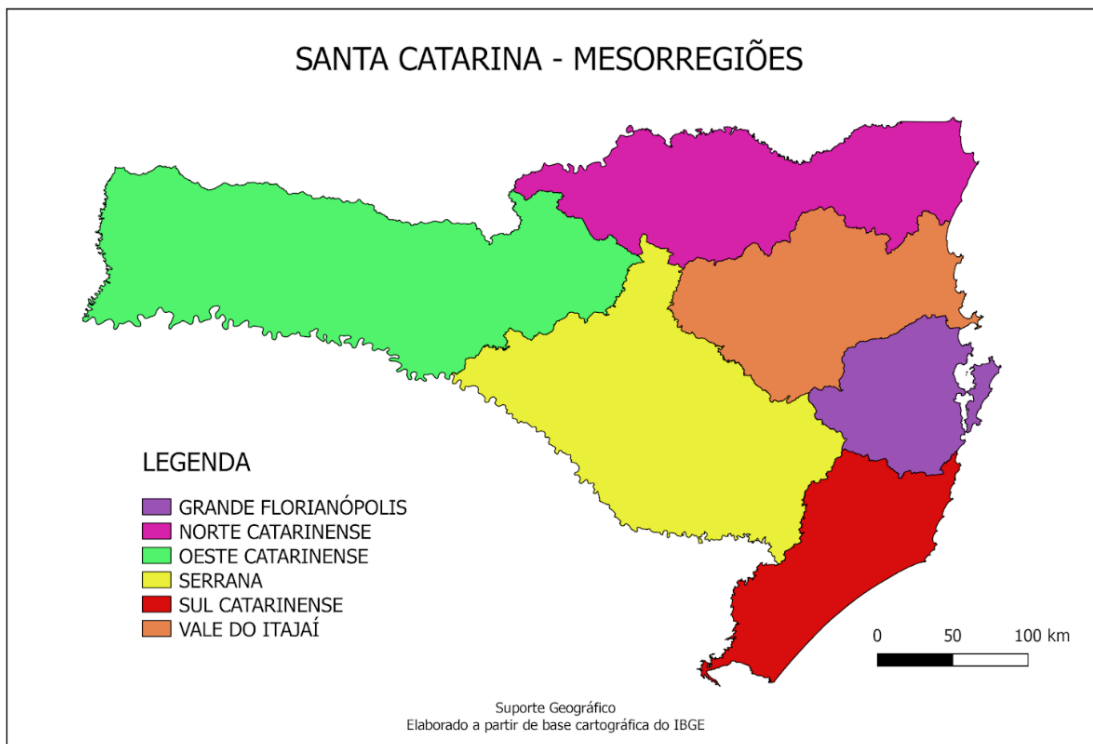
Do ponto de vista geográfico, o norte catarinense (figura 1) possui uma rica mistura de relevos, climas, vegetações e recursos hídricos. Tais aspectos ganham importância quando articulados à história da ocupação humana, especialmente na microrregião de Joinville, que remonta a 6 mil anos (BANDEIRA; OLIVEIRA;



SANTOS, 2009). Conforme pesquisas arqueológicas desenvolvidas por profissionais que atuam na Univille e no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, até o momento foram identificados 150 sítios de tipologia sambaqui, isto é, formações de conchas construídas por povos que habitaram o litoral do Brasil no período pré-colonial (BANDEIRA, 2005). Também de acordo com pesquisas históricas e antropológicas, no século XVI predominavam na região grupos tupis-guaranis (BANDEIRA, 2004), os quais foram paulatinamente desaparecendo ou se deslocando de maneira fragmentada, à medida que portugueses e vicentistas empreenderam a conquista do território, valendo-se do trabalho de africanos combinado com o antigo sistema colonial. Contudo, no século XIX, parte da área foi transformada em terras dotais quando Dona Francisca, irmã de D. Pedro II, se casou com o filho do Rei da França (Luís Felipe I), o Príncipe de Joinville, Francisco Fernando de Orleans.

Em 1849, mediante a assinatura de um contrato, o Príncipe e a Princesa de Joinville cederam à Sociedade Colonizadora de Hamburgo 8 léguas quadradas dessas terras para que fossem colonizadas com imigrantes germânicos. Oficialmente, a fundação de Joinville começou com a chegada da primeira leva de imigrantes europeus em 9 de março de 1851.

Figura 1 – Estado de Santa Catarina e suas mesorregiões



Fonte: IBGE (2021g)

O estabelecimento desses imigrantes obedeceu a um modelo distinto em relação ao que prevaleceu nas demais regiões do Brasil que também receberam imigrantes europeus em meados do século XIX. Enquanto os imigrantes enviados para as lavouras de café, principalmente no estado de São Paulo, trabalhavam em um regime de semisservidão, os que se dirigiam à Colônia Dona Francisca adquiriam lotes de terra com certa facilidade, o que lhes proporcionava relativa autonomia para desenvolver suas atividades. No lugar da exploração (monocultura escravista) ocorreu uma colonização fundamentada na pequena propriedade (policultura), baseada no trabalho familiar, decorrendo daí o rápido aparecimento do núcleo urbano, voltado à comercialização e exportação de excedentes, bem como à importação de outros gêneros.

Nas últimas décadas do século XX, a abertura econômica brasileira produziu efeitos de toda ordem na vida urbana e no quadro econômico da cidade, entre os quais se destacam a mudança do perfil das indústrias e o desenvolvimento de um projeto levado a cabo pelo poder municipal voltado a transformar Joinville em cidade



de eventos e turismo. Para tanto, o poder público valeu-se da existência de uma série de manifestações e de equipamentos culturais (criados em diferentes momentos da história local) para diversificar a economia e fomentar emprego e renda na área de serviços e de hospitalidade.

Por fim, cabe assinalar nesta breve escrita sobre a história da região a própria criação da Univille. Conforme Coelho e Sossai (2015), a iniciativa para implantar o primeiro curso de ensino superior da região foi justificada em 1965 como resposta a um problema de “desproporcionalidade convincente”, pois em Santa Catarina havia apenas uma universidade, na capital Florianópolis. Tornava-se, pois, imperativo que Joinville, com suas indústrias e tendo atingido o maior índice de crescimento populacional catarinense entre 1960 e 1964, contasse com cursos superiores para atender às demandas crescentes tanto de recursos humanos de seu complexo industrial quanto de professores para a educação básica, que àquela altura registrava um aumento de 16,8% de escolares ao ano.

Já no princípio dos anos 1980 as comunidades interna e externa iniciaram os debates sobre a transformação da Furj em universidade, o que se concretizou por meio do credenciamento da Univille em 1996, conforme consta no histórico institucional que integra o primeiro capítulo do PDI 2022-2026.

1.4.1 Aspectos socioeconômicos

A mesorregião norte catarinense dispõe de uma área de 15.937,767 km² e uma população estimada para 2021 de 1.435.570 habitantes, conforme IBGE (2021g). Nessa área estão localizados 26 municípios de Santa Catarina agrupados em três microrregiões: a Microrregião de Canoinhas, a Microrregião de Joinville e a a Microrregião de São Bento do Sul.

Atualmente a Universidade dispõe de unidades e *campi* nos municípios de Joinville, São Bento do Sul e São Francisco do Sul e polos nos municípios de Joinville, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Araquari, Barra Velha, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul e Massaranduba (figura 2), além de um polo em Guaratuba, no Paraná.



1.4.1.1 Joinville (SC)

O município de Joinville foi fundado em 9 de março de 1851, com a chegada dos primeiros imigrantes da Alemanha, Suíça e Noruega, a bordo da barca Colon.

Localizada na Região Sul do país, Joinville é o maior município catarinense, configurando-se como o terceiro polo industrial da Região Sul. Está entre os 15 maiores arrecadadores de tributos e taxas municipais, estaduais e federais, concentrando grande parte da atividade econômica na indústria, com destaque para os setores metalomecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico (SEPUD, 2020).

É o município polo da microrregião nordeste do estado de Santa Catarina, responsável por cerca de 20% das exportações catarinenses. Em 2020 ficou na 48.^a posição entre os maiores municípios exportadores do Brasil e em 2.^o lugar no Estado, apesar do desempenho negativo de 8,8% em relação ao ano de 2019 (FAZCOMEX, 2021).

Entre os produtos exportados por Joinville, a maior parte (39%) é de peças destinadas a motores. O valor acumulado atingiu os U\$ 234,54 milhões em 2019, o que representou queda de 2,8% em comparação com o exportado no mesmo período de 2020. Outra grande parte da exportação de Joinville (23%) é de bombas de ar de vácuo, compressores de ar e ventiladores. O valor atinge os U\$ 139,33 milhões, mas também apresentou queda de 8% em comparação com as exportações do mesmo período de 2018. Ainda, destacam-se as partes e acessórios para automóveis (6,9%), equivalentes a U\$ 41,89 milhões, e refrigeradores, *freezers*, aparelhos para produção de frio e bombas de calor (4,1%), equivalentes a U\$ 24,73 milhões (FIESC, 2020).

Segundo o IBGE (2021I), Joinville estima ter uma população de 604.708 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 457 hab./km². Ficou em 1.^o lugar no *ranking* do produto interno bruto (PIB) de Santa Catarina em 2018, com o valor de quase R\$ 31 bilhões. O gráfico 1 mostra o PIB do município de 2002 a 2018, a preços correntes em milhões de R\$.

Entre as empresas que estão no município, 9 delas se configuram como as maiores do Brasil: Tupy (metalurgia), Tigre (plásticos e borrachas), Clamed Farmácias (comércio varejista), Mexichem Brasil (plásticos e borrachas), Schulz

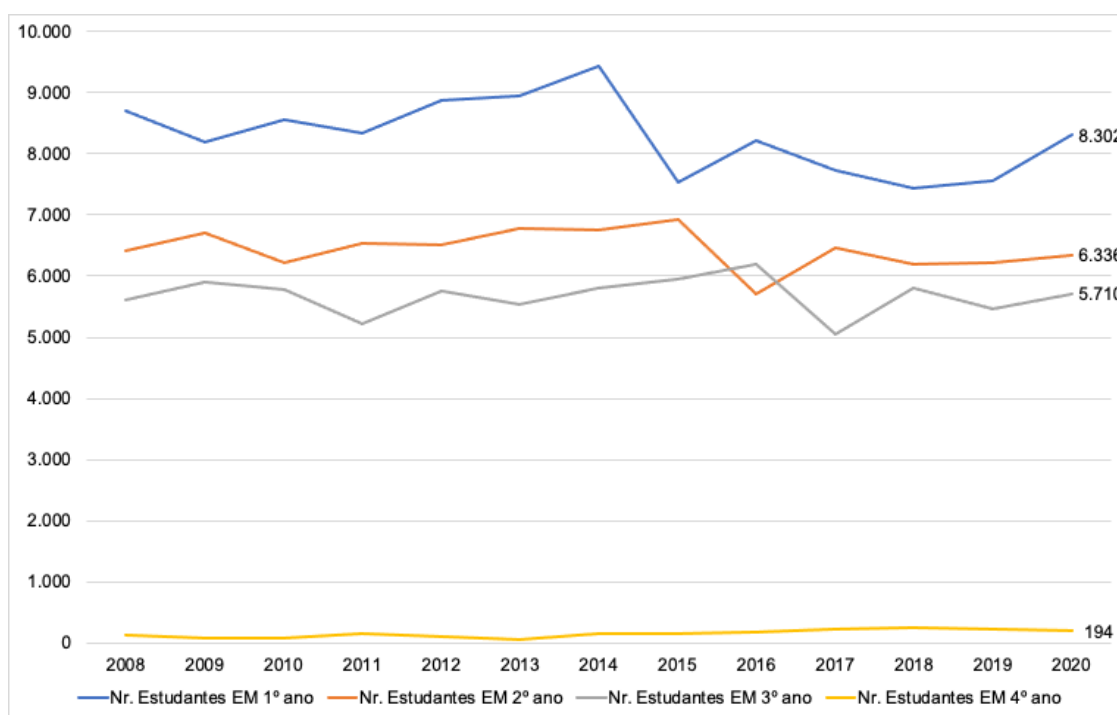


(mecânica), Scherer (comércio varejista), Krona (plásticos e borrachas), Döhler (têxtil, couro e vestuário) e Multilog (transportes e logística). Ainda, considerando a Região Sul, em Joinville estão instaladas 19 das 500 maiores empresas, segundo a Revista Amanhã (JOINVILLE..., 2021).

Deve-se destacar que Joinville mantém um índice alto de ocupação dos seus residentes, apesar de este ter apresentado, entre 2015 e 2017, uma queda. Contudo, em relação a números absolutos, observa-se um crescimento contínuo, passando de 192 mil (2014) para 249 mil (2019). O índice de ocupação é considerado alto, tendo em vista que a média do período é de 40%. No ano de 2008 Joinville tinha registrado no IBGE (2021I) 19.042 empresas, passando para 25.336 empresas em 2019. No que concerne a renda e ocupação, observa-se no gráfico 4 a média do salário mensal familiar, no período de 2008 a 2020.

Quanto ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 1 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 1 – Estudantes do ensino médio – número de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – Joinville (SC).



Fonte: IBGE (2021I)



O gráfico 1 evidencia que ocorreu pequena variação no número de estudantes matriculados no ensino médio, ficando o total de matrículas na média de 20.500 alunos. O ano de 2020 apresentou 8.302 alunos no 1.º ano, 6.336 no 2.º ano, 5.710 no 3.º ano (ensino médio) e 194 alunos no 4.º ano, cursos de ensino técnico.

1.4.1.2 São Bento do Sul (SC)

O município de São Bento do Sul, localizado no nordeste catarinense, começou a ser formado após a Cia. Colonizadora, com sede em Hamburgo, na Alemanha, enviar colonos para as terras da Colônia Dona Francisca (hoje Joinville). Em 1873, após não haver mais terras disponíveis, um grupo subiu a Serra Geral a pé em direção ao planalto catarinense. Após chegarem às margens do Riacho São Bento, construíram o primeiro assentamento, e logo após partiram para abrir os primeiros caminhos na mata, sempre ao longo do Riacho São Bento. Os colonos, vindos da Áustria, Bavária, Polônia, Saxônia, Tchecoslováquia e de outras partes do Brasil, encontraram uma densa floresta, povoada por inúmeros animais e pássaros, e decidiram construir uma réplica da pátria que haviam deixado (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, 2021).

Segundo a Prefeitura de São Bento do Sul (2021), em 21 de maio de 1883, pela Lei Provincial n.º 1030 de Santa Catarina, foi criado oficialmente o município de São Bento do Sul, instalado em 30 de janeiro de 1884.

Desde suas origens, São Bento do Sul foi uma grande produtora de móveis em madeira, amparada basicamente por suas densas florestas; destaca-se o fato de ter sido a primeira cidade catarinense a exportar móveis, segundo Kutach (2014).

Segundo o IBGE (2021o), São Bento do Sul estima ter uma população de 86.317 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 149 hab./km². Ficou em 19.º lugar no *ranking* do PIB de Santa Catarina em 2018, com o valor de quase R\$ 3,19 bilhões.

O PIB de São Bento do Sul apresentou um crescimento contínuo e constante entre os anos de 2002 e 2014, passando de R\$ 875 milhões (2002) para R\$ 3,12 bilhões (2014). São Bento do Sul, assim como ocorreu com outros municípios cuja



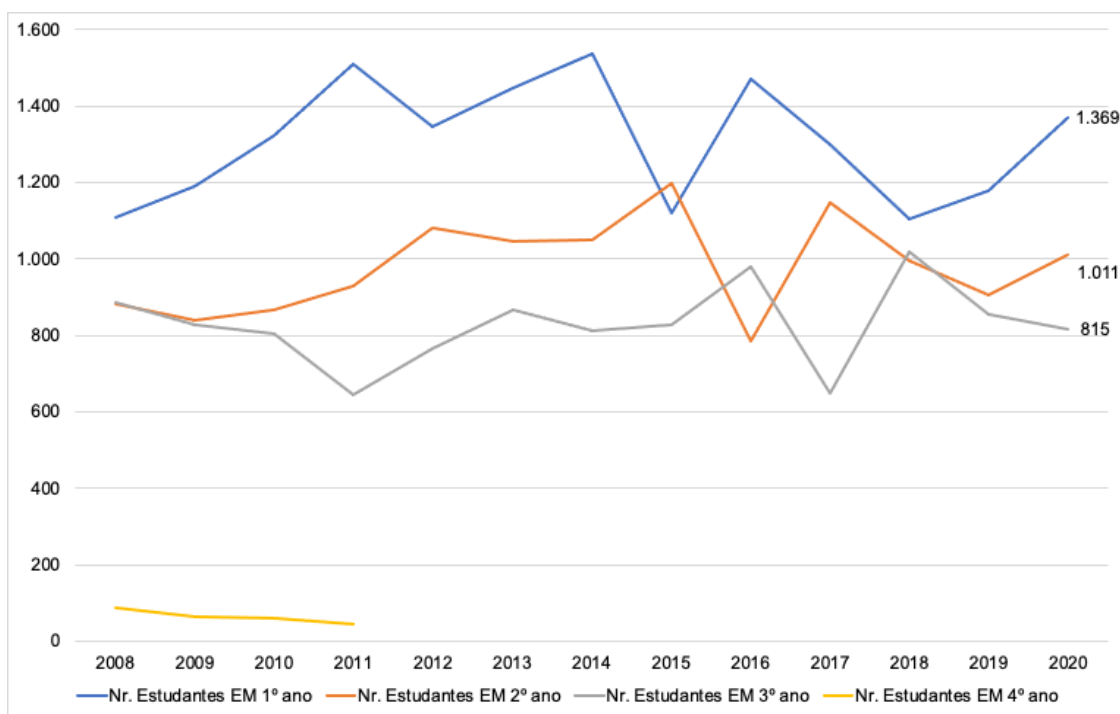
atividade econômica é bastante diversificada, recebe todos os estímulos e as interferências negativas oriundas do desempenho econômico do Brasil, assim como da economia internacional. Por isso, como a economia brasileira sofreu uma queda em 2015 e 2016, observa-se que o baixo desempenho nacional interferiu no desempenho de São Bento do Sul, com a queda no PIB. Verifica-se a retomada da economia a partir de 2017, voltando ao patamar do PIB de R\$ 3,19 bilhões em 2019.

São Bento do Sul é o 8.º exportador de Santa Catarina. As indústrias da cidade venderam ao mercado internacional 1,6% do total exportado no estado. Os produtos mais comercializados foram móveis (43,5% de participação em Santa Catarina), tubos e perfis ocos de ferro ou aço (80,4% do estado) e madeira serrada (9,1% de participação em Santa Catarina). O faturamento das indústrias de São Bento do Sul, Campo Alegre e Rio Negrinho alcançou US\$ 165,161 milhões, o que representa um crescimento de 30% se comparado aos US\$ 126,664 milhões exportados em 2017 (FIESC, 2020).

Uma matriz econômica diversificada, como a de São Bento do Sul, acompanhando a tendência mundial de crescimento econômico na área de serviços, viabiliza novos empreendimentos, gerando renda superior com o emprego de mão de obra qualificada, especialmente na área de inovação tecnológica, por meio da consolidação do Parque Científico e Tecnológico (ACISBS, 2021).

E, em relação ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 2 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 2 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – São Bento do Sul (SC)



Fonte: IBGE (2021o)

Nota-se no gráfico 2 que ocorreu pouca variação no número de estudantes matriculados no ensino médio, ficando o total de matrículas na média de 3.000 alunos. O ano de 2020 apresentou 1.369 alunos no 1.º ano, 1.011 no 2.º ano e 815 no 3.º ano do ensino médio.

1.4.1.3 São Francisco do Sul (SC)

São Francisco do Sul é a terceira cidade mais antiga do Brasil – a ilha foi descoberta em 1504. Em 15 de abril de 1847 recebeu o título de cidade. Com a construção da rede ferroviária, a região teve um forte impulso de desenvolvimento. A importância dos trens para a economia de São Francisco do Sul mantém-se até hoje, já que neles os produtos do município são transportados até o porto. No século XX a localização do porto mudou, permitindo maior movimento de navios (SEBRAE, 2019g).

Em princípio a região foi colonizada e povoada como posição estratégica de controle territorial do Império. Nas suas terras foi instaurada uma monocultura



escravista para cultivo de mandioca e produção de farinha, e sua maior parte era destinada ao centro imperial. A tradição marítima e pesqueira desenvolveu-se na produção de peixe seco. Com o fim do ciclo agrário, que coincide com a abolição da escravatura, ocorreu o surgimento da atividade portuária na primeira década do século XX. As primeiras instalações aduaneiras encontravam-se no perímetro do atual Centro Histórico. A partir da segunda metade do século passado, com as novas instalações, a atividade portuária estabeleceu-se como principal atividade econômica do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, 2021).

São Francisco do Sul destaca-se, economicamente, pela presença do quinto maior porto brasileiro em movimentação de contêineres, cuja atividade responde por mais de 70% da renda do município, com significativos reflexos para o turismo, comércio e serviços (SEBRAE, 2019g).

Segundo o IBGE (2021p), São Francisco do Sul estima ter uma população de 54.751 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 85 hab/km². Ficou em 14.º lugar no *ranking* do PIB de Santa Catarina em 2018, com o valor de quase R\$ 4,1 bilhões.

Um fator determinante para o crescimento do PIB de São Francisco do Sul é o seu porto e as demais atividades econômicas relacionadas a ele. Em 2019 o Porto de São Francisco do Sul consolidou-se como o maior em movimentação de cargas em Santa Catarina. É considerado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) o 6.º em qualidade ambiental entre os portos públicos do país e o 7.º maior do Brasil em volume de carga geral. Além disso, ocupa a quinta posição nacional em movimentação de fertilizantes (PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, 2021).

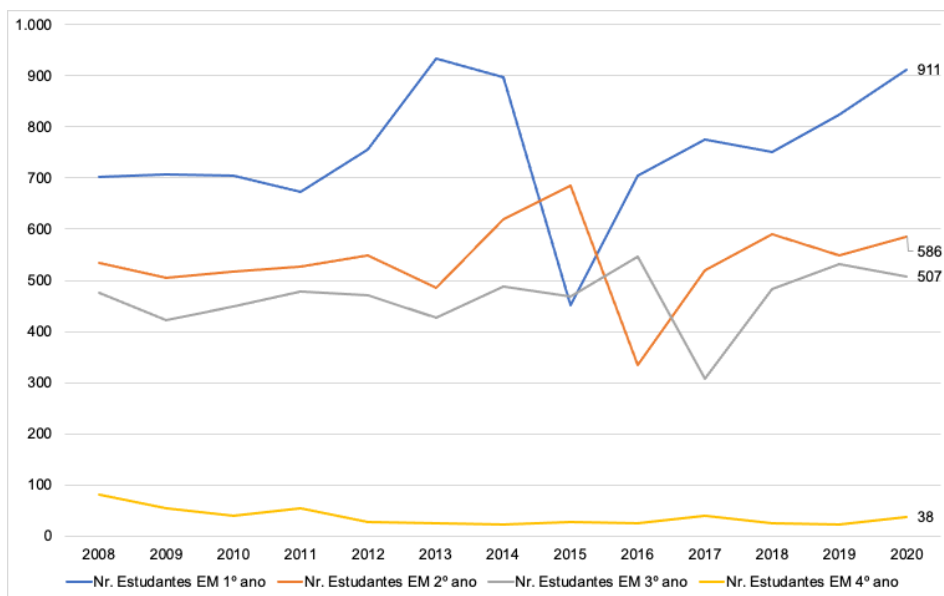
Um dos grandes obstáculos que a cidade enfrenta é o acesso. Em uma entrevista para a colunista Estella Benetti (2019), do jornal NSC Total, o então prefeito afirmou que enquanto não houver a duplicação da BR-280 a cidade segue sofrendo impactos, como contêineres que não realizam mais o segmento para o Porto de São Francisco do Sul por conta do estrangulamento da BR-280. Relata nessa mesma entrevista que a cidade não consegue competir com os portos das cidades de Itapoá e Navegantes, pois, como o porto é público, os gastos são relativamente maiores do que nas cidades com porto privado. O prefeito ainda diz



que, apesar dessa dificuldade com a BR-280, o porto não sofre grandes impactos econômicos; já o turismo, sim. São Francisco do Sul possui uma série de projetos de novos portos, projetos esses referentes a três terminais graneleiros, à unidade de regaseificação de gás natural TGS e ao Porto Brasil Sul. Existe uma série de novas lojas, como a Havan, a qual foi inaugurada em agosto de 2019, e novos supermercados, como Komprão, Preceiro, Angeloni, intensificando a atividade de serviço/comércio.

Em relação ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 3 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 3 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – São Francisco do Sul (SC)



Fonte: IBGE (2021p)

O gráfico 3 apresenta o número de estudantes matriculados no ensino médio, e é possível notar que o número de alunos matriculados no 1.º ano vem apresentando crescimento a partir de 2015 após ter registrado queda em relação a 2013. O ano de 2020 apresentou 911 alunos no 1.º ano, 586 no 2.º ano, 507 no 3.º ano e 38 no 4.º ano do ensino médio (este último corresponde ao ensino técnico).



1.5 Breve histórico da Furj/Univille

A história da Universidade da Região de Joinville (Univille) confunde-se com a história da educação superior no norte catarinense. A implantação da Faculdade de Ciências Econômicas em 1965, que tinha como mantenedora a Comunidade Evangélica Luterana e atualmente é um dos cursos de graduação da Univille, deu início a essa história. Em 1967, a Lei Municipal n.º 871/67, de 17 de julho, originou a Fundação Joinvilense de Ensino (Fundaje), com o objetivo de criar e manter unidades de ensino superior. Segundo Coelho e Sossai (2015), em 1971 o nome Fundaje foi alterado para Fundação Universitária do Norte Catarinense (Func), pela Lei n.º 1.174/71, de 22 de dezembro. Em 1975, todas as unidades da fundação foram transferidas para o Campus Universitário, em uma área do bairro Bom Retiro (atualmente pertencente à Zona Industrial Norte), e passaram a constituir a Fundação Educacional da Região de Joinville (Furj), segundo a Lei Municipal n.º 1.423/75, de 22 de dezembro de 1975, que modificou sua denominação e alterou sua estrutura organizacional. Atualmente a Furj é a mantenedora da Univille.

Ao longo dos mais de 55 anos de atuação, a Instituição desenvolveu-se pelos esforços da comunidade e do poder público dos municípios em que atua, com o intuito de oportunizar aos jovens da região o acesso à educação superior. Os principais fatos da trajetória de desenvolvimento da Universidade estão ilustrados na linha do tempo apresentada na figura 4 e estão descritos nesta seção do PDI 2022-2026.

Em 1977 a educação básica começou a ser oferecida pela Instituição, em unidade específica denominada Colégio de Aplicação, que em 2001 passou a funcionar em sede própria, com a denominação de Colégio Univille.

Em 1982 a área de ensino da Furj estendeu sua atuação até Jaraguá do Sul, com o curso de Ciências Econômicas, e, no ano seguinte, também com o curso de Ciências Contábeis. Em 2019 a Univille criou o polo de educação a distância (EaD) em Jaraguá do Sul.

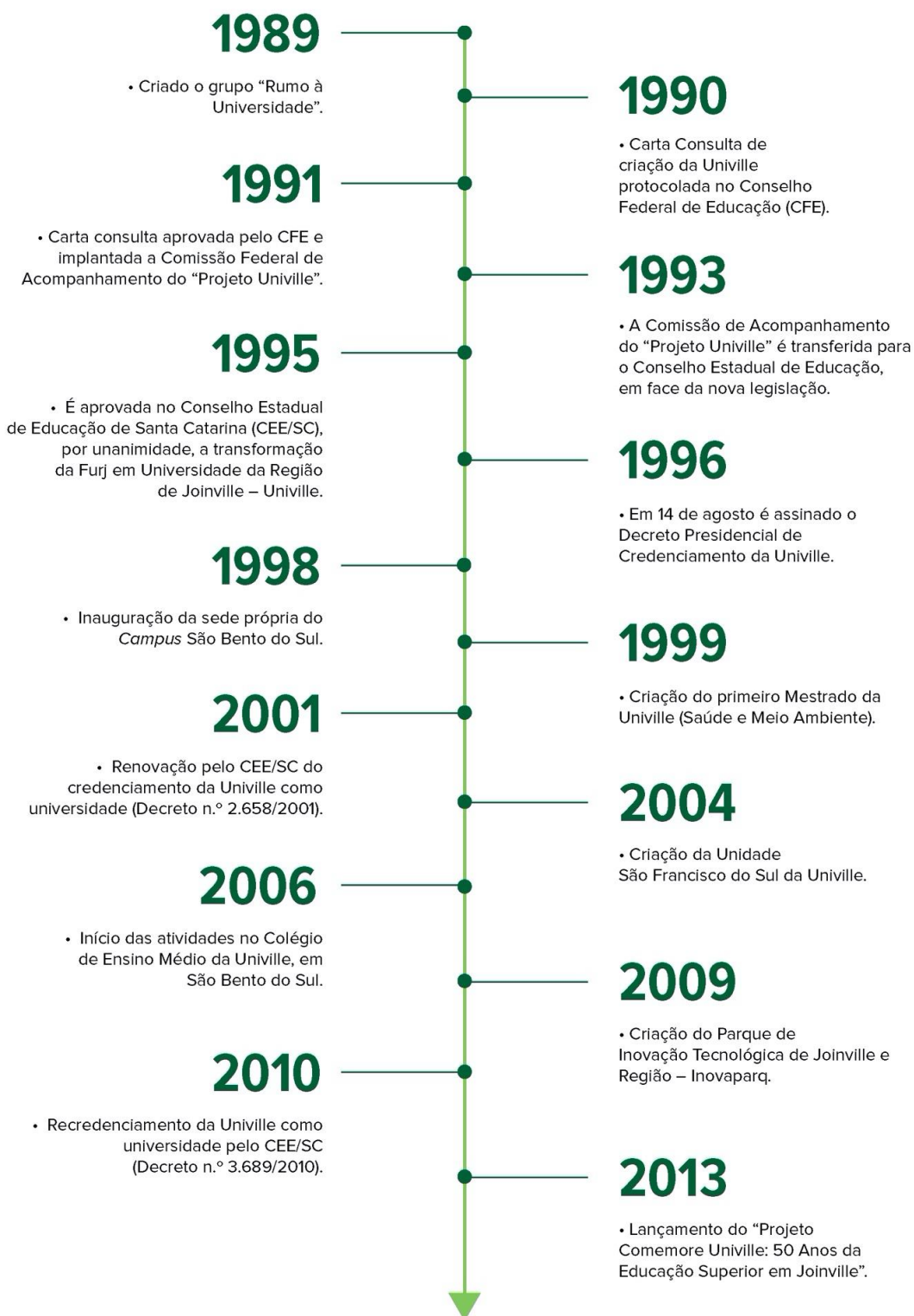
Em 1984 começou a ofertar o curso de Administração de Empresas em São Bento do Sul. Em 1993 houve expansão na atuação da Univille na cidade, com a instalação do campus, embora as atividades pedagógicas dos cursos continuassem a ser desenvolvidas em espaços locados. Em março de 1998 a sede própria foi inaugurada. No ano seguinte houve a construção do Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais (Cepa) Rugendas, em área localizada fora da região urbana de São



Bento do Sul. Em 2006 foi criado o Colégio Univille no Campus São Bento do Sul, com o intuito de oferecer o ensino médio. A partir de 2012 o colégio passou a ofertar também as séries finais do ensino fundamental. Em 2018 entrou em funcionamento o polo EaD no Campus São Bento do Sul.

A direção-geral da Instituição, desde sua criação, era exercida por nomeação feita pelo prefeito de Joinville. Somente no fim de 1987, em um trabalho conjunto com a comunidade acadêmica, realizaram-se as primeiras eleições diretas para o cargo de diretor-geral. Em 6 de outubro de 1987 o prefeito de Joinville assinou a Lei n.º 5.660, a qual previa que o diretor-geral das Unidades Integradas de Ensino passaria a ser eleito (COELHO; SOSSAI, 2015). Desde então, as eleições para o dirigente da Instituição ocorrem por votação secreta de seu Colégio Eleitoral, composto por profissionais da educação, estudantes e pessoal administrativo.

Figura 2 – Linha do tempo com datas relacionadas à Univille no período de 1989-2021





Fonte: Adaptado de Coelho e Sossai (2015)



No início do ano letivo de 1989 aconteceram reuniões com lideranças comunitárias das áreas econômica e política do município e lideranças da comunidade acadêmica para rever o projeto institucional da Furj. Foi então criado o grupo Rumo à Universidade, com a tarefa específica de elaborar uma proposta pedagógica que viabilizasse a transformação da fundação em universidade. Em março de 1990 a carta consulta que delineava o perfil de uma universidade adequada às questões voltadas à microrregião, denominada Universidade da Região de Joinville, foi protocolada no Conselho Federal de Educação (CFE). O documento apresentava a proposta de uma universidade que contemplasse uma visão interdisciplinar de ciência, com ênfase em aspectos ambientais, concretizada por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Segundo Coelho e Sossai (2015, p. 35), a interdisciplinaridade foi preocupação do projeto pedagógico institucional e dos cursos “diante do desafio de religar saberes para responder aos complexos problemas regionais”.

Em 1991 a carta consulta foi aprovada e a implementação do Projeto Univille foi autorizada, com a posse solene da Comissão Federal de Acompanhamento do Projeto. Foram desenvolvidas ações no que diz respeito a capacitação docente, plano de cargos e salários, ampliação do acervo da biblioteca, ampliação das instalações físicas e construção de novos laboratórios (COELHO; SOSSAI, 2015).

Em 1992 o Presidente da República assinou a homologação do parecer emitido pelo CFE. Em maio de 1993, diante de mudanças na legislação relacionada à educação superior, a responsabilidade pelo acompanhamento passou ao Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina (CEE/SC).

Em 5 de dezembro de 1995, pelo Parecer n.º 214/95, o CEE/SC aprovou, por unanimidade, os documentos que normatizavam a estrutura da Instituição: Estatuto da mantenedora (Furj), Estatuto e Regimento da Univille, juntamente com o reconhecimento de todos os seus cursos. Em 14 de agosto de 1996 foi assinado o Decreto Presidencial de Credenciamento da Univille, publicado no Diário Oficial da União em 15 de agosto do mesmo ano. Esse credenciamento foi renovado em 2001 pelo CEE/SC pelo prazo de cinco anos (Parecer n.º 123 e Resolução n.º 032/2001).

Desde o seu credenciamento enquanto universidade (1996), passando pelos processos de renovação de credenciamento (2001 e 2010) pelo CEE, de migração para o Sistema Federal de Educação (2014 a 2016) e de seu credenciamento pelo MEC/Inep (2020), a Univille concretizou uma série de iniciativas planejadas que tiveram como efeito não apenas a expansão física e a requalificação da sua infraestrutura, como também a ampliação e reconfiguração de sua atuação em ensino, pesquisa e extensão em prol do desenvolvimento da região.

Em 1999 foi implantado o Cepa da Vila da Glória, visando desenvolver estudos e pesquisas ambientais na região da Baía da Babitonga. Em 2004 a Univille



passou a atuar na cidade de São Francisco do Sul em unidade própria. Entretanto, desde 1993, a Instituição já estava presente na região com a oferta de cursos de graduação e atividades de pesquisa e extensão. Em 2018 houve a ampliação da unidade com a educação básica, por meio da implantação do Colégio Univille em São Francisco do Sul, com a oferta das séries finais do ensino fundamental e ensino médio. Também em 2018 a Unidade São Francisco do Sul passou a contar com um polo EaD.

No ano 2000, na área central de Joinville, foi criada uma unidade com salas de aula, laboratórios, ambulatórios médicos e uma farmácia-escola para dar suporte às atividades pedagógicas dos cursos da área da saúde, bem como aperfeiçoar o atendimento à população e aos termos do convênio estabelecido com o Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2018 a Unidade Centro também passou a abrigar um dos polos EaD.

Quanto ao fortalecimento de sua inserção social e de sua representatividade política, a Univille concretizou uma série de iniciativas. Em 2006 foi instituído o Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (Nipi), com o objetivo de estimular, promover, valorizar e difundir conhecimentos gerados na Universidade ou em parceria com instituições externas de diferentes naturezas. Conforme Coelho e Sossai (2015), com as atividades desenvolvidas pelo Nipi a Univille passou a ter representatividade no Sistema Nacional para a Inovação e no projeto do governo estadual de implantação e estruturação de núcleos de inovação tecnológica em Santa Catarina. Posteriormente o Nipi e o Escritório de Projetos foram unidos, dando origem à Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia (Agitte) em 2018.

Em 2009, para fomentar as parcerias estratégicas entre a Univille, outras instituições de ensino, empresas e governos, o Conselho de Administração (ConsAdm) da Furj criou o Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região (Inovaparc). Por seu intermédio, desencadeou-se um processo dinâmico de estruturação e gestão de um ambiente que passou a potencializar atividades de pesquisa científica e tecnológica, transferência de tecnologia e de incentivo à inovação produtivo-social, resultando na criação e consolidação de empreendimentos ligados a novas tecnologias, produtos, serviços e processos.

Quanto ao escopo de sua atuação na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ressalta-se o fato de que a Universidade amplia sua atuação, implantando quatro comitês de área que agrupam os cursos de graduação e os programas de pós-graduação stricto sensu desde 2016, quais sejam: Comitê de Arquitetura, Design, Engenharias e Ciências Exatas; Comitê de Ciências Socioeconômicas e Hospitalidade; Comitê de Ciências Humanas e Ciências Jurídicas; Comitê de Ciências da Saúde e Ciências Biológicas. Para se ter uma ideia, dos 13 cursos de graduação em funcionamento em 1996, a Univille passou a



ofertar em 2021 mais de 40 graduações, implantando cursos nas mais diversas áreas, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distância.

No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, destaca-se a implantação do seu primeiro mestrado, em 1999, em Saúde e Meio Ambiente. Em 2021 a Univille conta com seis programas de pós-graduação, sendo dois deles de mestrado e doutorado (Saúde e Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e Sociedade) e quatro de mestrado (Educação, Engenharia de Processos, Design e Sistemas Produtivos). Observa-se que o Mestrado em Sistemas Produtivos, credenciado pela Capes em 2021, é uma iniciativa inovadora, já que é o primeiro mestrado associativo criado por quatro instituições comunitárias de ensino superior (Ices) de Santa Catarina, entre as quais está a Univille.

Ademais, desde 2007 as Ices do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina intensificaram a articulação política com o intuito de fortalecer o reconhecimento da categoria de universidades comunitárias pelo governo federal e pela sociedade. A Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe) e outras entidades dedicaram-se ao fortalecimento da identidade das instituições comunitárias e à divulgação do papel por elas desempenhado. Tal movimento resultou na aprovação da Lei n.º 12.881/2013, de 12 de novembro de 2013, que dispõe sobre a definição, a qualificação, as prerrogativas e as finalidades das Ices. Além disso, a articulação levou à alteração da Lei n.º 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação – LDB). Por meio da Lei n.º 13.868/2019, de 3 de setembro de 2019, que alterou o artigo 19 da LDB, a legislação federal passou a considerar “comunitárias” como uma das categorias administrativas em que instituições de ensino dos diferentes níveis podem ser classificadas. A partir desses movimentos, em 2014 a Furj/Univille encaminhou processo ao MEC para a qualificação como Ices. Em 12 de novembro de 2014, pela Portaria n.º 676/14, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC qualificou como Ices a Univille, mantida pela Furj.

Em 2014, por decisão do Conselho Universitário, a Instituição aderiu ao Edital MEC/Seres n.º 4, de 1.º de julho daquele ano, permitindo a migração de instituições de ensino superior para o sistema federal de educação. Tal decisão se pautou em análise realizada pela Reitoria e que indicou a pertinência dessa migração, considerando os posicionamentos do MEC a partir de decisões do Supremo Tribunal Federal, que indicavam que instituições de ensino superior públicas de direito privado deveriam integrar o sistema federal de educação. Em 2016 a Seres deferiu o processo de migração da Universidade. Com esse deferimento, a Univille protocolou os processos referentes a reconhecimento e



renovação de reconhecimento dos cursos de graduação em atividade, bem como o processo de credenciamento da Universidade.

Em continuidade ao Projeto Estratégico de Migração para o Sistema Federal, em 2017 e 2018 a Universidade recebeu a visita de avaliação in loco, promovida pelo MEC/Inep, nos diversos cursos de graduação. A visita in loco para o credenciamento institucional ocorreu em junho de 2018; a Univille recebeu nota 4. Ao longo dos anos de 2018 a 2020 foram emitidas as portarias de reconhecimento e de renovação de reconhecimento dos cursos de graduação que passaram pela avaliação do MEC/Inep durante a migração para o sistema federal. Por fim, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria do MEC n.º 524, de 9 de junho de 2020, que credenciou a Univille como Universidade pelo prazo de oito anos. A referida portaria foi emitida pelo MEC com um equívoco de endereço da Instituição, o que foi retificado no DOU de 8 de julho de 2020. Com isso, o Projeto Estratégico de Migração para o Sistema Federal foi finalizado. Por meio desse processo de migração, a Univille passou a ser regulada, supervisionada e avaliada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo MEC e não mais pelo CEE/SC.

Também em 2014, com base no PDI 2012-2016 aprovado pelo Conselho Universitário, a Univille encaminhou ao MEC o processo de credenciamento institucional para a oferta da educação a distância (EaD). No mesmo ano ocorreu a visita do MEC/Inep de avaliação in loco para o credenciamento do polo de apoio presencial em São Francisco do Sul. Em 2016 e 2017, por força das mudanças na legislação, houve um redimensionamento do Projeto Estratégico de Implantação da EaD pela Univille. Após a readequação do processo, o MEC/Inep realizou em 2018 a visita de avaliação in loco, e a Univille foi credenciada para oferta de EaD por meio da Portaria do MEC n.º 410/18, de 4 de maio de 2018.

No último trimestre de 2018 a Univille iniciou as operações de EaD por meio da oferta de dez Cursos Superiores de Tecnologia (CST), 20 cursos de pós-graduação lato sensu em quatro polos próprios (Polo Campus Joinville, Polo Campus São Bento do Sul, Polo São Francisco do Sul e Polo Joinville Centro) e um polo em parceria (Polo Itapoá). Assim, o Projeto Estratégico de Implantação da EaD foi finalizado.

A partir de 2020 a EaD Univille passou a integrar a operação da Universidade para dar continuidade à ampliação do portfólio de cursos de graduação de Bacharelado, Licenciatura e Engenharias, bem como cursos de pós-graduação lato sensu. Também foram criados polos nos municípios de Guaramirim, Massaranduba, Araquari, Barra Velha e, em 2021, Guaratuba (PR).

Conforme a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2020), em 31 de dezembro de 2019 a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi alertada sobre casos



de pneumonia na cidade de Wuhan, na China, cujo agente infeccioso era um novo tipo de coronavírus que ainda não havia sido detectado em seres humanos. Em 11 de fevereiro de 2020 o vírus foi identificado como severe acute respiratory syndrome coronavirus 2 (SARS-CoV-2), sendo o agente infeccioso da coronavirus disease 2019 (covid-19). No dia 11 de março de 2020 a OMS caracterizou a covid-19 como uma pandemia, estando essa medida ainda em vigor em dezembro de 2021. O termo pandemia refere-se à distribuição geográfica da doença, que alcançou escala global e que ainda em 2021 permanece com surtos em várias regiões do mundo. Conforme dados da OMS, em 3 de novembro de 2021 havia mais de 247 milhões de casos confirmados de covid-19, mais de 5 milhões de mortes e mais de 7 bilhões de doses de vacina aplicadas (OMS, 2021).

No âmbito do sistema federal de educação, o Ministério da Educação emitiu a Portaria do MEC n.º 343, de 17 de março de 2020, que autorizou em caráter excepcional a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizassem meios e tecnologias de informação e comunicação, enquanto durar a situação de pandemia de covid-19.

Diante do decreto estadual, a Reitoria suspendeu as atividades acadêmicas presenciais nos campi, nas unidades e nos polos por 15 dias a partir de 16 de março. Nesse período de 15 dias, a Reitoria mobilizou as coordenações de área, coordenações de cursos e programas, bem como as gerências e assessorias para a elaboração de uma proposta de alteração do calendário acadêmico e a disponibilização da plataforma Univille Virtual para professores e estudantes.

O ministro da Educação, em dezembro de 2020, homologou o Parecer n.º 19 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estendeu até 31 de dezembro de 2021 a permissão para atividades remotas no ensino básico e superior em todo o país. O parecer indicava ainda que o retorno dependeria da matriz de risco da localidade e que poderia ser gradual e em um modelo híbrido que facultasse ao estudante assistir às aulas remotamente ou de forma presencial.

Do ponto de vista acadêmico, o ano de 2021 foi caracterizado por dificuldades no que diz respeito a um possível retorno pleno à presencialidade. Um dos efeitos disso foi a confirmação da queda no número de matriculados nos cursos de graduação, um fenômeno observado não apenas na Univille, mas em todas as instituições de ensino.

O calendário acadêmico de 2021 foi aprovado pelo Conselho Universitário considerando a legislação vigente e a organização da Universidade para a oferta das aulas em um sistema híbrido. Mais uma vez, sob a supervisão da Pró-Reitoria de Ensino e com o suporte das demais pró-reitorias, as coordenações de áreas e coordenações de cursos planejaram e organizaram a retomada gradual da



presencialidade levando em conta o cenário pandêmico, a evolução da vacinação e as especificidades de cada curso e disciplina.

Diante destes desafios, definiu-se que a Reitoria, a Diretoria Administrativa e os comitês de área desenvolveriam em 2020, para implantação a partir de 2021, a reestruturação da organização didático-pedagógica dos cursos de graduação da Univille, considerando as diretrizes e os modelos aprovados pelo Conselho Universitário em 2020; a reestruturação dos custos e da formação de preços dos cursos e serviços da Instituição; e a reestruturação das políticas e práticas mercadológicas dos cursos e serviços da Instituição.

Quanto à reestruturação da organização didático-pedagógica dos cursos de graduação, intensificaram-se as ações em 2020 do Projeto Estratégico Institucional de Inovação Pedagógica e Curricular, do Projeto Estratégico Institucional de Curricularização da Extensão e do Projeto Estratégico Institucional de elaboração de uma metodologia híbrida (blended) de ensino e aprendizagem. Mediante diretrizes amplamente discutidas na comunidade acadêmica e aprovadas pelo Conselho Universitário por meio da Resolução n.º 19/20, os cursos de graduação passaram por reestruturações que incluíram a semestralização, o compartilhamento de componentes curriculares entre cursos, áreas e campi, o compartilhamento de componentes curriculares relativos a eixos formativos institucionais, a inclusão de componentes curriculares semipresenciais e a adoção de metodologias de aprendizagem ativa e de tecnologias educacionais. Além da reestruturação de cursos existentes, em 2020 foram autorizados pelo Conselho Universitário (ConsUn) 16 cursos novos, sendo 11 presenciais e 5 na modalidade EaD.

O processo de reestruturação da graduação envolveu ações associadas a duas outras medidas de sustentabilidade aprovadas pelo ConsUn e ConsAdm e implementadas em 2020. A reestruturação dos custos e da formação de preços dos cursos e serviços da Instituição foi desenvolvida pela Diretoria Administrativa da Furj com o envolvimento das Pró-Reitorias e das coordenações de área e coordenações de cursos, resultando em uma engenharia econômica que buscou racionalizar custos sem perder de vista os aspectos da qualidade e da inovação. A reestruturação das políticas e práticas mercadológicas dos cursos e serviços da Instituição envolveu a Diretoria Administrativa, a Procuradoria Jurídica, a Gerência de Comunicação e as coordenações de áreas e de cursos com o objetivo de buscar o aperfeiçoamento dos processos de ingresso e as campanhas de captação, considerando o contexto concorrencial na área da educação superior na região de atuação da Universidade. Essas ações foram priorizadas considerando-se que a análise de cenário indicava que o prolongamento da pandemia e a crise econômica nacional trariam mais dificuldades na captação de novos estudantes para 2021.



Embora 2020 e 2021 tenham sido anos dramáticos para a sociedade global, a Univille buscou enfrentar esse momento histórico de forma responsável e cidadã, engajando-se ou liderando iniciativas que concorreram para minimizar o contágio pelo coronavírus SARS-CoV2, para amenizar o sofrimento pelas perdas de vidas e para o atendimento aos doentes. No amplo escopo de sua atuação como universidade comunitária, a comunidade acadêmica não mediu esforços para enfrentar todas as urgências sociais que emergiram, dia a dia, das esferas educacional, econômico-financeira e saúde física e psíquica. Dos dilemas que abateram incessantemente as comunidades locais, cumpre ainda à Univille, cada vez mais, afirmar-se como espaço que historicamente cultivava esperanças de (re)construção de novos futuros mais promissores.

1.6 Corpo dirigente

ALEXANDRE CIDRAL – Reitor

Titulação

Graduação: Ciências da Computação – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1988)

Graduação: Psicologia – Associação Catarinense de Ensino – ACE (1995)

Mestrado: Psicologia – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1997)

Doutorado: Engenharia de Produção – UFSC (2003)

THEREZINHA MARIA NOVAIS DE OLIVEIRA – Vice-Reitora

Titulação

Graduação: Engenharia Sanitária – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1989)

Mestrado: Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1993)

Doutorado: Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1998)

PATRÍCIA ESTHER FENDRICH MAGRI – Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários



Titulação

Graduação: Educação Física – Universidade Regional de Blumenau - FURB (1987)

Mestrado: Educação e Cultura – Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC (2002)

Doutorado: Saúde e Meio Ambiente – Universidade da Região de Joinville – Univille (2019)

PAULO HENRIQUE CONDEIXA DE FRANÇA – Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Titulação

Graduação: Engenharia Química – Universidade Federal do Paraná - UFPR (1992)

Mestrado: Biologia Celular e Molecular – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) (1997)

Doutorado: Ciências – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2005)

THEREZINHA MARIA NOVAIS DE OLIVEIRA – Pró-Reitora de Infraestrutura

Titulação

Graduação: Engenharia Sanitária – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1989)

Mestrado: Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1993)

Doutorado: Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1998)

EDUARDO SILVA – Pró-Reitor de Ensino

Titulação

Graduação: Filosofia – Fundação Educacional de Brusque – UNIFEBE (2001)

Mestrado: Patrimônio Cultural e Sociedade – Universidade da Região de Joinville – Univille (2010)

Doutorado: Comunicação e Cultura – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2021)



LIANDRA PEREIRA – Diretora Geral do *Campus* São Bento do Sul

Titulação

Graduação: Pedagogia - Faculdade Guilherme Guimbala – ACE (1993)

Especialização: Psicopedagogia: Supervisão Escolar - Faculdade Guilherme Guimbala – ACE (1996)

Mestrado: Educação e Cultura – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC (2004)

Doutorado: Educação – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR (2010)

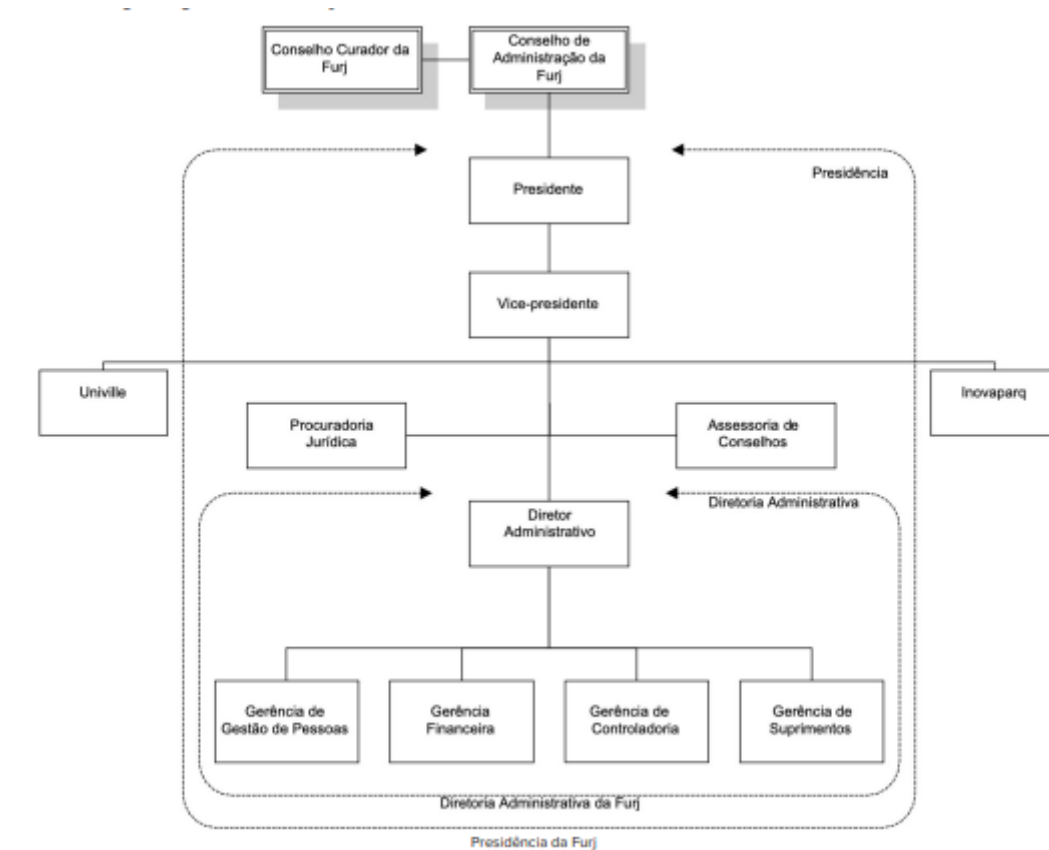
1.7 Estrutura organizacional

A estrutura organizacional é a forma como uma instituição ou organização distribui a autoridade, as responsabilidades e as atividades com vistas a executar os processos de trabalho que proporcionam a implementação das estratégias e o alcance dos objetivos organizacionais. De acordo com Hall (2004), a estrutura organizacional consiste na maneira como ocorre a distribuição das pessoas entre posições sociais que influenciam os relacionamentos de papéis desempenhados por elas. Essa estrutura implica a divisão de trabalho (distribuição das tarefas entre as pessoas) e a hierarquia (distribuição das pessoas em posições), atendendo a três funções básicas: viabilizar os processos, produtos e serviços organizacionais com o intuito de alcançar os objetivos e metas; minimizar as variações individuais sobre a organização; estabelecer o contexto no qual o poder decisório é exercido e as ações são executadas. Dessa forma, a estrutura organizacional é a soma de meios pelos quais o trabalho se divide em tarefas distintas e como se realiza a coordenação dessas tarefas (MINTZBERG, 2010), com implicações quanto à definição das instâncias deliberativas, executivas e consultivas e das relações hierárquicas entre as áreas na organização.

O organograma da Furj é apresentado na figura 2.



Figura 2 – Organograma da Furj



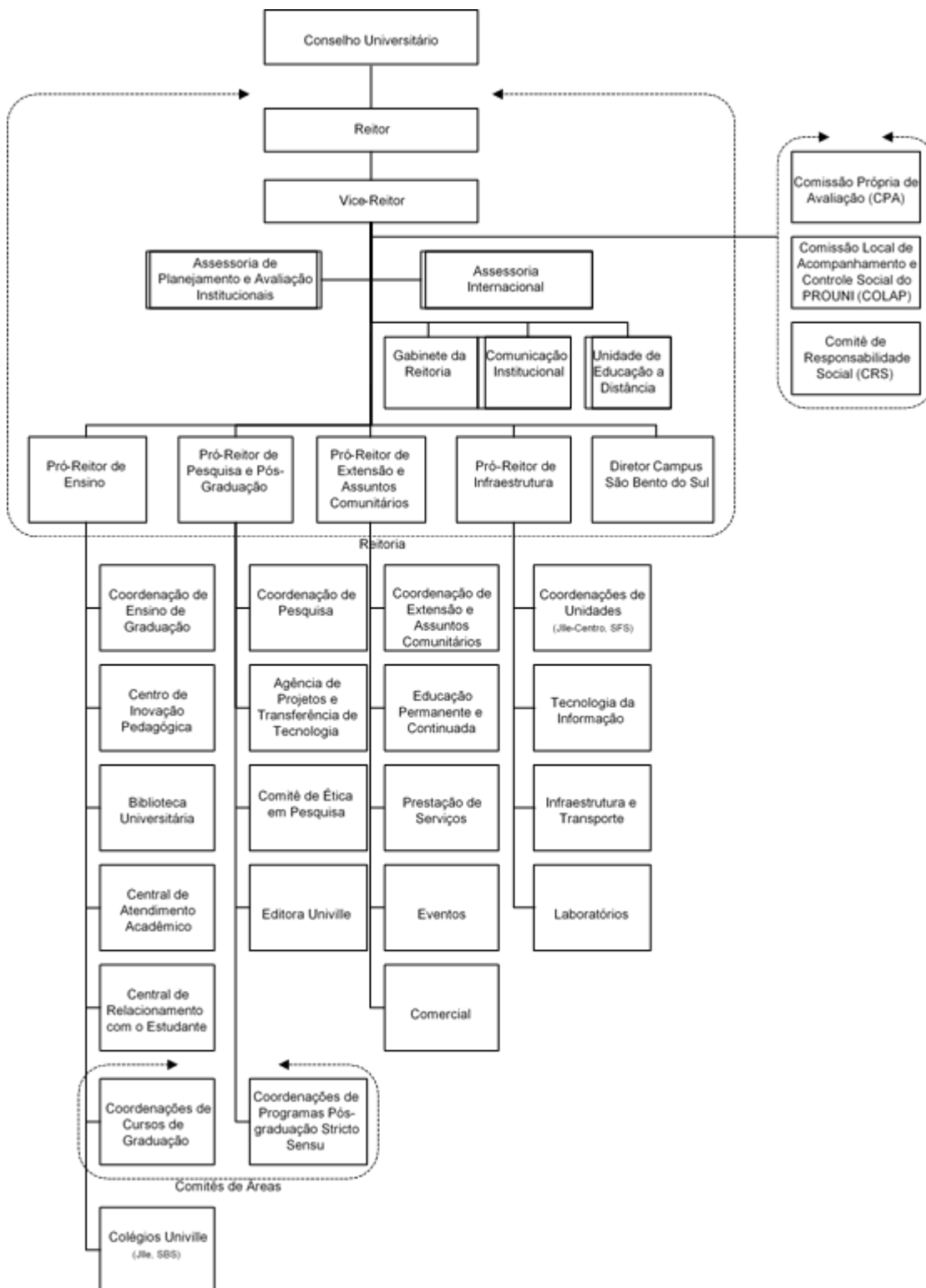
Fonte: PDI 2022-2026 (UNIVILLE, 2022)

A Furj tem como órgão deliberativo superior o Conselho de Administração, e como órgão fiscalizador, o Conselho Curador. O órgão executivo da Furj é a presidência, da qual faz parte a diretoria administrativa. A Furj é mantenedora da Univille e do Inovaparq.

A administração da Univille está organizada em geral, dos campi e unidades, dos cursos de graduação e programas de pós-graduação stricto sensu e dos órgãos complementares e suplementares (UNIVILLE, 2016b). O organograma da Univille é apresentado na figura 3.



Figura 3 – Organograma da Univille



Fonte: PDI 2022-2026 (UNIVILLE, 2022)

A seguir os órgãos que compõem a estrutura da Furj e da Univille são descritos. A administração de ambas é realizada por meio de órgãos deliberativos,



consultivos e executivos previstos nos estatutos, regimentos e outras regulamentações institucionais.

1.7.1 Fundação Educacional da Região de Joinville

A Fundação Educacional da Região de Joinville, instituída pela Lei n.º 871, de 17 de julho de 1967, com alterações posteriores, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia didático-pedagógica, científica, tecnológica, administrativa, financeira e disciplinar, exercida na forma da lei e dos seus estatutos, com sede e foro na cidade de Joinville, Santa Catarina. As disposições atinentes à autonomia da Furj são regidas por seu estatuto, que passou por atualização aprovada em 2014 pelo Conselho de Administração, Conselho Curador e Ministério Público de Santa Catarina.

A Furj tem por finalidade manter a Univille e o Inovaparc. As instituições mantidas gozam de autonomia didática, pedagógica, científica, tecnológica, administrativa e disciplinar, de acordo com a legislação e regulamentos próprios.

São órgãos da administração da Furj:

- Conselho de Administração;
- Conselho Curador;
- Presidência.

1.7.2 Universidade da Região de Joinville

A Universidade da Região de Joinville é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão credenciada pelo MEC em 14 de agosto de 1996, mantida pela Furj. A Universidade goza de autonomia didática, pedagógica, científica, tecnológica, administrativa e disciplinar, de acordo com a legislação, seu estatuto e demais regulamentações institucionais. O Estatuto da Univille passou por atualização,



aprovada em 2016 pelo Conselho Universitário e homologada pelo Conselho de Administração da mantenedora (UNIVILLE, 2016).

A Univille organiza sua atuação em *campi*, unidades e polos de apoio presencial à EaD, podendo criá-los e implantá-los segundo suas políticas e a legislação vigente. Atualmente a Universidade conta com:

- *Campus* Joinville, que é sua sede e possui polo EaD;
- *Campus* São Bento do Sul, com polo EaD;
- Unidade Centro – Joinville, com polo EaD;
- Unidade São Francisco do Sul, com polo EaD;
- Polo Jaraguá do Sul;
- Polo Itapoá;
- Polo Guaramirim;
- Polo Barra Velha;
- Polo Massaranduba;
- Polo Araquari;
- Polo Guaratuba.

A Univille tem como finalidade promover e apoiar a educação e a produção da ciência por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a sólida formação humanística e profissional, objetivando a melhoria da qualidade de vida da sociedade (UNIVILLE, 2016). A educação e a produção da ciência são desenvolvidas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que envolvem a arte, a cultura, o esporte, o meio ambiente, a saúde, a inovação, a internacionalização e o empreendedorismo, objetivando a melhoria da qualidade de vida da sociedade e da comunidade regional.

Para alcançar suas finalidades, a Univille propõe-se a (UNIVILLE, 2016):

- promover o ensino voltado à habilitação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento para participarem do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural, contribuindo assim para o desenvolvimento humano em suas dimensões política, econômica e social;



- promover, estimular e assegurar condições para a pesquisa científica, tecnológica, artística, esportiva, cultural e social, comprometida com a melhoria da qualidade de vida da comunidade regional e com a inovação em todas as áreas do saber;
- promover a extensão por meio do diálogo com a comunidade, objetivando conhecer e diagnosticar a realidade social, política, econômica, tecnológica, artística, esportiva e cultural de seu meio, bem como compartilhar conhecimentos e soluções relativos aos problemas atuais e emergentes da comunidade regional.

Conforme seu estatuto (UNIVILLE, 2016), no cumprimento de suas finalidades, a Univille adota os princípios de respeito à dignidade da pessoa e de seus direitos fundamentais, proscrevendo quaisquer tipos de preconceito ou discriminação. Além disso, na realização de suas atividades, a Univille considera:

- a legislação aplicável e a legislação específica educacional;
- o seu estatuto e o estatuto e regimento da mantenedora;
- o seu regimento;
- as resoluções do Conselho de Administração da Furj e do Conselho Universitário da Univille;
- as demais regulamentações oriundas dos Conselhos Superiores e das Pró-Reitorias.

A autonomia didático-científica da Universidade, obedecendo ao artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil, consiste na faculdade de (UNIVILLE, 2016):

- estabelecer suas políticas de ensino, pesquisa, extensão e demais políticas necessárias ao cumprimento de suas finalidades;
- criar, organizar, modificar e extinguir cursos de graduação e cursos/programas de pós-graduação, observadas a legislação vigente, as demandas do meio social, econômico e cultural e a viabilidade econômico-financeira;
- fixar os currículos de seus cursos e programas, obedecidas as determinações legais;



- criar, organizar, modificar e extinguir programas e projetos de pesquisa científica, de extensão e de produção artística, cultural e esportiva;
- estabelecer a organização e o regime didático-científico da Universidade;
- promover avaliações, realizando mudanças conforme seus resultados;
- elaborar, executar e acompanhar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) por meio do processo participativo do Planejamento Estratégico Institucional (PEI);
- promover a capacitação de seus profissionais em sintonia com as normas e necessidades institucionais;
- conferir graus, diplomas, títulos e outras dignidades universitárias.

A autonomia administrativa consiste na faculdade de (UNIVILLE, 2016):

- propor a reforma do Estatuto e do Regimento da Univille;
- elaborar, aprovar e reformar o Regimento do Conselho Universitário;
- propor critérios e procedimentos sobre admissão, remuneração, promoção e dispensa do pessoal administrativo e dos profissionais da educação, para deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- eleger os seus dirigentes, nos termos da legislação vigente, do seu Estatuto e do Regimento da Univille;
- utilizar o patrimônio e aplicar os recursos da Furj, zelando pela conservação, otimização e sustentabilidade, de forma a assegurar a realização de suas finalidades e seus objetivos;
- elaborar a proposta orçamentária para o ano subsequente encaminhando-a para deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- executar o orçamento anual aprovado, prestando contas de sua realização à mantenedora;
- firmar acordos, contratos e convênios acadêmicos da Univille.

A autonomia disciplinar consiste na faculdade de aplicar sanções ao corpo diretivo, aos profissionais da educação, ao corpo discente e ao pessoal administrativo,



na forma da Lei, do Regimento da Univille e do Regime Disciplinar dos Empregados da Furj (UNIVILLE, 2016).

Para atingir os seus fins, a Univille segue princípios de organização (UNIVILLE, 2016):

- Unidade de administração, considerando missão, visão, princípios e valores institucionais, bem como Plano de Desenvolvimento Institucional, únicos;
- Estrutura orgânica com base nos cursos, em sua integração e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Racionalidade de organização para integral utilização dos recursos humanos e materiais;
- Universalidade do saber humano, por meio da atuação nas diferentes áreas do conhecimento;
- Flexibilidade de métodos e diversidade de meios, pelos quais as atividades de ensino, pesquisa, extensão e serviços oferecidos possam melhor atender às diferentes necessidades dos públicos e das comunidades em que a Universidade atua.

Conforme seu estatuto (Univille, 2016), a administração geral da Univille organiza-se da seguinte forma:

- Órgão deliberativo superior: Conselho Universitário, que dispõe de quatro câmaras consultivas:
 - Câmara de Ensino;
 - Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação;
 - Câmara de Extensão;
 - Câmara de Gestão.
- Órgão executivo superior: Reitoria;
- Órgãos consultivos.

Os órgãos consultivos da administração geral são constituídos com base nas demandas acadêmico-administrativas e em questões estratégicas institucionais, podendo ser integrados por membros da comunidade regional.



O Conselho Universitário, órgão máximo consultivo, deliberativo, normativo e jurisdicional da Univille em assuntos de ensino, pesquisa, extensão, planejamento, administração universitária e política institucional, é constituído pelos seguintes membros:

- reitor como presidente;
- pró-reitores;
- último ex-reitor;
- diretores de *campi*;
- coordenadores de cursos de graduação e de programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- coordenadores das áreas de pós-graduação *lato sensu*, ensino, pesquisa e extensão;
- diretores dos órgãos complementares; • um representante do pessoal docente;
- representação discente, composta por:
 - dois representantes da graduação por *campus*;
 - um representante da graduação por unidade;
 - um representante da pós-graduação *lato sensu*;
 - um representante da pós-graduação *stricto sensu*.
- um representante do pessoal administrativo;
- um representante da Associação de Pais e Professores dos Colégios da Univille.

A natureza do mandato dos conselheiros, e a sistemática das reuniões, bem como as competências do Conselho Universitário estão definidas no Estatuto da Univille (UNIVILLE, 2016).

1.7.2.2 Reitoria



A Reitoria, órgão executivo superior da Univille que coordena, superintende e fiscaliza todas as suas atividades, é constituída de (UNIVILLE, 2016):

- reitor;
- vice-reitor;
- pró-reitor de ensino;
- pró-reitor de pesquisa e pós-graduação;
- pró-reitor de infraestrutura;
- pró-reitor de extensão e assuntos comunitários;
- diretor de *campi*.

Conforme o estatuto (UNIVILLE, 2016), compete à Reitoria planejar, superintender, coordenar, fiscalizar e avaliar todas as atividades da Univille.

1.7.2.3 Campi e unidades

A administração dos *campi* organiza-se da seguinte forma (UNIVILLE, 2016):

- Órgão executivo: direção do *campus*, que poderá contar com assessorias de ensino, pesquisa e extensão e pessoal administrativo necessário às atividades-fim;
- Órgãos consultivos: constituídos com base nas demandas acadêmico-administrativas e em questões estratégicas institucionais, podendo ser integrados por membros da comunidade regional.

A administração das unidades é organizada por coordenações que podem dispor de pessoal administrativo necessário às atividades-fim.

1.7.2.4 Cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*

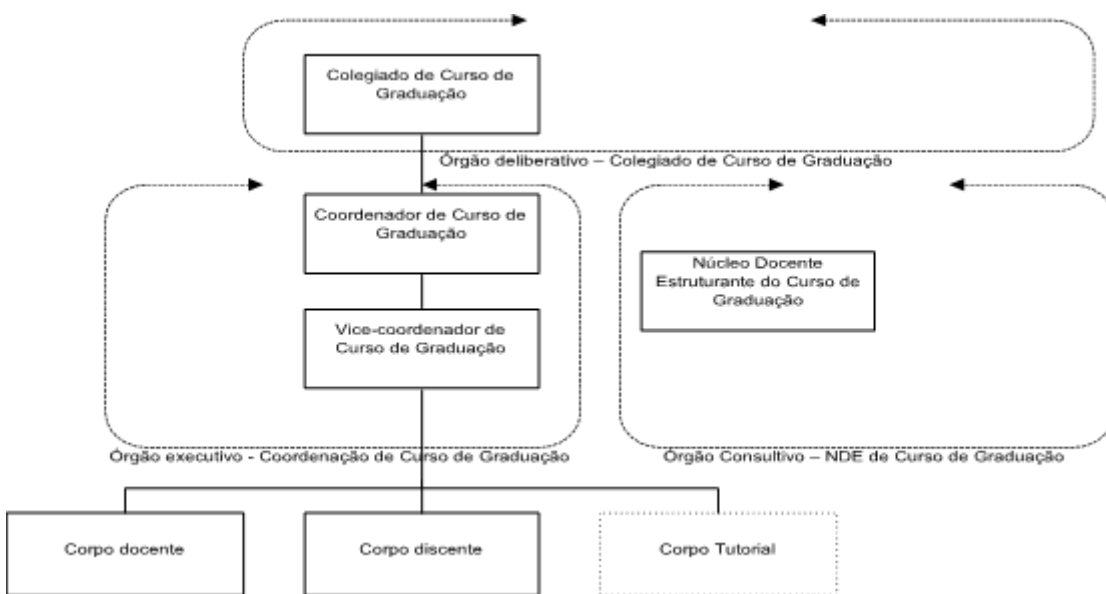
A administração dos cursos de graduação organiza-se da seguinte forma



(figura 4):

- Órgão deliberativo: Colegiado;
- Órgão executivo: coordenação;
- Órgão consultivo: Núcleo Docente Estruturante (graduação).

Figura 4 – Estrutura organizacional de cursos de graduação da Univille

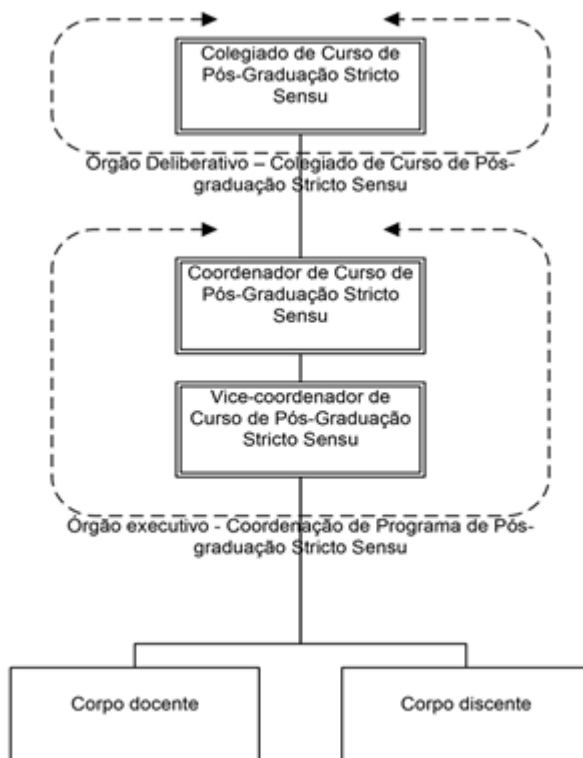


Fonte: PDI 2022-2026 (UNIVILLE, 2022)

A administração dos programas de pós-graduação *stricto sensu* organiza-se da seguinte forma (figura 5):

- Órgão deliberativo: Colegiado;
- Órgão executivo: coordenação.

Figura 5 – Estrutura organizacional de programas de pós-graduação *stricto sensu* da Univille



Fonte: PDI 2022-2026 (UNIVILLE, 2022)

O estatuto (UNIVILLE, 2016) prevê a constituição de comitês de área. Um comitê de área compreende um conjunto de cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*, integrados por meio de ações compartilhadas voltadas ao alcance de objetivos, metas e estratégias previstos no PEI e no PDI.

1.7.2.5 Órgãos complementares e suplementares

Os órgãos complementares e suplementares são normatizados pelo Conselho Universitário em regulamento próprio, que dispõe sobre sua criação, estrutura, funcionamento, fusão e extinção.

São órgãos complementares da Universidade:

- Colégio Univille – Joinville;
- Colégio Univille – São Bento do Sul.



- Colégio Univille – São Francisco do Sul.

Os órgãos suplementares da Universidade são:

- Biblioteca Universitária;
- Editora Univille.

1.7.2.6 Educação a Distância (Unidade Ead - UNEaD)

Com a criação da Unidade de Educação a Distância da Univille (EaD Univille) responsável por planejar, coordenar e articular, interna e externamente, as ações de educação a distância, organizando-se uma estrutura tecnológica, financeira e de recursos humanos necessária à sua plena viabilização.

Em 2005, a Univille instala uma comissão para iniciar os estudos para viabilizar a oferta de educação a distância. Nos anos seguintes, investe na formação de professores implanta o ensino semipresencial nos cursos de Sistema de Informação e Pedagogia. Também oferece a disciplina Metodologia da Pesquisa e Metodologia do Ensino Superior e cursos lato sensu.

Em 2013, o Centro de Inovação Pedagógica com uma equipe de mais dois professores fica responsável em elaborar o projeto EaD da Univille, com vistas a solicitar o credenciamento junto ao Ministério de Educação.

No ano de 2014 a Univille realizou o protocolo de credenciamento a oferta de cursos a distância no MEC.

Em 2015 a Univille recebeu a comissão do MEC para o credenciamento da IES na sede em Joinville e no polo de São Francisco do Sul.

No ano de 2017 a Univille implantou mais de 50 disciplinas na modalidade semipresencial nos seus cursos de graduação presenciais. Em maio de 2018 a Univille teve a oferta dos cursos de Educação a Distância homologado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), pela portaria n.º 410, de 4 de maio de 2018, publicada pelo MEC.



A oferta de cursos na modalidade a distância dará continuidade às ações de expansão, considerando o previsto no PDI, e aperfeiçoará continuamente os processos acadêmicos, pedagógicos e administrativos na perspectiva do fortalecimento das condições de oferta de cursos.

O gerenciamento das atividades a distância é de responsabilidade da Unidade EaD (UNEaD), sendo vinculada à Vice-reitoria, sob a supervisão da Pró-Reitoria de Ensino.

A UNEaD atua na implementação das políticas institucionais para a educação a distância de forma articulada com as pró-reitorias, coordenadores dos cursos e coordenadores de cursos. A UNEaD tem na sua estrutura organizacional: coordenação geral; designer; suporte de TI; logística; revisor; assistente técnico, administrativo.

A UNEaD concentra grande parte das atividades na sede da Universidade, onde também está instalado um polo de educação a distância, localizado no Bloco B, sala 110, no *Campus* Joinville, a partir do qual são mantidas articulações com as coordenações de curso, dos polos, docentes e tutores.

1.8 Planejamento Estratégico Institucional (PEI)

A organização e a coordenação do PEI são competência da Reitoria (UNIVILLE, 2016), que as delegou à Vice-Reitoria e contou com a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais (Apai) na execução das atividades. Uma das diretrizes adotadas foi propiciar a participação ativa dos gestores dos diferentes níveis decisórios da Instituição por meio de coleta e análise de dados, reuniões, *workshops* e atividades do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG). Outra diretriz esteve relacionada a divulgar e comunicar amplamente as atividades do PEI e proporcionar meios para que os membros dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica pudessem conhecer o processo e encaminhar sugestões.



1.8.2 A estratégia

O PEI propôs como estratégia para a Univille no período de 2017 a 2026:

Estratégia

Qualidade com inovação, considerando a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

A estratégia proposta está articulada à identidade institucional, expressa pela missão, visão e valores, e enfatiza o compromisso com a qualidade e com a inovação no ensino, na pesquisa e na extensão (figura 6).

Figura 6 – Síntese da estratégia da Univille para o período 2017-2026



Fonte: PDI 2022-2026 (UNIVILLE, 2022)



1.8.3 Objetivos estratégicos

O PEI propôs os seguintes objetivos estratégicos para o ciclo 2017-2026, que foram revisados em 2021 na avaliação de meio termo:

- Melhorar a qualidade e o desempenho institucional e dos cursos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Melhorar o desempenho econômico e financeiro institucional;
- Aumentar a produção científica qualificada, bem como a produção tecnológica, esportiva, artística e cultural da Univille, intensificando a relação entre ensino, pesquisa e extensão;
- Fortalecer a qualidade institucional perante os públicos interno e externo;
- Fortalecer a inserção da Univille como universidade comunitária e promotora da sustentabilidade socioambiental;
- Ampliar a representatividade da Univille na comunidade regional e na comunidade acadêmico-científica;
- Fortalecer a Univille como universidade inovadora e empreendedora.

1.8.4 Integração do Planejamento Estratégico Institucional com o Curso

O Curso integra a Coordenação e a Área, sendo de responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino.

A Coordenação promove o desdobramento tático e operacional de objetivos e estratégias institucionais na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso.



2 DADOS GERAIS DO CURSO

Este capítulo apresenta a caracterização geral do curso. Nesse sentido, os dados referentes a denominação, modalidade, vagas, carga horária, regime e duração, bem como período de integralização, são apresentados. A seguir são indicados o endereço de funcionamento, os ordenamentos legais e a forma de ingresso.

2.1 Denominação do curso

Curso de Educação Escolar Quilombola

2.1.1 Grau acadêmico:

Licenciatura.

2.1.2 Titulação

O egresso do curso de Educação Escolar Quilombola obterá o título de Licenciado em Educação Escolar Quilombola.

2.1.3 Classificação Cine Brasil

Área Geral: 01 - Educação

Área Específica: 011 - Educação

Área Detalhada: 0113 – Formação de professores sem áreas específicas

Rótulo: 0113E01 – Educação do campo formação de professor

2.1.4 Comitê de Área ao qual o curso pertence:

Comitê de Área de Ciências Humanas e Ciências Jurídicas.

2.2 Endereços de funcionamento do curso

O curso é oferecido no *Campus* Joinville, localizado na Rua Paulo Malschitzki, n.º 10, *Campus* Universitário – Zona Industrial – CEP 89219-710 – Joinville/SC. *E-mail*: quilombola@univille.br

2.3 Ordenamentos legais do curso

Criação: Resolução n.º 24/19/Conselho Universitário, de 17/06/2019.

Autorização de funcionamento: Parecer n.º 011/2019/CONSUN, de 17/06/2019.

O curso está em processo de Reconhecimento pelo Ministério da Educação (MEC).

2.4 Modalidade

Presencial.

2.5 Número de vagas autorizadas

O curso possui autorização para 40 (quarenta) vagas anuais no período noturno.

2.6 Conceito Enade e Conceito Preliminar de Curso

O curso de Educação Escolar Quilombola ofertado no Campus Joinville está em fase de implantação e em breve passará por processo de reconhecimento junto ao Ministério da Educação. O curso ainda não foi submetido ao Ciclo Avaliativo em razão do calendário anual do INEP, portanto, não há conceito ENADE e CPC para o curso.

2.7 Período (turno) de funcionamento

O curso é oferecido no período noturno, das 18:55 às 22:30, de segunda a sexta-feira, e aos sábados, das 8:00 às 12:00.

2.8 Carga horária total do curso

O curso possui 3.240 horas, equivalentes a 3.888 horas-aula.

2.9 Regime e duração

O regime do curso é o seriado semestral, com duração de 8 semestres.

Ressalta-se que dependendo do número de ingressantes do curso em cada período letivo, a coordenação poderá oferecer um percurso formativo no qual os componentes curriculares poderão ser ofertados em uma sequência que difere da matriz seriada semestral apresentada neste projeto.

Esse percurso formativo diferenciado será promovido de forma a conduzir o estudante a realizar componentes curriculares institucionais e componentes

curriculares compartilhados juntamente com outros cursos e de semestres mais avançados, para que posteriormente ele possa retornar e fazer os componentes curriculares específicos, sempre primando pela formação e as competências previstas neste projeto pedagógico, tanto quanto atendendo ao cumprimento integral dos componentes apresentados na matriz constante neste Projeto.

Além disso, este percurso deve atender ao requisito de sustentabilidade econômica e financeira e as normativas internas que tratam da temática

2.10 Tempo de integralização

Mínimo: 8 semestres (4 anos).

Máximo: 12 semestres (6 anos).

2.11 Formas de ingresso

O ingresso no curso de Educação Escolar Quilombola da Univille pode dar-se de diversas maneiras:

- a) Processo seletivo: a Instituição destina vagas específicas para ingresso por meio da análise do desempenho do estudante;
- b) Transferência: para essa modalidade é necessário que o candidato possua vínculo acadêmico com outra instituição de ensino superior. São disponibilizadas também transferências de um curso para outro para acadêmicos da própria Univille;
- c) Portador de diploma: com uma graduação já concluída o candidato poderá concorrer a uma vaga sem precisar realizar o tradicional vestibular, desde que o curso pretendido tenha disponibilidade de vaga;

d) ProUni: para participar desse processo o candidato deve ter realizado o ensino médio em escola pública ou em escola particular com bolsa integral e feito a prova do Enem;

e) Reopção de curso: os candidatos que não obtiverem o desempenho necessário no vestibular Acafe/Univille para ingressar na Universidade no curso prioritariamente escolhido poderão realizar inscrição para outro curso de graduação que ainda possua vaga, por meio de seu desempenho no vestibular. A seleção desses candidatos acontece pela avaliação do boletim de desempenho no vestibular;

f) Reingresso: é a oportunidade de retorno aos estudos para aquele que não tenha concluído seu curso de graduação na Univille. Ao retornar, o estudante deverá se adaptar à matriz curricular vigente do curso.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Este capítulo caracteriza a organização didático-pedagógica do curso. Inicialmente são apresentadas as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão. A seguir são fornecidas a justificativa social e a proposta filosófica do curso. Na sequência são descritos os objetivos, o perfil profissional do egresso, a estrutura, os conteúdos e as atividades curriculares do curso. Também são explicitados aspectos relacionados a: metodologia de ensino, processo de avaliação da aprendizagem, serviços de atendimento aos discentes e processos de avaliação do curso. Por fim, são caracterizadas as tecnologias da informação e comunicação.

3.1 Política institucional de ensino de graduação

A Política de Ensino da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, a coordenação, a execução, a supervisão/acompanhamento e a avaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade nos diversos níveis e modalidades do ensino e que propiciam a consecução dos objetivos estratégicos e o alcance das metas institucionais.

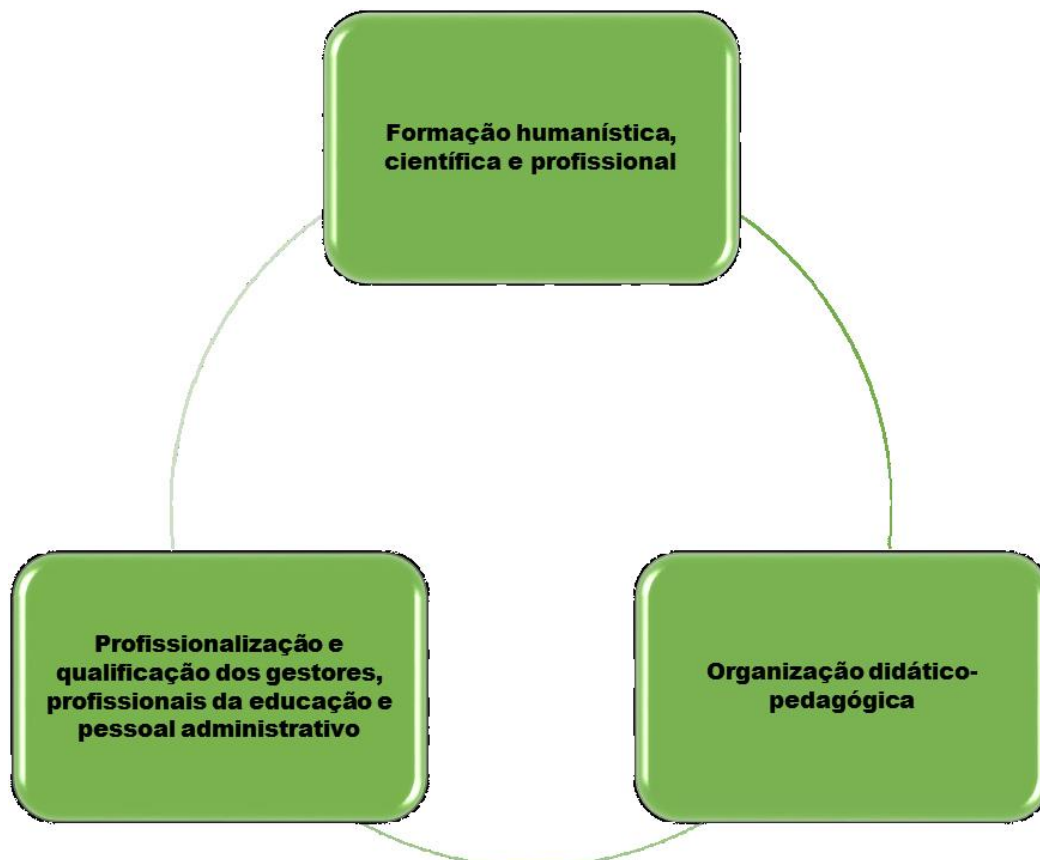
O público-alvo contemplado por essa política é constituído por gestores e demais profissionais da Instituição. Abrange também todos os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino da Univille.

Essa política institucional considera três macroprocessos (figura 7):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Organização didático-pedagógica;

- Profissionalização e qualificação de gestores, profissionais da educação e pessoal administrativo.

Figura 7 – Macroprocessos do ensino



Fonte: PDI 2022-2026 (UNIVILLE, 2022)

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, o que causa impacto significativo no cumprimento da missão e realização da visão e propicia uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento do ensino alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Embora cada um dos macroprocessos apresente diretrizes específicas para a sua consecução, há diretrizes gerais que devem nortear o desenvolvimento dessa política, entre as quais:

- **INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;
- **CONDUTA ÉTICA:** baseada em valores que garantam a integridade intelectual e física dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem;
- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteados-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;
- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **SUSTENTABILIDADE:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de ensino, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazo as condições de trabalho e a execução das atividades de ensino.

O curso de Educação Escolar Quilombola continuamente busca o alinhamento de seu Projeto Pedagógico do Curso (PPC) aos princípios e objetivos do ensino de graduação constantes do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Univille. De forma mais específica, pode-se considerar que algumas ações têm sido implementadas para alcançar esse maior alinhamento:

- Vivências de Extensão: o corpo docente do Curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola compreende a extensão como parte fundamental nos processos formativos. Experiências no ambiente escolar e em outros espaços de educação não formal e informal são relevantes na constituição do pedagogo. As vivências de extensão são ancoradas em projetos, que visam a ampliação de competências e habilidades, fundamentais para a formação do profissional que atuará com e nas infâncias e na modalidade de educação de jovens e adultos.
- aproximação com organizações e instituições da comunidade por meio de parcerias: o curso tem estabelecido parcerias com organizações e instituições educativas com vistas a estreitar o relacionamento com a comunidade e oferecer aos acadêmicos oportunidades de estágio, emprego, participação em eventos;
- realização de atividades extracurriculares: o curso organiza anualmente, em conjunto com outros cursos de licenciatura e com o Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação, ações, como: Colóquio das Licenciaturas, palestras, seminários, oficinas, comunicações, ateliês, oficinas pedagógicas, cursos, entre outros. Essas atividades extracurriculares, além do aprendizado apropriado, podem ser validadas como atividades complementares;
- apoio à qualificação docente: o Curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola, mediante o Programa de Qualificação Docente (PQD) da Univille, apoiou o ingresso de professores em cursos de doutorado e pós-doutorado;
- ações de profissionalização docente: o curso, pelo Programa de Profissionalização Docente (PPD) da Univille, propiciou aos docentes atividades de capacitação didático-pedagógica. O PPD oferece todos os anos uma programação de oficinas e palestras nos meses de recesso escolar (fevereiro e julho) e ao longo

do ano;

- estímulo à produção do conhecimento científico com vistas à autonomia intelectual e emancipação política dos sujeitos envolvidos no processo pedagógico;
- promoção da pesquisa e da investigação científica no processo pedagógico a fim de produzir conhecimentos e socializá-los;
- promoção, por intermédio da relação ensino e aprendizagem, da apreensão de conhecimentos artísticos, culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade;
- estímulo ao conhecimento e propor soluções aos problemas contemporâneos, em particular os nacionais e regionais;
- subsídio à prestação de serviços especializados à comunidade e estabelecer com ela relação de reciprocidade;
- promoção da extensão aberta à participação da população, visando à disseminação das conquistas e dos benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica produzida pela Instituição;
- disseminação da concepção de ser humano contextualizado ambientalmente, desenvolvendo a consciência ética e estética, que tem como base a sustentabilidade das ações sociais e culturais;
- promoção da percepção da complexidade por meio da multi, inter e transdisciplinaridade, a fim de desenvolver um ensino e aprendizagem voltado às questões contemporâneas.

O Currículo do Curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola contempla as políticas de ensino no que pode ser observado nas ementas dos componentes curriculares da matriz ao incluir o conhecimento teórico e prático, além de temas interdependentes e outros referentes ao contexto organizacional, envolvendo conhecimento geral e comum das licenciaturas e, no campo específico, os conteúdos curriculares na área de formação, contemplando nos componentes curriculares a educação ambiental, os direitos humanos, e as questões étnico-raciais.

No que concerne à metodologia de ensino e aprendizagem, o curso oferecido na modalidade presencial contempla atividades que levam o estudante a desenvolver as competências e habilidades necessárias ao desempenho profissional, mediadas pelo ambiente virtual de aprendizagem, bem como por metodologias ativas e aulas práticas em laboratórios, e nas vivências de extensão integradas com a prática como componente curricular.

As atividades pedagógicas serão acompanhadas e mediadas pelos professores de maneira que os estudantes possam desenvolver a autonomia, a ética e o senso crítico.

Para promover o desenvolvimento das habilidades e competências dos acadêmicos, utilizar-se-á diferentes ferramentas do ambiente virtual de aprendizagem, acessível pela Internet, com atividades de leitura de texto, aulas expositivas, vídeo aulas, discussão em fóruns, realização de testes e tarefas individuais e em grupo; far-se-á também o uso de metodologias de aprendizagem, como: atividades em equipes para resolução de problemas, jogos de interação do conteúdo e de desenvolvimento do conhecimento, atividades de laboratório. Se necessário, serão desenvolvidos materiais para atender os alunos com alguma deficiência (visual e auditiva), assegurando-lhes a aprendizagem. Também serão oportunizados metodologias para planejamento, execução e avaliação de práticas pedagógicas, em diferentes tempos e espaços escolares.

Durante a graduação, os alunos do curso têm oportunidade em participar de projetos de extensão, projetos de pesquisa, e vivenciar experiências práticas atuando como apoiadores e mediadores no processo de ensino aprendizagem das comunidades locais.

Visando a ampliação e desenvolvimento dos cursos de graduação, a Univille tem trabalhado ao longo dos últimos anos na inovação pedagógica e curricular que é compreendida como um procedimento de mudança planejado e passível de avaliação que leva a processos de ensino e aprendizagem centrados no estudante, mediados pelo professor e que apresentam as seguintes características:

- a. Prática pedagógica planejada, cooperativa e reflexiva;

- b. A mobilização e o desafio para o desenvolvimento de atitudes científicas e de autonomia com base na problematização da realidade e do conhecimento existente a seu respeito;
- c. A pesquisa, o que pressupõe considerar o conhecimento como ferramenta de intervenção na realidade;
- d. A relação entre teoria e prática;
- e. A interdisciplinaridade, com o intuito de promover o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento na compreensão da realidade;
- f. O desenvolvimento de habilidades, conhecimento e atitudes de maneira integrada;
- g. O uso das tecnologias de informação e comunicação como forma de potencializar a aprendizagem, contemplar as diferenças individuais e contribuir para a inserção no mundo digital;
- h. Avaliação sistemática da aprendizagem e que contemple tanto o aspecto formativo quanto o somativo do processo de ensino e aprendizagem;
- i. Comportamento ético e democrático de professores e estudantes.

A Inovação Curricular, além de se caracterizar como um processo de mudança planejado e passível de avaliação, é também um movimento que incentiva os NDEs e colegiado do curso a debruçar-se sobre o projeto pedagógico e estratégico do curso.

3.2 Política institucional de extensão

A Política de Extensão da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam: o planejamento, a organização, o gerenciamento, a execução e a avaliação dos cursos de extensão; prestação de serviços; eventos; atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer; participação em instâncias

comunitárias; projetos e programas desenvolvidos pela Universidade no que diz respeito à extensão universitária.

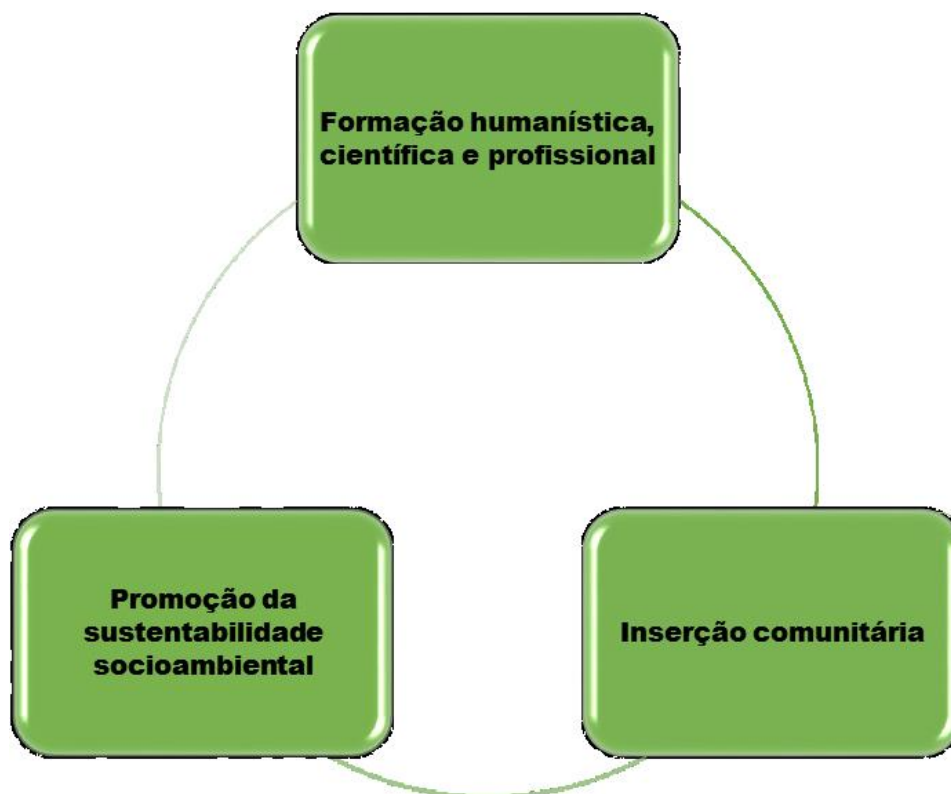
O público-alvo contemplado por essa política é constituído por profissionais da educação, pessoal administrativo e gestores da Univille. Abrange também todos os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino, nos diversos cursos oferecidos pela Univille. O público-alvo dessa política engloba ainda, indiretamente, a comunidade externa envolvida nas atividades de extensão da Universidade.

Essa política considera três macroprocessos (figura 8):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Inserção comunitária;
- Promoção da sustentabilidade socioambiental.

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, o que causa impacto significativo no cumprimento da missão e realização da visão e propicia uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento da extensão, alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Figura 8 – Macroprocessos da extensão



Fonte: PDI 2022-2026 (UNIVILLE, 2022)

Nas seções seguintes deste documento, cada um dos macroprocessos é descrito e são identificadas diretrizes específicas. Entretanto considera-se que existem diretrizes gerais a serem observadas, que se encontram descritas a seguir:

- **INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas, considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;

- **CONDUTA ÉTICA:** zelar pela construção de relacionamentos pautados em princípios éticos, de transparência, honestidade e respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental;
- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;
- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **SUSTENTABILIDADE:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de extensão, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazos as condições de trabalho e a execução das atividades de extensão;
- **AUTONOMIA:** promover, de forma sistematizada, o protagonismo social por meio do diálogo com a comunidade;
- **PLURALIDADE:** reconhecer a importância de uma abordagem plural no fazer extensionista que considere os múltiplos saberes e as correntes transculturais que irrigam as culturas.

O curso de Educação Escolar Quilombola desenvolve atividades de extensão por meio da participação de seus professores e estudantes em programas

institucionais de extensão, projetos de extensão do próprio curso ou de outros cursos da Univille, bem como na organização e participação em eventos e cursos. A seguir, atividades voltadas para a extensão na Univille de que o curso participa:

- a) Anualmente são abertos editais internos com vistas a selecionar propostas de projetos a serem operacionalizados no ano seguinte e financiados pelo Fundo de Apoio à Extensão da Univille. Os professores podem submeter propostas por meio do Edital Interno de Extensão. Além disso, professores e estudantes podem submeter projetos a editais externos divulgados pela Área de Extensão da Univille, projetos de demanda externa em parceria com instituições e organizações e projetos voluntários;
- b) Semana Univille de Ciência, Sociedade e Tecnologia (SUCST): por acreditar que os resultados de ensino, pesquisa e extensão constituem uma criação conjunta entre professores e acadêmicos, anualmente a Univille promove um seminário institucional com o intuito de apresentar as ações relativas a projetos nessas áreas e promover uma reflexão sobre sua indissociabilidade e os desafios da multidisciplinaridade. As atividades incluem palestras e relato de experiências por parte de professores e estudantes engajados em diferentes projetos da universidade. Os estudantes do curso podem participar desse evento por meio de apresentação de trabalhos ou assistindo a sessões técnicas e palestras;
- c) Semana da Comunidade: anualmente a Univille realiza um evento comemorativo de seu credenciamento como Universidade. Durante a semana são promovidas diversas ações com vistas a oferecer à comunidade externa a oportunidade de conhecer instituições e sua ação comunitária. O curso participa, por meio de um estande, da Feira das Profissões, oferecendo à comunidade informações sobre o curso e a carreira na área. Também são apresentados os protótipos e os modelos dos projetos permanentes apoiados pelo curso. Além disso, durante a semana, os estudantes podem participar de

palestras com os mais diversos temas: empregabilidade, mobilidade acadêmica, saúde, cidadania, direitos humanos;

- d) Programa Institucional Estruturante de Empreendedorismo: tem por objetivo vincular as ações de formação empreendedora existentes nos diferentes cursos de extensão ao Parque de Inovação Tecnológica da Região de Joinville (Inovaparq). As ações do programa incluem articulação dos professores que lecionam as disciplinas na área de empreendedorismo, promoção de eventos de sensibilização e formação em empreendedorismo;
- e) Realização de eventos: o curso promove eventos relacionados à área de formação, tais como palestras, cursos e oficinas, os quais ocorrem ao longo do ano e atendem os estudantes e a comunidade externa. Alguns deles são realizados por meio de parcerias estabelecidas pelo curso;
- f) Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região: o Inovaparq é uma iniciativa liderada pela Univille com o intuito de constituir um hábitat de inovação. O parque foi instalado no *Campus* Joinville e conta com uma incubadora de empresas. O projeto prevê a instalação de empresas e a articulação de projetos com a Univille.

Considerando a extensão como experiência de aprendizagem que se constitui de forma dialógica nos territórios, compreendemos que a sua curricularização provoca a incorporação de saberes construídos nessa trajetória, constituindo o currículo como um itinerário formativo. Desse modo, é possível mudar a concepção pedagógica de ensino pelo viés metodológico, conceitual e pela relação permanente com a sociedade.

Assim, a experiência da curricularização proporciona a produção de um currículo indissociável que viabiliza a intencionalidade pedagógica da extensão e possibilita a formação integral em todas as suas dimensões, repensando as ações docentes, investigativas e com a comunidade. Isto posto, a Univille tem por objetivos em relação à curricularização da extensão:

1. Promover a formação integral do estudante a partir de uma proposta curricular

indissociável que oportunize a vivência e o reconhecimento de outras realidades sociais, identificar o profissional em formação com um projeto de sociedade e de mundo, o reconhecimento da construção epistemológica e a construção da identidade cidadã;

2. Identificar temas emergentes das situações vividas no encontro com a comunidade, suas realidades e demandas, as quais poderão se traduzir em produção de novos conhecimentos;
3. Consolidar a vocação comunitária da Univille, tornando a Instituição cada vez mais reconhecida perante a sociedade;
4. Contribuir para o desenvolvimento de competências individuais e coletivas por meio da vivência das questões emergentes das diversas comunidades;
5. Ser um eixo norteador para a inovação curricular e pedagógica e integração entre diferentes cursos e áreas;
6. Contribuir para a engenharia econômica dos cursos na busca pela sustentabilidade.

O curso estabeleceu em sua matriz atividades de extensão, na perspectiva da curricularização da extensão e integradas com as atividades práticas como componente curricular e a vinculação de atividades práticas de disciplinas.

3.3 Política institucional de pesquisa

A Política de Pesquisa da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, a coordenação, a execução, a supervisão/acompanhamento e a avaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade no que diz respeito à pesquisa.

O público-alvo contemplado por essa política é constituído por profissionais da educação, pessoal administrativo e gestores da Univille. Abrange ainda os estudantes

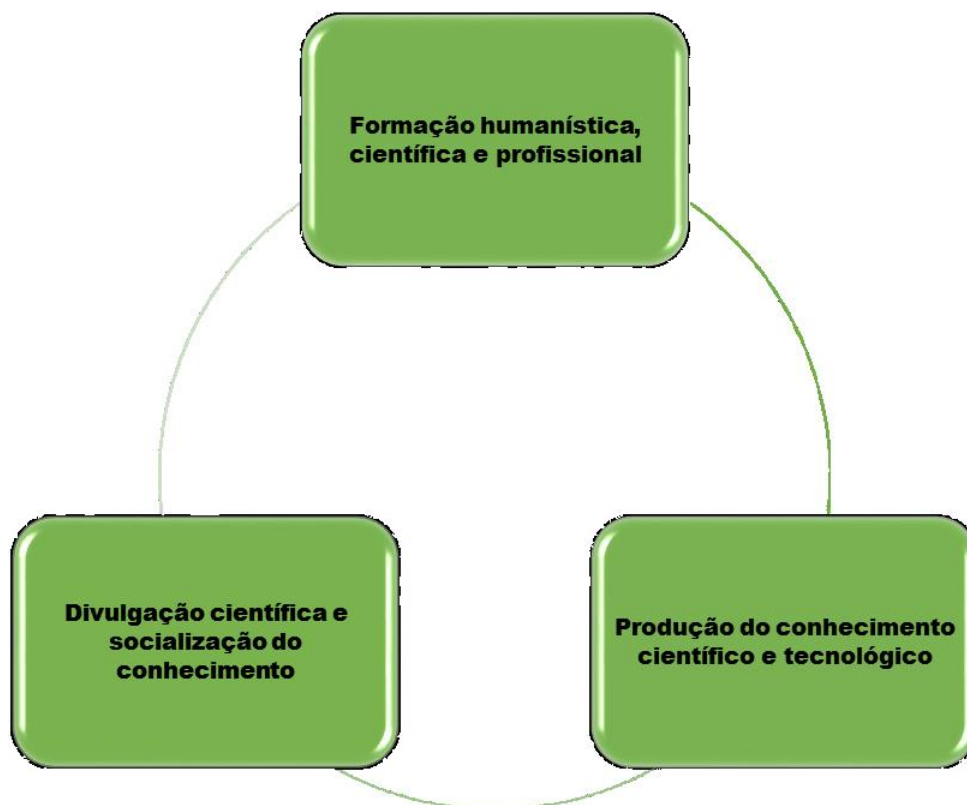
regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino, nos diversos cursos oferecidos pela Univille.

Essa política considera três macroprocessos (figura 9):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Produção do conhecimento científico e tecnológico;
- Divulgação científica e socialização do conhecimento.

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, o que causa impacto significativo no cumprimento da missão e realização da visão e propicia uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento da pesquisa alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Figura 9 – Macroprocessos da pesquisa



Fonte: PDI 2022-2026 (UNIVILLE, 2022)

Embora cada um dos macroprocessos apresente diretrizes específicas para a sua consecução, há diretrizes gerais que devem nortear o desenvolvimento dessa política, entre as quais:

- **INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;

- **CONDUTA ÉTICA:** baseada em valores que garantam integridade intelectual e física dos envolvidos na ação de pesquisar e fidelidade no processamento e na demonstração de resultados com base nas evidências científicas;
- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;
- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **SUSTENTABILIDADE:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de pesquisa, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazos as condições de trabalho e a execução das atividades de pesquisa científica;
- **ARTICULAÇÃO SOCIAL:** busca de soluções científicas e tecnológicas para o desenvolvimento e a valorização das atividades econômicas, culturais e artísticas da região por meio de parceria entre a Universidade e a comunidade externa;
- **RELEVÂNCIA:** projetos e programas de pesquisa devem estar alinhados ao PDI, aos PPCs e às linhas dos programas de pós-graduação (PPGs), visando ao impacto social e inovador da pesquisa.

O curso desenvolve atividades de pesquisa por meio da participação de seus professores e estudantes em programas institucionais de pesquisa. A seguir, atividades voltadas para a pesquisa na Univille de que o curso participa:

- a) Anualmente são abertos editais internos com vistas a selecionar propostas de projetos a serem operacionalizados no ano seguinte e financiados pelo Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) da Univille. Os alunos podem submeter propostas por meio do Edital Pibic, e os professores, por meio do Edital Interno de Pesquisa. Além disso, professores e estudantes podem submeter projetos a editais externos divulgados pela Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia (Agitte) da Univille, projetos de demanda externa em parceria com instituições e organizações e projetos voluntários;
- b) Semana Univille de Ciência, Sociedade e Tecnologia (SUCST): participação do corpo docente e discente do curso de Educação Escolar Quilombola como ouvinte e/ou como palestrante.
- c) Projetos desenvolvidos por professores do curso com estudantes sobre temas relacionados à aprendizagem e inovação;
- d) Também é oportunizada aos professores e estudantes a participação em eventos externos, como a apresentação de Comunicações e Pôsteres de resultados de pesquisa em congressos nacionais e internacionais.

Tanto aqui como na extensão, o curso pode definir linhas específicas para os professores apresentarem os seus projetos nos editais internos da Instituição para estar alinhada à proposta ao que prevê o PPC.

3.4 Histórico do curso

O Curso de Educação Escolar Quilombola é um curso que se encontra em fase de conclusão de sua implantação, com sua turma tendo finalizado o 8º Semestre em 2023. A Univille, em 2019, participou do Edital n.1009/SED/2019, do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina - UNIEDU, que contemplaria bolsas para

estudantes de diferentes licenciaturas, entre elas a Licenciatura em Educação Escolar Quilombola. O projeto da Univille foi aprovado e as aulas tiveram início em agosto de 2019.

Em 2023 a Univille submeteu o projeto do Curso de Educação Escolar Quilombola ao Edital 023/13/PARFOR EQUIDADE (Programa da CAPES) e foi selecionado para a oferta de uma turma de 30 estudantes que devem iniciar as aulas no segundo semestre de 2024.

3.5 Justificativa da necessidade social do curso (contexto educacional)

O Curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola teve a sua criação motivada pelo Edital nº 1009/2019 da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Este edital promoveu o credenciamento de instituições de ensino para a oferta de cursos de licenciatura na modalidade presencial por meio do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina/UNIEDU. O objetivo do Governo do Estado é promover a formação de professores da Educação Básica em áreas onde foi identificada carência de professores habilitados. A Univille apresentou o projeto e foi credenciada para a oferta do Curso de Educação Escolar Quilombola na cidade de Joinville.

Os Quilombos não constituem uma experiência restrita ao passado brasileiro e da população negra em especial. É um fenômeno contemporâneo que marca inúmeros municípios do país, inclusive a região de Joinville no Estado de Santa Catarina, que possui cinco comunidades remanescentes quilombolas identificadas, sendo três certificadas e as outras duas em processo de certificação: Comunidade Areias Pequenas – Araquari/SC; Itapocu – Araquari/SC; Tapera – São Francisco do Sul; Beco do Caminho Curto – Joinville e Ribeirão do Cubatão – Joinville.

No campo educacional, tendo em vista a Lei nº 10.639/2003, as comunidades quilombolas apresentam-se propícias para uma transformação da educação rural e urbana, da realidade em variados contextos históricos e geográficos.

As Políticas Públicas de Educação e o movimento contemporâneo de inclusão escolar no Brasil pressupõem que a educação é um direito de todos os indivíduos, contribuindo para a possibilidade de escolas democráticas e uma sociedade justa e humana. Para tal, se faz necessário um projeto pedagógico, para a organização das escolas e para o atendimento à demanda de seus profissionais por formação inicial e continuada para o atendimento da diversidade humana e de aprendizagem dos estudantes, considerando suas características individuais, ritmos singulares de aprendizagem e de desenvolvimento social.

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos.

Na área da educação, há demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata-se de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas, oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais, implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade; exige a valorização e o respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. Requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria estereótipos depreciativos, palavras e atitudes, velada ou explicitamente, violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros.

Criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus ancestrais terem sido

explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, exige que os estabelecimentos de ensino estudem questões que dizem respeito à comunidade negra, contem com instalações e equipamentos sólidos, atualizados, com professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, planejamento curricular, execução e avaliação das ações pedagógicas que promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade.

Estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino, deverá ser formuladas de acordo com a Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas nos currículos escolares em toda a rede de ensino pública ou privada. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas basicamente se constituem de componentes curriculares que valorizam orientações, princípios e fundamentos dos processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas como é o caso das comunidades quilombolas. Também direcionam as unidades educacionais para a proposição de atividades relevantes em relação aos conhecimentos das diversas populações africanas, suas origens e contribuições para o nosso cotidiano e história, num movimento de construção e redimensionamento curricular e ação educativa, salientando a importância do contexto e sua diversidade cultural. Logo, um lugar onde as alteridades são negadas, na medida em que exerceu a função de moldar/ajustar nessa/para essa lógica ocidental e eurocêntrica, deslegitimando dessa forma a história, as vozes, os saberes e culturas de grupos sociais subalternizados (CANDAU; RUSSO, 2010).

Para isso, as IES devem contemplar, em seus projetos pedagógicos, o atendimento dessa diversidade, atentando para, dentre outros aspectos, a superação

das barreiras arquitetônicas, linguísticas, atitudinais, pedagógicas e de aprendizagem, presentes no cotidiano escolar; propondo a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de professores para empreender a construção dessas pedagogias. É, pois, fundamental o combate ao racismo e que todos, negros e não negros, além de ter acesso a conhecimentos básicos tidos como fundamentais para a vida integrada à sociedade, exercício profissional competente, recebam formação que os capacite para elaborar novas relações étnico-raciais. A educação das relações étnico/raciais positivas tem como objetivo qualificar professores para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos e, além disso, sensíveis e capazes de direcionar positivamente atividades pedagógicas que remetam a atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos de grupos discriminados, orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. Uma concepção de educação e aquisição de conhecimentos que vá ao encontro dos interesses emancipatórios das comunidades quilombolas de Joinville e Região, Itapocu, Areias Pequenas no município de Araquari, Beco do Caminho Curto no município de Joinville e Tapera em São Francisco do Sul, em processo de certificação e certificadas pela Fundação Palmares. Tais comunidades apresentavam uma demanda de 70 (setenta) pessoas interessadas em realizar um curso de Educação Escolar Quilombola, com ênfase na trajetória histórica de cada comunidade. Nessa perspectiva, o processo de escolarização no ensino superior a partir de uma licenciatura em Educação Escolar Quilombola tem papel preponderante para a eliminação das discriminações, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, ressignificando processos pedagógicos, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação dos espaços democráticos e igualitários que pressupõe valorizar e validar as diversas formas de vida, que são constantemente inventadas e reinventadas.

3.6 Proposta filosófica da Instituição e do curso

A Univille é uma instituição educacional que tem a missão de “Promover, enquanto universidade comunitária, formação humanística, científica e profissional para a sociedade por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, comprometida com a sustentabilidade socioambiental”. Com base nisso, suas atividades estão fundamentadas nos princípios filosóficos e técnico-metodológicos apresentados na sequência que constam no Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026:

3.6.1 Educação para o século XXI

Desde a década de 1990 ocorrem discussões nacionais e internacionais sobre a educação para o século XXI e o compromisso com a aprendizagem dos estudantes, compreendida como o processo de desenvolvimento de competências para fazer frente aos desafios do mundo contemporâneo. Em termos gerais, com base nos pilares delineados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, do inglês United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) para a educação do século XXI, pode-se considerar que tais competências incluem, de forma não exclusiva, a capacidade do estudante de (DELORS, 2000):

- **Aprender a conhecer:** inclui as capacidades de formular problemas, definir objetivos e especificar e aplicar metodologias, técnicas e ferramentas na solução de problemas;
- **Aprender a fazer:** implica ser capaz de empregar conceitos, métodos, técnicas e ferramentas próprios de determinado campo profissional;
- **Aprender a conviver:** abrange a capacidade de se comunicar de forma eficaz, trabalhar em equipe, respeitar as normas de convívio social levando em conta os direitos e deveres individuais e coletivos;

- **Aprender a ser:** diz respeito a ser capaz de agir eticamente e comprometido com o respeito aos direitos humanos.

Decorridas quase duas décadas do início do século XXI, a proposição dos pilares precisa considerar as transformações pelas quais o mundo do trabalho vem passando e as novas exigências em termos de habilidades para o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho contemporâneo. Entre os estudos internacionais que discutem tais mudanças, é possível citar o realizado pelo Institute for The Future (IFTF), um grupo ligado à University of Phoenix que se dedica a pesquisas sobre mudanças sociais e no mercado de trabalho. O relatório *Future work skills 2020* apontou seis grandes indutores de mudanças disruptivas com impactos sobre as habilidades para o trabalho no século XXI (IFTF, 2011):

- **Extrema longevidade:** ocorre um aumento da população com idade acima dos 60 anos, sobretudo nos Estados Unidos, na Europa e em países como o Brasil. A perspectiva é de que tal fenômeno influencie as percepções sobre idade/velhice, bem como sobre as carreiras profissionais, a inserção no mercado de trabalho e a forma de proporcionar serviços de saúde e bem-estar para as pessoas idosas;
- **Ascensão de sistemas e máquinas inteligentes:** o avanço tecnológico, especialmente da microeletrônica e da tecnologia da informação e comunicação, proporciona a disponibilização de um grande número de máquinas e sistemas inteligentes (*smart*) não apenas nas fábricas e escritórios, mas também nos serviços médico-hospitalares e educacionais, nos lares e na vida cotidiana. Isso implicará um novo tipo de relacionamento dos seres humanos com as máquinas e sistemas, o que exigirá domínio de habilidades tecnológicas e compreensão das modalidades de relacionamentos sociais mediadas por essas tecnologias;
- **Mundo computacional:** a difusão do uso de sensores para a captação de dados e o incremento no poder de processamento e de comunicação por meio de diferentes objetos de uso cotidiano (*internet of things* – IoT) abrem

a oportunidade de desenvolvimento de sistemas pervasivos e ubíquos em uma escala que anteriormente era impossível. Uma das consequências disso é a disponibilização de uma enorme quantidade de dados (*big data*) que por meio de modelagem e simulação propicia a compreensão de uma variedade de fenômenos e problemas nas mais diferentes áreas e em diferentes níveis de abrangência. Isso exige a capacidade de coletar e analisar grandes volumes de dados com o intuito de identificar padrões de relacionamento e comportamento, tomar decisões e projetar soluções;

- **Ecologia das novas mídias:** novas tecnologias de multimídia transformam os modos de comunicação, desenvolvendo novas linguagens e influenciando não apenas a maneira com que as pessoas se comunicam, mas também como se relacionam e aprendem. Tais mudanças exigem outras formas de alfabetização além da textual e uma nova compreensão dos processos de aprendizagem e construção do conhecimento;
- **Superestruturas organizacionais:** novas tecnologias e plataformas de mídia social estão influenciando a maneira como as organizações se estruturam e como produzem e criam valor. O conceito de rede passa a ser uma importante metáfora para a compreensão da sociedade e das organizações. Essa reestruturação implica ir além das estruturas e dos processos tradicionais para considerar uma integração em escala ainda maior, ultrapassando as fronteiras organizacionais e físicas com o objetivo de propiciar a colaboração entre pessoas, grupos e instituições. Isso influencia e transforma conceitos organizacionais e de gestão que passam a considerar aspectos das áreas de *design*, computação, neurociências, psicologia, antropologia cultural e sociologia;
- **Mundo conectado globalmente:** o aumento da interconectividade global faz repensar as relações entre as nações, e um novo contexto social e político desenha-se à medida que Estados Unidos e Europa deixam de ser lideranças em termos de criação de empregos, inovação e poder político e

econômico. As organizações multinacionais já não têm necessariamente suas sedes na Europa, no Japão e nos EUA e, além disso, passam a usar a conectividade global para potencializar o papel de suas subsidiárias em países como Índia, Brasil e China. Como algumas das consequências dessa transformação, cresce a importância de saber lidar com a diversidade humana em todos os seus aspectos e dispor da capacidade de adaptação a diferentes contextos sociais e culturais.

O IFTF (2011) identificou um conjunto de habilidades para o mundo do trabalho com base nas mudanças caracterizadas anteriormente. Tais habilidades são representadas na figura 10:

Figura 10 – Dez habilidades para a força de trabalho no futuro

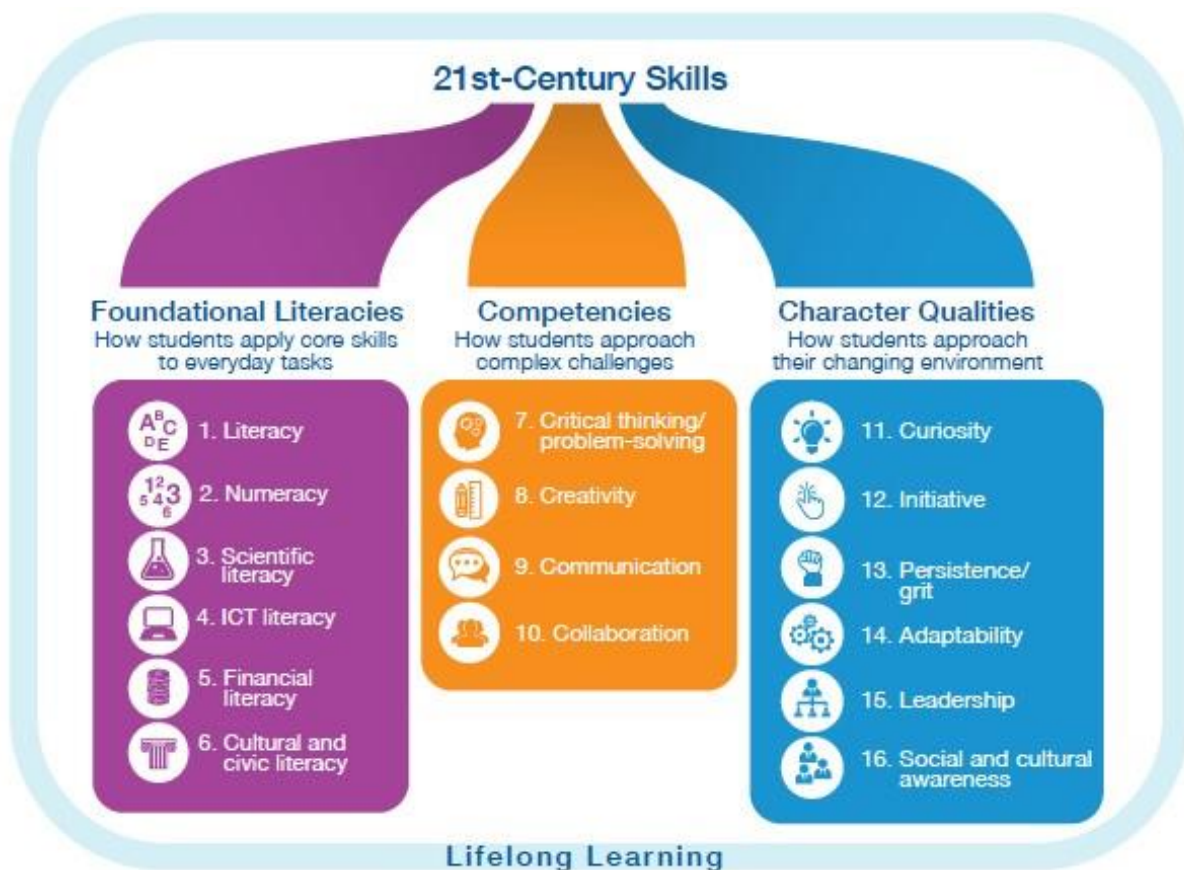


Fazer sentido	• Ser capaz de determinar o sentido ou significado mais profundo do que está sendo expresso
Inteligência social	• Ser capaz de se conectar aos outros de uma forma direta e profunda para sentir e estimular reações e interações desejadas
Pensamento inovador e adaptativo	• Ser capaz de pensar e propor soluções e respostas para além do que é baseado em regras
Competência transcultural	• Ser capaz de agir em diferentes contextos culturais
Pensamento computacional	• Ser capaz de traduzir uma grande quantidade de dados em conceitos abstratos e raciocinar baseado em dados
Fluência em novas mídias	• Ser capaz de avaliar e desenvolver criticamente conteúdo para uso em novas formas de mídia e empregar em comunicação persuasiva
Transdisciplinaridade	• Ser capaz de entender conceitos transversais a múltiplas disciplinas
Mentalidade projetual	• Ser capaz de representar e desenvolver tarefas e processos de trabalho para a obtenção de resultados desejados
Gestão da carga cognitiva	• Ser capaz de discriminar e filtrar informação pela análise de sua importância, e entender como maximizar o funcionamento cognitivo usando diversas ferramentas e técnicas
Colaboração virtual	• Ser capaz de trabalhar produtivamente, engajar-se e demonstrar presença em uma equipe virtual

Fonte: Adaptado de IFTF (2011)

Mais recentemente, o Fórum Econômico Mundial (WEFORUM, 2015) publicou pesquisa sobre uma nova visão para a educação com o emprego de novas metodologias e tecnologias de aprendizagem. O estudo enfatiza a concepção de uma educação ao longo de toda a vida que tem por objetivo o desenvolvimento de competências e habilidades (figura 11) necessárias para que se possam enfrentar as transformações no mundo do trabalho e no contexto social (WEFORUM, 2015).

Figura 11 – Competências e habilidades para o século XXI



Fonte: WEFORUM (2015 apud PDI 2022 – 2026)

Conforme o Weforum (2015), as competências e habilidades para o século XXI abrangem três grupos:

- **Habilidades fundamentais** – relacionadas às habilidades aplicadas no cotidiano e que podem ser subdivididas em: leitura e escrita; numéricas; aplicação do pensamento científico; utilização de tecnologias da informação e comunicação; gestão das finanças pessoais; atuação no contexto cultural e no exercício da cidadania;
- **Competências** – relacionadas à abordagem de problemas complexos que incluem: pensamento crítico e solução de problemas; criatividade; comunicação; colaboração (os quatro cês);

- **Características pessoais** – dizem respeito a atitudes e habilidades empregadas em situações de mudança e que abrangem: curiosidade; iniciativa; persistência e resiliência; adaptabilidade; liderança; consciência social e cultural.

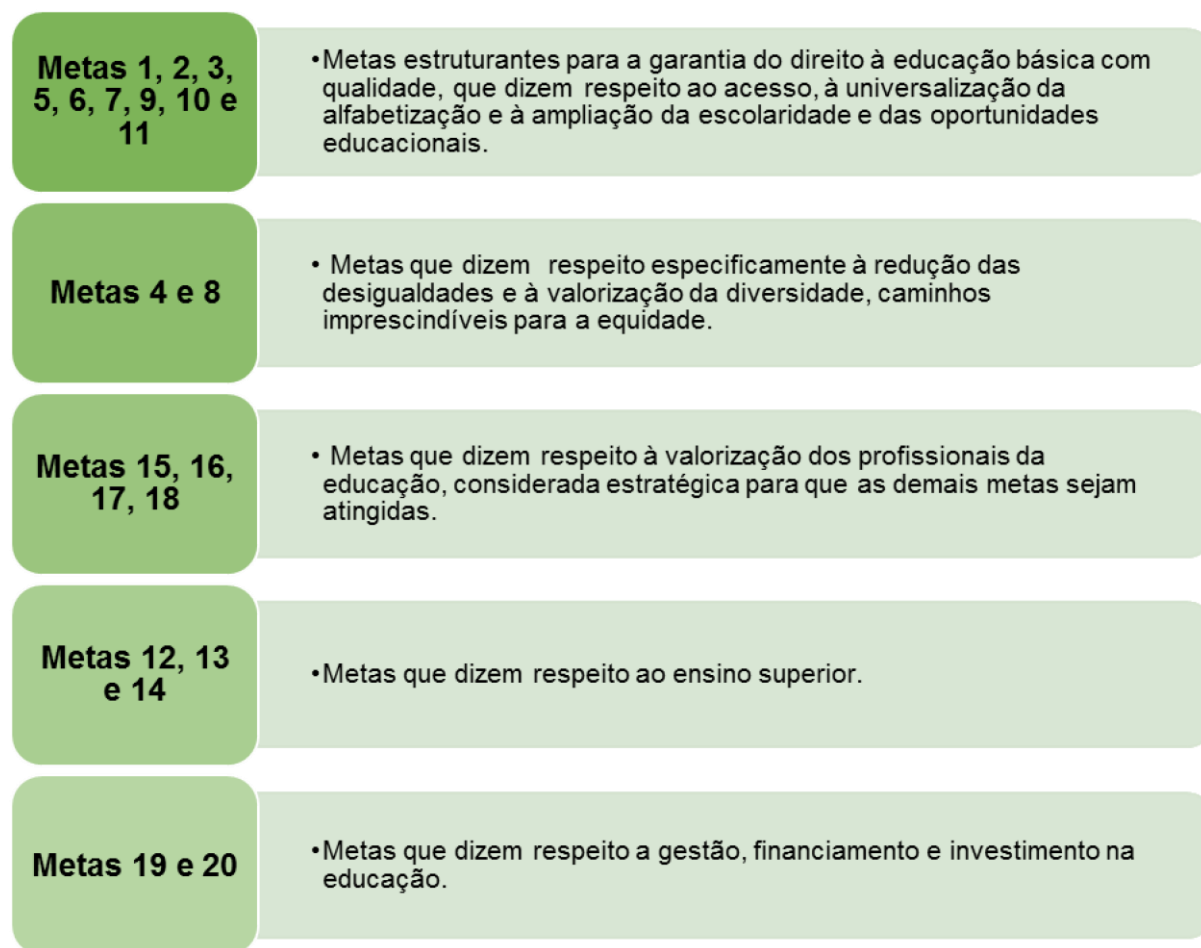
No Brasil, o Plano Nacional de Educação (PNE) é referência importante na discussão sobre educação. Foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), tem vigência de dez anos e conta com as seguintes diretrizes:

- erradicação do analfabetismo;
- universalização do atendimento escolar;
- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- melhoria da qualidade da educação;
- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
- estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, como proporção do PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- valorização dos profissionais da educação;
- promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

O PNE é um conjunto de compromissos com o intuito de: eliminar desigualdades por meio de metas orientadas para enfrentar as barreiras de acesso e permanência à educação; erradicar as desigualdades educacionais levando em conta

as especificidades regionais; promover a formação para o trabalho com base nas realidades locais; e fomentar o exercício da cidadania (MEC, 2014). O PNE foi elaborado com base em um amplo debate promovido pela Conferência Nacional de Educação ocorrida em 2010 e pelas discussões no Congresso Nacional, resultando em 20 metas, as quais, em uma análise transversal podem ser agrupadas com o intuito de compreender a articulação proposta pelo PNE. A figura 12 apresenta o agrupamento das metas conforme proposto pelo documento “Planejando a próxima década”: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação (MEC, 2014):

Figura 12 – Agrupamento das metas do PNE 2014-2024



Fonte: PDI, 2022-2026 (Univille, 2022)

É importante destacar o papel das universidades para o alcance das metas relacionadas ao ensino superior. As ações a serem desenvolvidas pelas instituições de ensino superior incluem:

- Expansão do acesso à graduação pela oferta de vagas em diferentes modalidades de ensino com o intuito de contribuir para o aumento das taxas de matrícula;
- Expansão do acesso à pós-graduação *stricto sensu* pela oferta de vagas com o intuito de contribuir para o aumento do número de mestres e doutores e a consequente melhoria da pesquisa no país;
- Melhoria da qualidade da educação superior pelo investimento em: qualificação e profissionalização dos profissionais da educação; inovação pedagógica e curricular; infraestrutura.

Dessa forma, com base na contextualização dos desafios da educação para o século XXI e nas metas do PNE 2014-2024, é possível discutir o papel da Univille, como Universidade, e seus compromissos com uma formação humanística, científica e profissional perante os desafios do mundo contemporâneo.

3.6.2 Universidade

Inicialmente, é importante que se ratifique a relevância da formação humanística, científica e profissional oferecida pela Univille nesses seus 50 anos de existência. Isso permite compreender o conhecimento sempre como possibilidade de discussão e diálogo para a formação inicial, integral e continuada de todos os sujeitos envolvidos nesse processo: estudantes, profissionais da educação, pessoal administrativo e comunidade externa. Como diz Morin (2004, p. 55), “todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer

à espécie humana”. Daí a importância de analisar e perceber os movimentos da sociedade e como vêm se configurando nos tempos atuais.

Para tanto é necessário pensar como o conhecimento tem sido tratado nas instituições formadoras, pois a Universidade deve oportunizar aos seus estudantes e profissionais um processo de aprendizagem por meio da relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Tal relação permite que a Universidade se alimente e retroalimente com os resultados dos conhecimentos gerados por ela mesma e pela comunidade de sua região de abrangência, como forma de se manter sintonizada com essa comunidade e construir um relacionamento colaborativo e relevante com ela.

A posição de Santos (1989) aproxima-se da concepção da Universidade sobre formação:

A concepção humanística das ciências sociais enquanto agente catalisador da progressiva fusão das ciências naturais e ciências sociais coloca a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento, mas, ao contrário das humanidades tradicionais, coloca o que hoje designamos por natureza no centro da pessoa. Não há natureza humana porque toda a natureza é humana.

Assim, a educação precisa contribuir para a formação integral da pessoa e para a prática de sua cidadania. “Ser cidadão significa ter uma visão crítico-reflexiva, traduzida em prática transformadora da realidade, de forma autônoma, responsável e ética” (FREIRE, 1998). Eis o caráter estratégico da universidade, na medida em que a formação por ela propiciada contribui para o desenvolvimento, pelo estudante, das competências necessárias para a sua atuação no contexto social e profissional. A Univille, dessa forma, concebe a educação como uma ação comprometida também com o desenvolvimento de competências:

A competência é o conjunto de aprendizagens sociais e comunicacionais nutridas a montante pela aprendizagem e formação e a jusante pelo sistema de avaliações. [...] competência é um saber agir responsável e que é reconhecido pelos outros. Implica saber como mobilizar, integrar e transferir os conhecimentos, recursos e

habilidades, num contexto profissional determinado (FLEURY; FLEURY, 2001).

Possibilitar ao estudante e ao futuro profissional a oportunidade de pensar ambientalmente a sociedade em sua dimensão totalizadora, isto é, o ser humano inserido no meio ambiente, faz com que o uso de seus conhecimentos e habilidades ajude a construir uma sociedade socio ambientalmente responsável.

Como instituição comunitária, a Univille percebe a necessidade urgente de promover uma educação com caráter dialógico e integrador, para que, com as relações estabelecidas entre os atores sociais que a compõem, eles pensem criticamente no seu papel com base em valores que incluam cidadania, ética e integração, considerando a importância da inovação e da responsabilidade socioambiental.

3.6.3 Concepção filosófica específica do curso

O desafio da formação se configura na realização de uma “formação profissional consistente” (CAVALCANTI, 2003, web), para que profissionalmente, possa

analisar a sociedade contemporânea, suas contradições, suas transformações e propor intervenções; compreender o processo histórico de construção do conhecimento, seus avanços e limites; e sensibilidade para compreender o mundo atual, suas demandas, seus dilemas, sua subjetividade, suas linguagens.

No entanto, para essa formação, Cavalcanti (2003, web) aponta que será preciso “oferecer espaços e tempos para a reflexão e construção de conhecimentos teórico-práticos orientados para os desafios da prática que se tornam princípios da formação: integração teoria-prática; ensino-pesquisa, interdisciplinaridade”.

Na sociedade contemporânea, a educação fundamenta seus princípios na concepção dialética das relações entre o orgânico e o social, o sujeito e o meio, estabelecendo uma interação que permite a superação das dicotomias: aprendizagem

e desenvolvimento e indivíduo e sociedade. Tem o enfoque alicerçado em processos de construção e na gestão e disseminação do conhecimento, destacando o aprender a aprender, estimulando as manifestações de experiências de aprendizagem com novos conceitos de conhecimento, espaço e tempo.

O aprender é um processo complexo no qual o ser humano é o sujeito ativo na construção do conhecimento, e este somente se dá por meio da ação do sujeito sobre a realidade, na expectativa de formar “novos sujeitos” que possam transformar o lugar de vida em um lugar que respeite, valorize e favoreça e inclusão das questões étnico-raciais de forma intencional e contínua.

Dentre os princípios que fundamentam a presente proposta, destacam-se: a memória coletiva dos marcos civilizatórios; das práticas culturais; das tecnologias e formas de produção do trabalho; dos acervos e repositórios orais; dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural; e da territorialidade (BRASIL, 2012, a).

Pois, para atender a realidade sociocultural e garantir o direito à diferença, faz-se necessário reconhecer a cultura, as tradições, a oralidade, a memória, a ancestralidade, o mundo do trabalho, o etnodesenvolvimento, a estética, as lutas pela terra e pelo território. Esse processo requer envolvimento e participação dos acadêmicos e das comunidades locais, no sentido de promover ações de construção, desconstrução e reconstrução.

Para atender a demanda da formação, a prática didático-pedagógica terá abordagem multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, numa perspectiva crítico-reflexiva, para o seu desenvolvimento profissional, pessoal e organizacional, com capacidade de reconsiderar e ressignificar os seus saberes.

Entende-se que a prática pedagógica proporcionará aos acadêmicos momentos e situações que vão contribuir para o desenvolvimento do pensamento autônomo, a contextualização, a democratização, a pertinência e a relevância social, a ética, a sensibilidade afetiva e estética. Para Vygotsky (2003), o conhecimento envolve sempre um fazer, um atuar do homem, com responsabilidade de se colocar

de forma autônoma e crítica para promover a transformação, mantendo a identidade cultural expressa no território.

Para atender aos pressupostos apresentados, reforça-se a noção de educação não apenas como processo de formação profissional, mas também como o de inserção do profissional da educação na realidade social com possibilidades de participar do desenvolvimento local e global e intervir nele.

Além disto, é preciso que desenvolvam habilidades específicas para dominar os fluxos de informação, de investigação e de produção. Estas habilidades requerem o desenvolvimento de habilidades colaborativas, como: organização, liderança e planejamento (VEEN; VRAKING, 2009).

Destaca-se ainda que, de acordo com Veen; Vrakking (2009), os princípios que os estudantes precisam ter para controlar seu processo de aprendizagem, são: confiança, relevância, talento, desafio, imersão, paixão e autodirecionamento.

Tem-se o desafio de formar um profissional para a educação que estimule a formação ética,

elemento fundamental para a formação das novas gerações, auxiliando os alunos a construir um sentido de responsabilidade para valorizar: os direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais. (BNCC, 2017, p. 352)

O curso de Educação Escolar Quilombola da Univille tem o entendimento de que a educação expressa um conjunto de princípios que servem de base a um sistema filosófico-científico apoiado na concepção de homem e sociedade.

Neste contexto, precisa-se assegurar uma formação que garanta o desenvolvimento dos princípios da Educação Escolar Quilombola e possibilitar que esse profissional consiga contribuir na implementação do currículo escolar quilombola, numa perspectiva interdisciplinar e democrática, visando a garantia do direito à educação às comunidades quilombolas, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade, os conhecimentos tradicionais; dessa forma, promover o fortalecimento da identidade das comunidades e para atender às especificidades no exercício de suas atividades.

De acordo com a Resolução nº8/12, entende-se por quilombos os grupos étnico-raciais definidos por auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica, podendo ser comunidades rurais e urbanas que compartilham trajetórias comuns, possuem laços de pertencimento, tradição cultural de valorização dos antepassados calcada numa história identitária comum, entre outros.

Além disso, a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014, p. 82), aponta que “o tempo, o espaço social, as significações culturais e os valores de cada comunidade devem subsidiar a organização do currículo das escolas quilombolas, bem como daquelas frequentadas por estudantes dos quilombos”.

Por fim, para atender a formação dos professores, faz-se necessário considerar a realidade dos acadêmicos, da comunidade em que se encontram inseridas, utilizar um conjunto de estratégias, recursos e objetos digitais que promovam o desenvolvimento de competências e habilidades; que, também, proporcionem a apropriação do conhecimento, de valores e atitudes por meio dos componentes curriculares; bem como, o fortalecimento da responsabilidade, do protagonismo e da autonomia, elementos indispensáveis para a prática profissional, objetivando uma educação inclusiva e de qualidade, como direito de todos.

3.6.4 Competências Gerais para a Formação de Professores para a Educação Básica

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores apresentam as seguintes competências gerais:

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ressignificar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem, colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva;

2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas;
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural;
4. Utilizar diferentes linguagens - verbal, corporal, visual, sonora e digital - para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao compartilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo;
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens;
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade;
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta;
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes;

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem;

10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

3.6.5 Competências Específicas para a Formação de Professores para a Educação Básica

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores apresentam as seguintes competências específicas:

A) Conhecimento Profissional

- ✓ Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;
- ✓ Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- ✓ Reconhecer os contextos;
- ✓ Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

B) Prática Profissional

- ✓ Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;
- ✓ Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem;
- ✓ Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino;
- ✓ Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos de conhecimento, competências e habilidades.

C) Engajamento Profissional

- ✓ Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;
- ✓ Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
- ✓ Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos;
- ✓ Engajar-se profissionalmente, com as famílias e com a comunidade.

3.6.6 Competências e habilidades gerais e específicas docentes da Univille

As diretrizes do curso de Educação Escolar Quilombola têm como princípios norteadores os estabelecidos pelas diretrizes do ensino de graduação na Univille, descritos a seguir:

- responsabilidade e compromisso social no processo de formação de cidadãos/profissionais inseridos num contexto marcado por desigualdades sociais e por profundas transformações;
- formação humanística que privilegie a sólida visão de homem e sociedade;
- compromisso com a resolução de problemas ambientais, visando à melhoria da qualidade de vida;
- articulação entre teoria e prática;
- pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- integração com os campos de atuação profissional;
- desenvolvimento da capacidade intelectual e profissional, autônoma e permanente;
- formação específica que possibilite o desenvolvimento de habilidades específicas;
- valorização de conhecimentos, habilidades e experiência profissional, desenvolvidos fora do ambiente acadêmico.

3.7 Objetivos do curso

3.7.1 Objetivo geral do curso

Promover, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, a formação de profissionais licenciados para atender as diretrizes da Educação Escolar Quilombola, contribuindo de forma crítica e criativa para a formação de cidadãos, que possam contribuir com o desenvolvimento educacional, cultural, social, ambiental e econômico.

3.7.2 Objetivos específicos do curso

- Formar professores que atuarão nas etapas de educação infantil, fundamental I e na modalidade de educação de jovens e adultos;
- Habilitar esses professores para a prática de planejamento e de gestão escolar, estimulando a reflexão e a construção dos projetos pedagógicos a serem aplicados nas escolas;
- Discutir os conhecimentos sobre os direitos socioculturais, territoriais e ambientais relacionados a essas comunidades;
- Proporcionar a produção de material de forma a reconhecer e valorizar os conhecimentos tradicionais dessas comunidades quilombolas, a cultura, as tradições, a oralidade, a memória, a ancestralidade, o mundo do trabalho, o etnodesenvolvimento, a estética, as lutas pela terra e pelo território;
- Oportunizar que o processo de ensino-aprendizagem integre atividades desenvolvidas entre a universidade, as escolas e as comunidades quilombolas;
- Propiciar formação sobre as realidades sociais e culturais específicas e, segundo a legislação nacional, que trata da educação escolar.

3.8 Perfil profissional do egresso e campo de atuação

3.8.1 Perfil profissional do egresso

De modo geral, com base no PDI e no PPC do curso de Educação Escolar Quilombola, ao finalizar o curso, o licenciado na Univille será capaz de:

- ✓ desempenhar a função de educador em escola quilombola, fundamentado em uma formação humanística em que a ética, a cidadania e o compromisso com a diversidade, com o meio ambiente e com o ensino e a aprendizagem sejam os parâmetros do seu trabalho;
- ✓ interferir no contexto social, mediante a proposição e a implementação de alternativas teórico-práticas no seu campo de atuação e, ao mesmo tempo, pelo envolvimento com a realidade que o cerca, considerando a multidimensionalidade do trabalho pedagógico;
- ✓ planejar, executar e avaliar atividades de ensino, criando condições de inovação em sua área de atuação;
- ✓ apresentar senso crítico perante a realidade sociocultural;
- ✓ perceber-se como profissional da educação (identidade na docência);
- ✓ compreender as abordagens e métodos envolvidos na produção e comunicação dos saberes em sua área de conhecimento, incluindo as tecnologias da informação.

3.8.2 Campo de atuação profissional

Campo de atuação profissional: o profissional formado pela Univille poderá atuar na educação infantil, ensino fundamental (anos iniciais), unidades escolares públicas e privadas de Educação Básica e em órgãos e entidades dos sistemas de ensino.

3.9 Estrutura curricular e conteúdos curriculares

A estrutura e os conteúdos curriculares dos cursos da Univille, de acordo com o Projeto Pedagógico Institucional, têm como principal função materializar as intenções e funções sociais das profissões e, conseqüentemente, dos cursos. Diante de uma sociedade em contínua transformação e das demandas sociais, os currículos devem proporcionar uma formação que permita ao estudante:

- uma visão ampla e contextualizada da realidade social e profissional;
- o desenvolvimento de competências profissionais e humanas;
- o contato com diferentes conteúdos e situações de aprendizagem por meio da flexibilização curricular, incluindo-se aqui a curricularização da extensão;
- a construção do pensamento crítico e reflexivo;
- o aprimoramento de uma atitude ética comprometida com o desenvolvimento social;
- o acesso a diferentes abordagens teóricas e a atualizações e inovações no campo de saber do curso;
- o contato com diferentes realidades sociais e profissionais por intermédio da internacionalização curricular.

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) apresenta-se em sintonia com as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Projeto Pedagógico Institucional, a legislação vigente e as regulamentações institucionais.

A estrutura curricular do curso está organizada em:

● **Componente curricular (CC):** de acordo com as normas institucionais, um componente curricular é o conjunto de estudos e atividades correspondentes a um Planejamento de Ensino e Aprendizagem (PEA) desenvolvido a cada período letivo, com carga horária prefixada e avaliação estabelecida. No presente Projeto Pedagógico de Curso, a carga horária dos componentes curriculares está definida na matriz curricular.

○ **Carga horária (online):** corresponde à carga horária em que o estudante estará desenvolvendo atividades empregando o Ambiente Virtual de Aprendizagem e recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação com o docente à disposição para orientações e esclarecimento de dúvidas.

○ **Carga horária prática:** corresponde à carga horária em que o estudante estará desenvolvendo as atividades que correspondem ao Estágio Curricular Supervisionado e as Práticas como Componente Curricular (Vivências de Extensão).

○ **Carga horária operacional:** corresponde à carga horária docente no componente curricular.

○ **Ano:** será composto por dois semestres com um conjunto de seis componentes cada; cada semestre tem 20 semanas da aula.

As intenções curriculares deste Projeto Pedagógico do Curso (PPC), construído coletivamente por professores, estudantes e comunidade, estão em sintonia com o PPI, as diretrizes curriculares nacionais e outras orientações legais.

3.9.1 Matriz curricular

A matriz curricular do curso de Educação Escolar Quilombola esta apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 – Matriz curricular do curso

Semestre	Disciplina	CH - h	CH - h/a	Oper/h	Oper/h/a
1º Semestre	Concepções e Princípios da Educação Escolar Quilombola	80	96	80	96
	Fundamentos Antropológicos, Filosóficos e Sociológicos	80	96	80	96
	Metodologia da Pesquisa*	40	48	40	48
	Educação e Saúde*	40	48	40	48
	História, Cultura Africana e Afro-Brasileira	80	96	80	96
	Vivências de Extensão I	80	96	20	24
	Subtotal	400	480	340	408
2º Semestre	Arte-Educação I (expressão Plástica e visual)	80	96	80	96
	Fundamentos e Organização Curricular	80	96	80	96
	Educação e Patrimônio Cultural*	40	48	40	48
	Psicologia e Educação	80	96	80	96
	Ludicidade e Educação	80	96	80	96
	Vivências de Extensão II*	40	48	10	24
	Subtotal	400	480	370	456
3º semestre	Arte-Educação II (Corporeidade e Movimento)	80	96	80	96
	Intertextualidades literárias	80	96	80	96
	Educação, Sociedade e Meio Ambiente*	40	48	40	48
	Diversidade e Educação inclusiva	80	96	80	96
	Linguística Aplicada à Língua Materna	80	96	80	96
	Vivências de Extensão III*	40	48	10	24
	Subtotal	400	480	370	456
4º Semestre	Didática	80	96	80	96
	Alfabetização e Letramento	80	96	80	96
	Metodologias Ativas em Educação*	40	48	40	48
	Vivências de Extensão IV*	40	48	10	24
	Educação Matemática	80	96	80	96
	Fundamentos Teórico- Metodológicos da Educação Infantil	80	96	80	96
	Subtotal	400	480	370	456
5º Semestre	Políticas e Legislação Escolar*	40	48	40	48
	Fundamentos Teórico- Metodológicos do Ensino Fundamental I	80	96	80	96
	Estágio Curricular Supervisionado I	80	96	40	48
	Práticas Reflexivas do Ensino e Aprendizagem da Matemática	80	96	80	96

	Práticas Reflexivas do Ensino e Aprendizagem da Língua Portuguesa	80	96	80	96
	Práticas Educativas Integradoras do Mundo Digital*	40	48	40	48
	Subtotal	400	480	360	432
6º Semestre	Práticas Reflexivas do Ensino e Aprendizagem das Ciências Naturais	80	96	80	96
	Libras e Códigos de Comunicação	80	96	80	96
	Estágio Curricular Supervisionado II*	40	48	20	24
	Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem da Geografia	80	96	80	96
	Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem da História	80	96	80	96
	Vivências de Extensão V*	40	48	10	24
	Subtotal	400	480	350	432
7º Semestre	Fundamentos Teórico-Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	80	96	80	96
	Estágio Curricular Supervisionado III (Ensino Fundamental I)	80	96	40	48
	Avaliação na Perspectiva da Educação Escolar Quilombola*	40	48	40	48
	Cotidiano da Educação Escolar Quilombola	80	96	80	96
	Estágio Curricular Supervisionado IV (Educação de Jovens, Adultos e Idosos)	80	96	40	48
	Políticas e Gestão Escolar*	40	48	40	48
	Subtotal	400	480	320	384
8º Semestre	Vivências de Extensão VI	80	96	20	48
	Neurociências da Aprendizagem	40	48	40	48
	Estágio Curricular Supervisionado V (Gestão Escolar e Finalização)	120	144	60	72
	Subtotal	240	288	120	168
Atividades Acadêmicas Científico-Culturais		200	240	0	0
Carga Horária Total do Curso		3240	3888	2.600	3.192

3.9.2 Ementas e referencial bibliográfico

A seguir a ementa e a referência básica e complementar de cada disciplina da matriz curricular.

1º semestre



Disciplina/componente e curricular	Concepções e Princípios da Educação Escolar Quilombola
Ementa	Aspectos teórico-metodológicos da educação para a diversidade tendo como referência o pensamento quilombola. A dimensão educativa da ação coletiva e a produção de cultura e abordagem dos conteúdos considerados básicos para o aprofundamento dos estudos de temas das diretrizes das relações étnico raciais em educação. Materiais Didáticos e Objetos de Aprendizagem: elaboração, análise e curadoria.
Bibliografia Básica	<p>ANTUNES-ROCHA, Maria, I. et al. Representações sociais, identidade e preconceito. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2019.</p> <p>CASTRO, Márcio Sampaio de. Quilombos urbanos. Disponível em: https://www.geledes.org.br/quilombos-urbanos/ em: 14 jul. 2019.</p> <p>NUNES, Georgina Helena Lima. Educação quilombola. In: Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006, p. 139-161. Disponível in: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/orientacoes_acoes_miolo.pdf Acesso em: 18 jul. 2019.</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Política de educação escolar quilombola. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível in https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/29233-politicas-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais. Acesso em: 14 jul. 2019.</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Política de educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível in https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/29233-politicas-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais. Acesso em: 14 jul. 2019.</p>
Bibliografia Complementar	<p>GOMES, Nilma L. Sem perder a raiz - Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Disponível em: Minha Biblioteca, (2ª edição). Grupo Autêntica, 2007.</p> <p>MUNANGA, Kabengele. Negritude - Nova Edição. Disponível em: Minha Biblioteca, (4ª edição). Grupo Autêntica, 2019.</p> <p>NETO, Antonio José de, M. et al. Direitos humanos e democracia inclusiva, 1ª Edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2012.</p> <p>SCARANO, Renan Costa, V. et al. Direitos humanos e diversidade. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.</p> <p>OLIVEIRA, Inês Barbosa, D. e Paulo Sgarbi. Estudos do cotidiano & Educação. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2008.</p>

Disciplina/componente e curricular	Fundamentos Antropológicos, filosóficos e Sociológicos na Educação Escolar Quilombola
Ementa	Fundamentos Antropológicos, filosóficos e Sociológicos e o fenômeno da cultura humana. Diversidade, identidade nacional, globalização e ideologia. Culturas africanas e cultura afro-brasileira: a formação social brasileira. As relações entre antropologia, filosofia sociologia, educação e sociedade.
Bibliografia Básica	SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Política de educação escolar quilombola . Florianópolis:

	<p>Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível in https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/29233-politicas-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais. Acesso em: 14 jul. 2019.</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Política de educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível in https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/29233-politicas-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais. Acesso em: 14 jul. 2019.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade e PRESOTTO, Zélia Maria. Antropologia - Uma Introdução. Disponível em: Minha Biblioteca, (8ª edição). Grupo GEN, 2019.</p> <p>OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira, D. et al. Fundamentos de sociologia e antropologia. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.</p>
Bibliografia Complementar	<p>ANTUNES-ROCHA, Maria, I. et al. Representações sociais, identidade e preconceito. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2019.</p> <p>BARROSO, Priscila, BONETE F. e Wilian Junior. Estudos culturais e antropológicos. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.</p> <p>HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.</p> <p>METCALF, Peter. Cultura e Sociedade. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.</p>

Disciplina/componente curricular	Metodologia da Pesquisa
Ementa	<p>Normas para a elaboração de trabalhos técnicos e científicos. Fundamentos da Ciência. Tipos de pesquisa. Instrumentos de Pesquisa. Tipos de conhecimento. Leitura, interpretação e redação científica. Ética em Pesquisa. Base de Dados. O Projeto de Pesquisa. A importância da pesquisa para o trabalho docente.</p>
Bibliografia Básica	<p>ANDRADE, Maria M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação, 10ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2012.</p> <p>GONÇALVES. M. L.; BALDIN, N.; ZANOTELLI, C. T.; CARELLI, M. N.; FRANCO, S. C. Fazendo pesquisa: do projeto à comunicação científica. 4. ed. Joinville: Univille, 2014.</p> <p>UNIVILLE. Guia de apresentação de trabalhos acadêmicos. Joinville: Univille, 2012.</p> <p>FINDLAY, E. A. G.; COSTA; GUEDES, S. Guia de elaboração de projetos de pesquisa. Joinville: Univille, 2006.</p>
Bibliografia Complementar	<p>LAKATOS, Maria E. Fundamentos de Metodologia Científica. Disponível em: Minha Biblioteca, (9ª edição). Grupo GEN, 2021.</p> <p>LAKATOS, Maria E. e MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica, 7ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2017.</p> <p>LAKATOS, Maria E. Metodologia do Trabalho Científico. Disponível em: Minha Biblioteca, (9ª edição). Grupo GEN, 2021.</p> <p>MATTAR, João. Metodologia científica na era digital. Disponível em: Minha Biblioteca, (4ª edição). Editora Saraiva, 2017.</p> <p>NETO, João Augusto M. Metodologia Científica na Era da Informática - 3ª Edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2008.</p>

Disciplina/componente curricular	Educação e Saúde
Ementa	A educação para a saúde: histórico e pressupostos; modalidades de interação: temas transversais na escola; definem os princípios, a marca, os objetivos, as diretrizes, as estratégias e a elaboração de uma proposta pedagógica de saúde voltada para a melhoria das condições de saúde e especificidades da população negra. Incluindo ações de cuidado, atenção, promoção à saúde e prevenção de doenças, alimentação e nutrição, bem como de gestão participativa, participação popular, controle social, produção de conhecimento, formação e educação permanente de saúde, direitos reprodutivos, as terapias naturais complementares, tratamento das doenças prevalentes na população negra, assim como aspectos da medicina de matriz africana e a saúde individual e coletiva das populações remanescentes quilombolas.
Bibliografia básica	BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretoria de Programas de Educação em Saúde. Educação em saúde: histórico, conceitos e propostas . Disponível em: http://www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Educacao_em_saude.pdf BRASIL, Ministério da Saúde. Política Integral de Saúde Integral para população negra . Uma política do SUS. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf acessado em jul, 2019 JUBILUT, Liliana L. Direito à diferença: Aspectos de proteção específica às minorias e aos grupos vulneráveis , volume 2, 1ª Edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2013 PELICIONI, Maria C. Focesi e MIALHE, Fábio Luiz. Educação e Promoção da Saúde - Teoria e Prática , 2ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2018.
Bibliografia Complementar	BRASIL. Casa Civil. Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. DECRETO Nº 4.886, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003 . http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4886.htm OLIVEIRA, Simone Augusta D. Saúde da família e da comunidade . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2017. VASCONCELOS, E.M. Educação popular e a atenção à saúde da família . 2 ed. São Paulo: Hucitec, Sobral: Uva, 2001.

Disciplina/componente curricular	História, Cultura Africana e afro-brasileira
Ementa	Perspectivas teóricas no estudo dos movimentos sociais. Concepções e desenvolvimento histórico do povo negro no Brasil. Aspectos estruturais e conjunturais da Educação Brasileira (análise e avaliação da produção, implantação e consolidação das políticas públicas na sociedade). legislações do ensino brasileiro e as principais concepções do campo educacional para a educação escolar quilombola
Bibliografia Básica	MUNANGA, Kabengele. Negritude - Nova Edição . Disponível em: Minha Biblioteca, (4ª edição). Grupo Autêntica, 2019.

	<p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Política de educação escolar quilombola. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível in https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/29233-politicas-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais. Acesso em: 14 jul. 2019.</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Política de educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível in https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/29233-politicas-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais. Acesso em: 14 jul. 2019.</p>
Bibliografia Complementar	<p>GOMES, Nilma, L. e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Disponível em: Minha Biblioteca, (3ª edição). Grupo Autêntica, 2007.</p> <p>GOMES, Nilma L. Sem perder a raiz - Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Disponível em: Minha Biblioteca, (2ª edição). Grupo Autêntica, 2007.</p> <p>GOMES, Nilma, L. e Anete Abramowicz. Educação e raça - Perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2010.</p> <p>MAGALHÃES, Valéria Barbosa, D. e Ricardo Santhiago. História oral na sala de aula. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2015.</p>

Disciplina/componente curricular	Vivências de extensão I
Ementa	O papel da universidade na sociedade contemporânea. Universidade e universidade comunitária. A extensão e sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Articulação teoria-prática na educação básica. Programas e projetos de extensão da Univille. A prática como componente curricular.
Bibliografia básica	<p>GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação [SG1]. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>LEÃO, Geraldo; OLIVEIRA E SILVA, Isabel de. Educação e seus atores - Experiências, sentidos e identidades. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2011.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf. Acesso em: 22 jun. 2015.</p> <p>TRILLA, Jaume; ARANTES, Valéria Amorim (org.). Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008.</p>
Bibliografia Complementar	<p>ANDERSON, Oliva R. et al. Tecendo redes antirracistas. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2019.</p> <p>FREIRE, Rogéria A. Diversidade, Currículo Escolar e Projeto Pedagógico: A relação família, escola e comunidade. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2016.</p> <p>HABIGZANG, Luísa, F. eal. Trabalhando com Adolescentes. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2014.</p>

	SANTOMÉ, Jurjo T. <i>Currículo Escolar e Justiça Social</i> . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2014.
--	--

2º semestre

Disciplina/componente e curricular	Arte-Educação I
Ementa	Arte, experiência e afeto. Estética, ética e poética. Estereótipo: a concepção preconcebida pelo olhar do professor. Linguagens/expressões das artes plásticas. Materiais Expressivos: diversidade, experiências e imaginação. A estética dos espaços. Vivências estéticas. Práticas didático-pedagógicas. Planejamento de práticas para o ensino da arte, nas suas diferentes manifestações.
Bibliografia Básica	LARROSA, J. Tremores : escritos sobre experiência. Tradução: Cristina Antunes e João W. Geraldini. Belo Horizonte: Autêntica, 2014 (Coleção Educação: experiência e sentido) MEIRA, Marly; PILLOTTO, Silvia. Arte, afeto e educação: a sensibilidade na ação pedagógica . Porto Alegre: RS. Ed. Mediação, 2010. SANT'ANA, Cláudio A. Arte e Cultura . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014. SANTA CATARINA. Currículo Base da educação Infantil e do ensino Fundamental do Território Catarinense . Disponível em: http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense VYGOTSKY, L. S. A imaginação e a arte na infância . Trad: Miguel Serras Pereira. Portugal, Relógio D'Água Editores, 2009.
Bibliografia Complementar	GOMBRICH, EH A História da Arte . Disponível em: Minha Biblioteca, (16ª edição). Grupo GEN, 2000. GUSMÃO, Celina. Interações diálogos entre o fazer e o olhar na arte . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2012. HORN, Maria da Graça; BARBOSA Maria Carmen Silveira Abrindo as Portas da Escola Infantil: Viver e Aprender nos Espaços Externos . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2021. LEÃO, Geraldo; OLIVEIRA E SILVA Isabel de Educação e seus atores - Experiências, sentidos e identidades . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2011. OCVIRK, Otto, G. et al. Fundamentos de Arte . Disponível em: Minha Biblioteca, (12th edição). Grupo A, 2014.

Disciplina/componente curricular	Fundamentos e Organização Curricular
Ementa	Os marcos legais; os fundamentos pedagógicos; O pacto interfederativo; Competências gerais; contextualização das áreas do conhecimento nas diferentes etapas da educação básica e a sua estrutura. O currículo do território – estado e municípios. Determinações sociais na organização e no desenvolvimento do trabalho pedagógico. Formação Integral.

Bibliografia Básica	<p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/</p> <p>HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e Mudança na Educação. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2011.</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação Proposta Curricular de Santa Catarina. Disponível em: http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base da educação Infantil e do ensino Fundamental do Território Catarinense. Disponível em: http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense</p> <p>SANTOS, Edméa, <i>Série Educação - Currículos - Teorias e Práticas</i>. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2012.</p>
Bibliografia Complementar	<p>APPLE, Michael W. <i>Ideologia e Currículo</i>. Disponível em: Minha Biblioteca, (3ª edição). Grupo A, 2006.</p> <p>BRITO, Gleilcelene Néri de. Fundamentos da educação. São Paulo: Cengage Learning, 2017.</p> <p>FREIRE, Rogéria A. <i>Diversidade, Currículo Escolar e Projeto Pedagógico: A relação família, escola e comunidade</i>. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2016.</p> <p>SANTOMÉ, Jurjo T. Currículo Escolar e Justiça Social. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2014.</p>

Disciplina/componente e curricular	Educação e Patrimônio Cultural
Ementa	Memória e Patrimônio: história, cultura e identidade cultural. Evolução histórica do conceito de Patrimônio. Políticas públicas sobre o Patrimônio no Brasil. Educação, patrimônio cultural quilombola.
Bibliografia Básica	<p>CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Política de educação escolar quilombola. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível in https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/29233-politicas-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais. Acesso em: 14 jul. 2019.</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Política de educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível in https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/29233-politicas-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais. Acesso em: 14 jul. 2019.</p>
Bibliografia Complementar	<p>PESAVENTO, Sandra J. <i>História & História Cultural</i>. Disponível em: Minha Biblioteca, (3ª edição). Grupo Autêntica, 2007.</p> <p>SANTOS, Márcia Pereira, D. et al. História, cidades, redes políticas e sociais. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2017.</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base da educação Infantil e do ensino Fundamental do Território Catarinense. Disponível em:</p>



	http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense
--	---

Disciplina/componente curricular	Psicologia e Educação
Ementa	O ser humano e o processo de desenvolvimento sociocultural frente as principais abordagens psicológicas. Subjetividade, indivíduo, cultura e sociedade frente aos dilemas da contemporaneidade e possíveis intervenções socioeducacionais. Processo histórico das relações entre Psicologia e a Educação.
Bibliografia Básica	BOCK, Ana Mercês Bahia. et al. Psicologia (Série EM FOCO) 2ED. Disponível em: Minha Biblioteca, (2ª edição). Editora Saraiva, 2019. COLL, Cesar; PALÁCIOS, Jésus MARCHESI, Alvaro. (Orgs). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da Educação Escolar . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2015. DUMARD, Katia. Aprendizagem e sua Dimensão Cognitiva, Afetiva e Social . Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2015. RODRIGUES, Ana M. Psicologia da Aprendizagem e da Avaliação . Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2015.
Bibliografia Complementar	CARVALHO, José Sérgio Fonseca, D. et al. Concepções e proposições em Psicologia e Educação: A trajetória do Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2017. CASTORINA, José, A. e Mario Carretero. Desenvolvimento Cognitivo e Educação - V1 . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2014. FELDMAN, Robert S. Introdução à Psicologia . Disponível em: Minha Biblioteca, (10ª edição). Grupo A, 2015. NOLEN-HOEKSEMA, Susan, et al. Introdução à Psicologia - Atkinson & Hilgard: Tradução da 16ª edição norte-americana . Disponível em: Minha Biblioteca, (2ª edição). Cengage Learning Brasil, 2017. SANTRONCK, John W. Psicologia Educacional . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2010.

Disciplina/componente curricular	Ludicidade e Educação
Ementa	Conceitos e história da cultura infantil. Os Jogos e as Brincadeiras como manifestações culturais da identidade afrodescendente e africana. O direito de brincar e o papel do brinquedo no desenvolvimento e aprendizagem infantil. Práticas de jogos e brincadeiras da cultura quilombola
Bibliografia Básica	BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura . 8.ed. São Paulo: Cortez, 2010. HORN, Cláudia Inês, et al. Pedagogia do brincar . Porto Alegre: Mediação, 2012. KISHIMOTO, Tizuko M. O Brincar e suas Teorias . Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2012. KISHIMOTO, Mochida Tizuko. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação . 14 ed. São Paulo: Cortez, 2010. SARAIVA, Juracy A. Palavras, Brinquedos e Brincadeiras . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2011.



Bibliografia Complementar	HORN, Maria da Graça S. Brincar e Interagir nos Espaços da Escola Infantil . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2017. HORN, Maria da Graça; BARBOSA Maria Carmen Silveira. Abrindo como Portas da Escola Infantil: Viver e Aprender nos Espaços Externos . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2021. KISHIMOTO, Tizuko M. O jogo e a educação infantil . Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2016. MARTINS, Aracy, A. et al. Infâncias do Campo . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2013.
---------------------------	---

□

Disciplina/componente curricular	Vivências de extensão II
Ementa	Articulação ensino, pesquisa e extensão. (Re)conhecimento e interação em programas e projetos de extensão da Univille. Estudos de caso de projetos desenvolvidos por meio da associação ensino, pesquisa e extensão. Reflexão, organização e sistematização de experiências em extensão. A prática de componente curriculares.
Bibliografia Básica	ANTUNES-ROCHA, Maria, I. et al. Representações sociais, identidade e preconceito . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2019. CORRÊA, Laura G. Vozes Negras em Comunicação Mídia, racismos, resistências . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2019. GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no século XX: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade . Disponível em: < http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf >. Acesso em: 22 jun. 2015. TRILLA, Jaume; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos . São Paulo: Summus, 2008.
Bibliografia Complementar	CIRINO, Giovanni. A inclusão Social na área Educacional . Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2015. MARTINS, Aracy, A. et al. Territórios educativos na educação do campo – Escola, Comunidade e Movimentos Sociais . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2012. MIRANDA, Shirley Aparecida D. Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2010.

3º semestre

Disciplina/componente curricular	Arte-Educação II
Ementa	O corpo e movimento: questões históricas e filosóficas. Relação corpo, espaço, poder e disciplina. Desenvolvimento e aprendizagem do movimento humano. Capacidades humanas. Vivências corporais. Influências africanas e afrodescendentes.
Bibliografia Básica	ARAÚJO, J. C. e MESSIAS, D. Linguagem e educação - Fios que se



	<p>entrecruzam na escola. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2007.</p> <p>GALLAHUE, D. L. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3 ed. São Paulo: Phorte, 2005.</p> <p>GONÇALVES, M. A. S. Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação. 5 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.</p> <p>GUSMÃO, C. Interações diálogos entre o fazer e o olhar na arte. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2012.</p> <p>HORN, M. G. S. Brincar e Interagir nos Espaços da Escola Infantil. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2017.</p>
	<p>BETTI, M. Educação física e Sociedade: A educação Física na escola Brasileira. Disponível em: Minha Biblioteca, (3ª edição). Editora Unijuí, 2020.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/</p> <p>MOREIRA, W. W. Educação Física & Esportes: perspectivas para o século XXI. 17 ed. Campinas SP Papyrus, 2013.</p> <p>PERISSÉ, G.. <i>Uma pedagogia do corpo. Vol. 1 (Coleção O valor do professor).</i> Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2021.</p>

Disciplina/componente curricular	Intertextualidades literárias
Ementa	Conceituação de literatura. Origem histórica, antropológica e social da literatura para a infância. Gêneros literários destinados às diferentes faixas etárias: o texto verbal e o texto não verbal. A literatura oral. Temas integradores: culturas afrodescendente e africana.
Bibliografia Básica	<p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/</p> <p>NASCIMENTO, J. V. et al. Língua, literatura e ensino. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2015.</p> <p>PAULINO, G. et al. Literatura - saberes em movimento. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2007.</p> <p>PERISSÉ, G. Literatura & Educação. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2007.</p> <p>TERRA, E. Linguagem, língua e fala - 3ED. Disponível em: Minha Biblioteca, (3ª edição). Editora Saraiva, 2018.</p>
Bibliografia complementar	<p>CAGNETI, S e SILVA, C. F. da. Literatura infantil juvenil? Diálogos Brasil-África. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2013.</p> <p>CASTRO, N. S. E, D. et al. Prática Pedagógica e Metodologia do Ensino de Língua e Literatura. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2021.</p> <p>THIÉL, J. C. Pele silenciosa, pele sonora - A literatura indígena em destaque. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2012.</p>

Disciplina/componente curricular	Educação, Sociedade e Meio Ambiente
Ementa	Natureza e Sociedade. Clássicos da Sociologia: Durkheim, Marx e Weber. Movimentos Sociais. Meio Ambiente e Energia. Valoração Ambiental. Economia da Energia. Meio Ambiente e Geopolítica. Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Socioambiental.



	Pobreza, insegurança e poluição. Direito ao trabalho, segurança e meio ambiente. Direitos Humanos. Relações étnico-raciais.
Bibliografia Básica	LUZZI, D. Educação e Meio Ambiente: uma Relação Intrínseca . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2012. SATO, M. e CARVALHO, I. Educação Ambiental . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2011. BARSANO, P. R. e BARBOSA, R. P.. Meio ambiente - guia prático e didático . Disponível em: Minha Biblioteca, (3ª edição). Editora Saraiva, 2019.
Bibliografia complementar	BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ DUARTE, R. H. História & natureza 2. ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (minha biblioteca) GONÇALVES, T. V., O. et al. Educação em ciências e matemáticas . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2015. METCALF, Peter. Cultura e sociedade . São Paulo: Saraiva, 2015. (minha biblioteca)
Disciplina/componente curricular	Diversidade e Educação Inclusiva
Ementa	Pressupostos filosóficos e pedagógicos da educação inclusiva. Educação especial: deficiências, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades. Diversidade: conceitos; currículo; sujeitos da diversidade; princípios, legislação e documentos. Práticas didático-pedagógicas. Desafios contemporâneos da escola em relação à vivência das diferenças
Bibliografia Básica	GOES, M. C. R. de; LAPLANG, A. L. F. de (Orgs.). Políticas e práticas de educação inclusiva . Campinas: Autores Associados, 2004. MITTLER, P. Educação Inclusiva . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2015. NETO, A. J. de, M. et al. Direitos humanos e democracia inclusiva, 1ª Edição . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2012. SCARANO, R. C. V. et al. Direitos humanos e diversidade . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.
Bibliografia complementar	ALIAS, G. Desenvolvimento da aprendizagem na educação especial: Princípios, fundamentos e procedimentos na educação inclusiva . Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2016. BARRETO, M. de O. C. Educação inclusiva . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014. DINIZ-PEREIRA, J.; LEÃO, G. Quando a diversidade interroga a formação docente . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2008. FERRAZ, C. V.; LEITE, G. S. (coord.). Direito à diversidade . São Paulo: Atlas, 2015. MIRANDA, S. A. D. Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2010.
Disciplina/componente curricular	Linguística Aplicada à Língua Materna

Ementa	Reflexões sobre língua e linguagem. Aquisição da linguagem. Sociedade grafocêntrica e suas implicações: o ato de ler e o ato de escrever. O Sistema Gráfico da Língua Portuguesa.
Bibliografia Básica	NASCIMENTO, Jarbas, V. et al. Língua, literatura e ensino . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2015. TERRA, Ernani. Linguagem, língua e fala - 3ED . Disponível em: Minha Biblioteca, (3ª edição). Editora Saraiva, 2018. LYONS, John. Linguagem e Linguística - Uma Introdução . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 1987. SOARES, Magda. Letramento - Um tema em três gêneros . Disponível em: Minha Biblioteca, (4ª edição). Grupo Autêntica, 2007. VAL, Maria da Graça C. Alfabetização e língua portuguesa - Livros didáticos e práticas pedagógicas . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2009.
Bibliografia complementar	BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ BARCELLOS, Eliana Cristina C. Sociolinguística . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2016. CASTANHEIRA, Maria, L. et al. Alfabetização e letramento na sala de aula . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2008. FREITAG, Raquel Meister, K. et al. Sociolinguística e Política Linguística: Olhares Contemporâneos . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2016. MARTINO, Agnaldo. Itinerários Investigativos: História das Ideias Linguísticas: Apropriação e Representação . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2021.

Disciplina/componente curricular	Vivências de extensão III
Ementa	Projetos e planos de trabalho em extensão e educação. Reflexão, organização, sistematização, avaliação e socialização das experiências. Práticas de componentes curriculares.
Bibliografia Básica	PESAVENTO, Sandra J. História & História Cultural . Disponível em: Minha Biblioteca, (3ª edição). Grupo Autêntica, 2007. SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no século XX: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade . Disponível em: < http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf >. Acesso em: 22 jun. 2015. GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. TRILLA, Jaume; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos . São Paulo: Summus, 2008. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/
Bibliografia complementar	CIRINO, Giovanni. A inclusão Social na área Educacional . Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2015. CORRÊA, Laura G. Vozes Negras em Comunicação Mídia, racismos, resistências . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2019. MARTINS, Aracy, A. et al. Territórios educativos na educação do campo – Escola, Comunidade e Movimentos Sociais . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2012. MIRANDA, Shirley Aparecida D. Diversidade e ações afirmativas:

	combatendo as desigualdades sociais. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2010.
--	---

4º semestre

Disciplina/componente curricular	Didática
Ementa	Educação e didática. Teorias de ensino e aprendizagem em educação. A organização do trabalho pedagógico. A relação pedagógica professor, aluno e conhecimento. O planejamento da prática pedagógica: planejamento de ensino e aprendizagem, planos de aula, sequências didáticas, elaboração de material didático. Projetos Pedagógicos.
Bibliografia Básica	SANTOS, Ana Maria Rodrigues D. Planejamento, Avaliação e Didática. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2015. CASTRO, Amelia Domingues, D. e Anna Maria Pessoa de Carvalho. Ensinar a ensinar - Didática para a escola fundamental e média - 2ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, (2ª edição). Cengage Learning Brasil, 2018. WIGGINS, Grant e MCTIGHE, Jay. Planejamento para a Compreensão: Alinhando Currículo, Avaliação e Ensino por Meio da Prática do Planejamento Reverso. Disponível em: Minha Biblioteca, (2ª edição). Grupo A, 2019. THURLER, Monica G. e MAULINI, Olivier. A Organização do Trabalho Escolar. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2012.
Bibliografia complementar	MALHEIROS, Bruno Taranto. Didática Geral. Disponível em: Minha Biblioteca, (2ª edição). Grupo GEN, 2019. MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo, Cortez, 2013. SANTOS, Akiko; SUANNO, João Henrique; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. Didática e Formação de professores: complexidade e transdisciplinaridade. Porto Alegre: Sulina, 2013. ZABALA, Antoni, et al. UnIA: Didática Geral. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2016.

Disciplina/componente curricular	Alfabetização e Letramento
Ementa	Alfabetização e letramento. O ato de alfabetizar. As contribuições de diferentes autores sobre o processo de alfabetização. Saberes necessários à alfabetização. A alfabetização como um compromisso sócio-político.
Bibliografia Básica	SOARES, Magda. Letramento - Um tema em três gêneros. Disponível em: Minha Biblioteca, (4ª edição). Grupo Autêntica, 2007. VAL, Maria da Graça C. Alfabetização e língua portuguesa - Livros didáticos e práticas pedagógicas. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2009. CASTANHEIRA, Maria, L. et al. Alfabetização e letramento na sala de

	<p>aula. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2008 Glossário CEALE: https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/ SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.</p>
Bibliografia complementar	<p>ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia; LEAL, Telma Ferraz. Desafios da educação de jovens e adultos - Construindo práticas de alfabetização. Disponível em: Minha Biblioteca, (2ª edição). Grupo Autêntica, 2007. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ MALUF, Maria; MARTINS; Cláudia Cardoso- Alfabetização no Século XXI. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2013. PEREIRA, Marina L. A construção do letramento na educação de jovens e adultos. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo Autêntica, 2007.</p>

Disciplina/componente curricular	Metodologias Ativas em Educação
Ementa	<p>Metodologias Ativas de ensino e aprendizagem. Sala de aula invertida. Aprendizagem baseada em problemas e projetos. Aprendizagem por pares e times. Aprendizagem maker (DIY). Ensino e aprendizagem por gamificação. Recursos pedagógicos com ênfase no ensino e aprendizagem criativos. Objetos digitais de aprendizagem. Competências de aprendizagem ativa: autonomia, autogestão do tempo, proatividade e colaboração. Recursos digitais para uma sala de aula colaborativa.</p>
Bibliografia Básica	<p>BACICH, Lilian, e José Moran. Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2017. BACICH, Lilian; HOLANDA Leandro. STEAM em Sala de Aula: A Aprendizagem Baseada em Projetos Integrando Conhecimentos na Educação Básica. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020. BERGMANN, Jonathan e SAMS, Aaron. Sala de Aula Invertida - Uma metodologia Ativa de Aprendizagem. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2016. FILATRO, Andrea. Metodologias Inov-ativas na educação presencial, a distância e corporativa. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2018. NOGUEIRA, Daniel Ramos et al. (Org.). Revolucionando a Sala de Aula 2 - Novas Metodologias Ainda Mais Ativas. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2020.</p>

Bibliografia complementar	<p>MUNHOZ, Antonio S. ABP - Aprendizagem Baseada em Problemas: ferramenta de apoio ao docente no processo de ensino e aprendizagem. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2016.</p> <p>CASA NOVA, Silvia Pereira de Castro; LEAL, Edivalda Araújo; MIRANDA, Gilberto José. Revolucionando a Sala de Aula. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2017.</p> <p>ROCHA, Daiana Garibaldi, D. et al. Aprendizagem Digital: Curadoria, Metodologias e Ferramentas para o Novo Contexto Educacional. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.</p> <p>SPANHOL, Fernando, J. et al. EAD, PBL e desafio da educação em rede: metodologias ativas e outras práticas na formação do educador coinvestigador. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2018.</p>
---------------------------	---

Disciplina/componente curricular	Vivências de extensão IV
Ementa	Elaboração e desenvolvimento de projetos e planos de trabalho de extensão em articulação com as práticas como componentes curriculares em educação. Reflexão, organização, sistematização, avaliação e socialização das experiências. Práticas vivenciadas em educação e extensão.
Bibliografia Básica	<p>SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no século XX: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>TRILLA, Jaume; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/</p>
Bibliografia complementar	<p>ANDERSON, Oliva R. et al. Tecendo redes antirracistas. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2019.</p> <p>FREIRE, Rogéria A. Diversidade, Currículo Escolar e Projeto Pedagógico: A relação família, escola e comunidade. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2016.</p> <p>HABIGZANG, Luísa, F. eal. Trabalhando com Adolescentes. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2014.</p> <p>SANTOMÉ, Jurjo T. Currículo Escolar e Justiça Social. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2014.</p>

Disciplina/componente curricular	Educação Matemática
Ementa	Geometria e álgebra para resolver situações da vida cotidiana. Noções de espaço: medições, deslocamentos, localização de pessoas ou objetos em mapas, plantas, croquis e outras representações gráficas. Estatística descritiva aplicada à educação (tabelas e gráficos, média, mediana, desvio padrão; leitura, interpretação e análise de dados).
Bibliografia Básica	<p>KNIJNIK, Gelsa. [et al.]. Etnomatemática em movimento. --2. ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. Disponível em: Minha Biblioteca</p> <p>NACARO, Adair Mendes; PASSOS, Carmen Lúcia Brancaglion; SMOLE,</p>



	<p>Kátia Cristina Stocco. A matemática na educação infantil: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em: Minha Biblioteca</p> <p>TOLEDO, Marília; TOLEDO, Mauro. Teoria e prática de matemática como dois e dois. São Paulo: FTD, 2011.</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base da educação Infantil e do ensino Fundamental do Território Catarinense. Disponível em: http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense</p>
Bibliografia complementar	<p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/</p> <p>FAINGUELERNT, Estela; NUNES, Katia Regina A. Descobrimo Matemática na Arte. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2015.</p> <p>MACDONALD, Sharon. Matemática em Minutos. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2009.</p> <p>SUTHERLAND, Rosamund. Ensino Eficaz de Matemática. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2017.</p> <p>WALLE, John A. Van D. Matemática no Ensino Fundamental. Disponível em: Minha Biblioteca, (6ª edição). Grupo A, 2019.</p>

Disciplina/componente curricular	Fundamentos teórico-metodológicos da Educação Infantil
Ementa	Práticas pedagógicas interculturais da educação infantil: análise, planejamento e avaliação. Campos de experiências na relação entre educação quilombola e a educação infantil quilombola.
Bibliografia básica	<p>BRANDÃO, Ana Carolina e CALLAND, Ester de Sousa Rosa. Ler e escrever na educação infantil - Discutindo práticas pedagógicas. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2010.</p> <p>CANDINI, Lella, (Org.). O Papel do Ateliê na Educação Infantil: A Inspiração de Reggio Emilia. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo A, 2019.</p> <p>GONZALEZ-Mena, Janet. Fundamentos da educação infantil. Disponível em: Minha Biblioteca, (6ª edição). Grupo A, 2015.</p> <p>KAERCHER, Gládis e CRAIDY, Carmen Maria. Educação Infantil. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2003.</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base da educação Infantil e do ensino Fundamental do Território Catarinense. Disponível em: http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense</p>
Bibliografia complementar	<p>BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>KISHIMOTO, Morchida Tizuko. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Orgs.). Estudos da infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/</p>

5º semestre

Disciplina/componente curricular	Políticas e legislação escolar
Ementa	As Políticas Públicas da Educação no Brasil para a Organização Curricular da Educação Escolar Quilombola. A Educação nas Constituições Brasileiras, nas Leis e diretrizes de Bases da Educação Nacional e Base Nacional Curricular Comum. Descentralização e autonomia dos sistemas das escolas; focalização e universalização das propostas educacionais; igualdade e equidade, as políticas afirmativas. Limites e possibilidade da escola para mediar práticas sociais transformadoras.
Bibliografia básica	BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental . Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em : http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_ve_rsaofinal_site.pdf . Acesso em: 07/05/2024. EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: LICENCIATURA QUILOMBOLA PROPOSTA PEDAGÓGICA APRESENTADA À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. NUER – Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas -LAS/UFSC – 2013. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/16yx6UDNI6wGPZQc27BoDgXNEhoPJFPgD/vie_w >. Acesso em: 07/05/2024. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Relatora) - PARECER N.º: 003/2004 CNE/CP. Disponível em: < https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinarias/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf >. Acesso em: 07/05/2024.
Bibliografia complementar	SANTOS, Pablo S.M.B. Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas, impactos. 2.ed. revisada e ampliada. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Disponível em: Minha Biblioteca. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. 160 p. BALL, Sthephen; MAINARDES, Jefferson. Políticas educacionais, questões e dilemas . São Paulo: Cortez, 2011.
Carga horária	40

Disciplina/componente curricular	Fundamentos teórico-metodológicos do Ensino Fundamental I
Ementa	O desenvolvimento pedagógico das turmas de 1º a 5º ano. Educação integral. Histórico e função social das instituições educativas. Organização da prática pedagógica: planejamento, registro e avaliação. Relação escola-família- comunidade. Organização de ambientes que promovam o desenvolvimento e o conhecimento de si e do mundo. O

	diálogo com a escola quilombola.
Bibliografia básica	CALLAI, Helena Copetti. Escola, cotidiano e lugar . In: Geografia. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010 (Coleção: Explorando o Ensino, Vol. 22.). Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7838-2011-geografia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192 >. Acesso em: 07/05/2024. LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido (org.). Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas . São Paulo: Cortez, 2012. SANTA CATARINA. Currículo Base da educação Infantil e do ensino Fundamental do Território Catarinense . Disponível em: http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense
Bibliografia complementar	BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental . Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em : http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_ve_rsaofinal_site.pdf . Acesso em: 07/05/2024. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Relatora) - PARECER N.º: 003/2004 CNE/CP. Disponível em: < https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinarias/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf >. Acesso em: 07/05/2024. EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: LICENCIATURA QUILOMBOLA PROPOSTA PEDAGÓGICA APRESENTADA À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. NUER – Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas -LAS/UFSC – 2013. Disponível em: < https://drive.google.com/file/d/16yx6UDNI6wGPZQc27BoDgXNEhoPJFpGd/view >. Acesso em: 07/05/2024.
Carga horária	80

Disciplina/componente curricular	Estágio Curricular Supervisionado I
Ementa	Estudo da Resolução e Regulamento do estágio. Orientação dos procedimentos para a formalização e realização das etapas do ECS em instituições de Educação Infantil. Observação do Campo de Estágio. Observação interdisciplinar de aulas. Participação em diferentes atividades escolares (atividades, projetos, aulas, eventos). Planejamento, execução e avaliação da inserção. Acompanhamento das atividades do estágio. Organização, sistematização e apresentação dos resultados das etapas do ECS
Bibliografia básica	HORN, Cláudia Inês, <i>et al.</i> Pedagogia do brincar . Porto Alegre: Mediação, 2012. MULLER, Fernanda. Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições . São Paulo: Cortez, 2010. ALARCÃO, Isabel. Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva . 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2005. GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos . Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, p.

	<p>98-109, jan-abr. 2012. Disponível em: < https://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 07/05/2024.</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base da educação Infantil e do ensino Fundamental do Território Catarinense. Disponível em: http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense</p>
Bibliografia complementar	<p>ALVES, Nanci Nonato de Lima. Amor à profissão, dedicação e o resto se aprende: significados da docência em educação infantil na ambiguidade entre a vocação e a profissionalização. 29 Reunião Anual da Anped, 2006. Disponível em: < https://legado.anped.org.br/sites/default/files/gt07-2570.pdf >. Acesso em: 07/05/2024.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em : http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_ve_rsaofinal_site.pdf. Acesso em: 07/05/2024.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.</p>
Carga horária	80

Disciplina/componente curricular	Práticas Reflexivas do Ensino a Aprendizagem da Matemática
Ementa	Matemática e de Educação Matemática e Etnomatemática. Elaboração e aplicação de planejamentos pedagógicos interdisciplinares. Práticas didático-pedagógicas
Bibliografia básica	<p>SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez; CÂNDIDO, Patrícia. Figuras e formas: matemática de 0 a 6. Porto alegre: Artmed, 2000. V.1</p> <p>TOLEDO, Marília; TOLEDO, Mauro. Teoria e prática de matemática como dois e dois. São Paulo: FTD, 2011.</p> <p>D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade. 2 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2002. Secretaria de Educação Fundamental.</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base da educação Infantil e do ensino Fundamental do Território Catarinense. Disponível em: http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense</p>
Bibliografia complementar	<p>FONSECA, M. C. F. R. Alfabetização Matemática. In: Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: Apresentação. Alfabetização matemática. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. 2014. p.27-32. Disponível em: < https://wp.ufpel.edu.br/antoniomaucio/files/2017/11/0_Apresenta%C3%A7ao_pg001-072.pdf >. Acesso em: 07/05/2024.</p> <p>LEAL, Luiz Carlos e ONUCHIC, Lourdes de la Rosa. Ensino e Aprendizagem de Matemática Através da Resolução de Problemas Como Prática Sociointeracionista. Bolema: Boletim de Educação Matemática [online]. 2015, v. 29, n. 53, pp. 955-978. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4415v29n53a09>. Epub Dez 2015. ISSN 1980-4415. https://doi.org/10.1590/1980-4415v29n53a09.</p> <p>NACARATO, A. M.; MENGALI, B. L. S.; PASSOS, C. L. B. A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do</p>

	<p>aprender. 3 edição. Belo Horizonte: Autentica, 2019. (Tendências em Educação Matemática)</p> <p>PASSOS, C. L. B., & NACARATO, A. M. (2018). Trajetória e perspectivas para o ensino de Matemática nos anos iniciais. <i>Estudos Avançados</i>, 32(94), 119-135. https://doi.org/10.1590/s0103-40142018.3294.0010 .</p> <p>SILVA, Adelmo Carvalho da. Reflexão sobre a Matemática e seu processo de Ensino-aprendizagem: implicações na (re)elaboração de concepções e Prática de Professores. 2009. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: < https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4805/1/arquivototal.pdf >. Acesso em: 07/05/2024.</p>
Carga horária	80

Disciplina/componente curricular	Práticas Reflexivas do Ensino e Aprendizagem da Língua Portuguesa
Ementa	O ensino da língua materna nos anos iniciais do Ensino Fundamental: práticas de leitura e de escrita, oralidade, análise linguística e ensino da ortografia. Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Práticas didático-pedagógicas
Bibliografia básica	<p>HEINIG, Otília Lizete. & FRONZA, Cátia de Azevedo. (Org.s) Diálogos entre linguística e educação. Blumenau-SC: EDIFURB, 2010.</p> <p>SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>GERALDI, J. W. (Org.). O texto na sala de aula: leitura e produção. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.</p> <p>KLEIMAN, A. Oficina de leitura: teoria e prática. 10. ed. Campinas: Pontes, 2004.</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base da educação Infantil e do ensino Fundamental do Território Catarinense. Disponível em: http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense. Acesso em: 07/05/2024.</p>
Bibliografia complementar	<p>BECALLI, F. Z.; SCHWARTZ, C. M. O ensino da leitura no Brasil e seus fundamentos teóricos e metodológicos. Revista de Educação Pública, v. 24, p. 13-32, 2015. Disponível em: < https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/2166/1572 >. Acesso em: 07/05/2024.</p> <p>BECALLI, F. Z.; SCHWARTZ, C. M. Por entre os arquivos pessoais: uma história do ensino da linguagem escrita em escolas públicas (2001-2008). Revista Brasileira de Alfabetização, v. 1, n. 4, p. 187-207, 2016. Disponível em: < https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/151/111 >. Acesso em: 07/05/2024.</p> <p>GONTIJO, C. M. M.; SCHWARTZ, C. M. Considerações sobre o ensino da leitura e a aprendizagem da escrita. Revista Brasileira de Alfabetização, v. 1, n. 1, 2015, p. 39-58. Disponível em: < https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/30/21 >. Acesso em: 07/05/2024.</p> <p>KOERNER, Rosana Mara. Entre saberes e fazeres da/na alfabetização: o ato de mediar do professor alfabetizador. Curitiba: Editora CRV, 2010</p> <p>ROJO, R. H. R. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São</p>



	Paulo: Parábola, 2017.
Carga horária	80
Disciplina/componente curricular	Práticas Educativas Integradoras do Mundo Digital
Ementa	Tecnologia da informação e processos educativos. Paradigmas de aprendizagem na educação <i>online</i> . As TIC's e a educação inclusiva. Modelos pedagógicos e ambientes digitais de aprendizagem. Softwares educativos e objetos de aprendizagem na educação da infância. Modelos pedagógicos das instituições de educação infantil e ensino fundamental – anos iniciais.
Bibliografia básica	<p>ARANHA, S. D. G., SOUZA, F. M., eds. Práticas de ensino e tecnologias digitais [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2018. Ensino e aprendizagem collection, vol. 3. ISBN: 978-85-78795-26-9. Disponível em: < https://books.scielo.org/id/yzch2/pdf/aranha-9786586221657.pdf >. Acesso em: 07/05/2024.</p> <p>MORAN, José Manuel., MASETTO, Marcos T., BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas Tecnologias e mediação pedagógica. 17. Ed. São Paulo: Editora Papirus, 2015.</p> <p>SOSSAI, Fernando C. Ensino de História e 'novas tecnologias educacionais'. 1. ed. Joinville: Editora da Univille, 2011. v. 1. 136p</p>
Bibliografia complementar	<p><u>LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2005. 260 p. (Trans). ISBN 8573261269.</u></p> <p>BRESCIANO, Juan Andrés. La historiografía en el amanecer de la cultura digital: innovaciones metodológicas, discursivas e institucionales. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2010.</p> <p>BARRETO, Maria Angela de Oliveira Champion. Educação inclusiva contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. 1. São Paulo Erica 2014</p>
Carga horária	40

6º semestre

Disciplina/componente curricular	Práticas Reflexivas do Ensino e Aprendizagem das Ciências Naturais
Ementa	Ensino de ciências naturais: história, pressupostos, tendências e metodologias; Letramento científico; O ensino das Ciências Naturais na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; BNCC e Currículo Base do Currículo do Território: competências, habilidades, unidade temática e objetos de conhecimento; etnociências, saberes tradicionais do território e problemas ambientais e de saúde. Materiais e recursos didáticos e estratégias de ensino para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.
Bibliografia básica	<p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em : http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_vers</p>

	<p>aofinal_site.pdf. Acesso em: 08/05/2024.</p> <p>CHASSOT, A. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação. 4 ed. Ijuí: UNIJUI, 2003.</p> <p>GONÇALVES, A. F. (org). Metodologia do ensino de Ciências. Porto Alegre: SAGAH, 2016. Disponível em: Minha Biblioteca.</p> <p>ESPINOZA, A. Ciências na escola: novas perspectivas para a formação dos alunos. São Paulo: Ática, 2010.</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis: Secretaria de Estado, 2019. Disponível em: http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense. Acesso em: 07/05/2024.</p>
Bibliografia complementar	<p>ABRANTES, A. C. S.; AZEVEDO, N. O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e a institucionalização da ciência no Brasil, 1946-1966. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas, v. 5, n° 2, p. 469-489, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n2/a16v5n2.pdf . Acesso em: 15 set. 2021</p> <p>BENITE, Anna Maria Canavarro; BENITE, Cláudio Roberto Machado; VILELA-RIBEIRO, Eveline Borges. Educação inclusiva, ensino de Ciências e linguagem científica: possíveis relações. In: Revista Educação Especial, vol. 28, n. 51. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, jan./abr., 2015, p. 83-92. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/7687/pdf . Acesso em: 16. Mai. 2018.</p> <p>DA CONCEIÇÃO, A.; OLIVEIRA, R.; FIREMAN, E. Ensino de Ciências por Investigação: Uma Estratégia Didática para Auxiliar a Prática dos Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Matemática, v. 3, n. 1, 1 abr. 2020. Disponível em: https://seer.upf.br/index.php/rbecm/article/view/10400/114115269 . Acesso em: 08/05/2024.</p> <p>LORENZETTI, Leonir; DELIZOICOV, Demétrio. Alfabetização científica no contexto das séries iniciais. In: Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências, Vol. 03, N. 01, Jun. 2001, p. 01-17. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/epec/v3n1/1983-2117-epec-3-01-00045.pdf . Acesso em: 25. Abr. 2018.</p>
Carga horária	80

Disciplina/componente curricular	Libras e Códigos de Comunicação
Ementa	Língua, sociedade e cidadania. Processo de comunicação e recursos mediadores para o ensino. Língua brasileira de sinais. Sistema Braille, Sorobã e Tecnologia Assistiva.
Bibliografia básica	<p>BARRETO, Maria Angela de Oliveira Champion. Educação inclusiva: contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem / Maria Angela de Oliveira Champion Barreto, Flávia de Oliveira Champion Barreto. -- 1. ed. -- São Paulo : Érica, 2014. Disponível em: Minha Biblioteca.</p> <p>BERSCH, Rita; MACHADO, Rosangela. Atendimento educacional especializado do aluno com deficiência física. São Paulo, Moderna,</p>

	<p>2010. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walquiria Duarte. Novo Deit - Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em linguística e neurociências cognitivas. São Paulo: EDUSP, 2013. QUADROS, Ronice Muller d.; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2007. STROBEL, K. L.; FERNANDES, S. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED, SUEDE, DEE, 1998. Disponível em: < https://cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/06/Aspectos_linguisticos_LIBRAS.pdf >. Acesso em: 08/05/2024.</p>
Bibliografia complementar	<p>GIORDANI, L. F. "Quero escrever o que está escrito nas ruas": representações culturais da escrita de jovens e adultos surdos. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. Disponível em: < https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/156792/000408042.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em: 08/05/2024. QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. Ideias para ensinar português para alunos Surdos. Porto Alegre: Gráfica Palotti-MEC, SEESP, 2006. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf >. Acesso em: 08/05/2024. SALLES, H. M. M. L. (Org). Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC/SEESP, 2004 SASSAKI, Romeu Kazumi. Nomenclatura na área da surdez. Planeta Educação, 2010. Disponível em: < http://acervo.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1894 >. Acesso em: 08/05/2024.</p>
Carga horária	80

Disciplina/componente curricular	Estágio Curricular Supervisionado II
Ementa	Orientação dos procedimentos para a formalização e realização das etapas do ECS e gestão dos processos Educativos em Ambientes não escolares. Observação do Campo de Estágio. Participação em diferentes atividades no campo. Planejamento, execução e avaliação da inserção. Organização, sistematização e apresentação dos resultados das etapas do ECS.
Bibliografia básica	<p>GOMES, Marineide de Oliveira (org.). Estágios na formação de professores: possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão. São Paulo: Loyola, 2011. BACICH, Lilian; MORÁN, José (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2017. Disponível em: Minha Biblioteca. GOHN, M. da G.. Educação não-formal e o educador social: atuação e desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2016. SANT'ANNA, Geraldo José. Planejamento, gestão e legislação escolar. São Paulo: Érica, 2014. Disponível em: Minha Biblioteca.</p>
Bibliografia complementar	<p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2016. GOHN, Maria da Gloria. Educação não formal nas instituições sociais.</p>



	<p>Revista Pedagógica, Chapecó, v. 18, n. 39, p. 59-75, set./dez. 2016. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3615/2053</p> <p>PADILHA, Paulo Roberto. Educar em todos os cantos: reflexões e canções por uma educação intertranscultural. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012.</p> <p>SILVA, Ana Lucia Ferreira da; PERRUDE, Marleide Rodrigues. Atuação do pedagogo em espaços não-formais: algumas reflexões. Rev. El. Prodência/Uel, v. 1, n. 4, jul-dez 2013. Disponível em: < http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope/pages/arquivos/Volume4/TEXT_O%205%20-%20p.%2046%20a%2056.pdf >. Acesso em: 08/05/2024.</p>
Carga horária	40

Disciplina/componente curricular	Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem da Geografia
Ementa	Pressupostos teóricos e a educação geográfica. Contextualização na área do conhecimento, competências e habilidades do componente curricular. Unidades temáticas e objetos de conhecimento. Campos de experiências. Currículo de Geografia para o Território e para a educação quilombola. Materiais e recursos didáticos e estratégias de ensino. Instrumentos de avaliação da aprendizagem. Planejamento do ensino. Currículo do Território.
Bibliografia básica	ALMEIDA, Rosangela Doin de. Cartografia escolar . – 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2014. MARQUES, Jane Aparecida e MALCHER Maria Ataíde. Orgs. Territórios Quilombolas . Instituto de Terras do Pará; Belém: ITERPA, 2009. Disponível em: < http://portal.iterpa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/caderno_territorios_quilombola.pdf >. Acesso em: 08/05/2024. SANTA CATARINA. Currículo Base da educação Infantil e do ensino Fundamental do Território Catarinense . Disponível em: http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense . Acesso em: 08/05/2024.
Bibliografia complementar	MEDEIROS, Aline L N.; MARCATTO, Francieli S.; FAGUNDES, Francielly N.; et al. DIDÁTICA da geografia . Porto Alegre: SAGAH, 2021. Disponível em: Minha Biblioteca. SAMPAIO, A. V. O.; OLIVEIRA, L. A. DE; SANTOS, M. F. Ensino e aprendizagem de Geografia: formação e práticas docentes. Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade , v. 29, n. 59, p. 360-376, 29 out. 2020. Disponível em: < https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/6202/6972 >. BERTOLLO, Mait. Metodologia do ensino de geografia . Porto Alegre: SAGAH, 2020. Disponível em: Minha Biblioteca.
Carga horária	80

Disciplina/componente curricular	Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem da História
Ementa	O processo de ensino e de aprendizagem da história. Contextualização na área do conhecimento, competências e habilidades do componente curricular. Unidades temáticas e objetos de conhecimento. Currículo do Território e para a educação escolar quilombola, incluindo as narrativas e os

	etno-conhecimentos. Campos de experiências. Materiais e recursos didáticos e estratégias de ensino para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Instrumentos de avaliação da aprendizagem. Práticas didático-pedagógicas.
Bibliografia básica	BAUER, Caroline Silveira. Conteúdo e metodologia do ensino de História . Porto Alegre: SAGAH, 2018. Disponível em: Minha Biblioteca. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos . São Paulo: Cortez, 2009. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental . Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em : http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_vers_aofinal_site.pdf . Acesso em: 08/05/2024. GOMES, Carla Renata Antunes de Souza <i>et al.</i> Metodologia do ensino de história . Porto Alegre: SAGAH, 2016. Disponível em: Minha Biblioteca. SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis: Secretaria de Estado, 2019. Disponível em: http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense . Acesso em: 08/05/2024.
Bibliografia complementar	ABUD, K. M.. Propostas para o ensino de História: a construção de um saber escolar . Fronteiras: Revista de História, v. 18, n. 31, p. 296-304, 2016. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/5470/2814 > . Acesso em: 08/05/2024. ABUD, K. M.. TEMPO: a elaboração do conceito nos anos iniciais de escolarização. Historiae , v. 3, p. 9-17, 2012. Disponível em: < https://periodicos.furg.br/hist/article/download/3148/1800/8744 > . Acesso em: 08/05/2024. SOUZA, Ana Carolina Machado de et al. História e patrimônio cultural . Porto Alegre: SAGAH, 2021.
Carga horária	80

Disciplina/componente curricular	Vivências de extensão V
Ementa	Elaboração e desenvolvimento de projetos e planos de trabalho de extensão em articulação com as práticas como componentes curriculares em educação. Reflexão, organização, sistematização, avaliação e socialização das experiências. Práticas vivenciadas em educação e extensão.
Bibliografia básica	ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento / organizado por Eliana Borges Correia de Albuquerque e Telma Ferraz Leal. – 3 ed., 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Disponível em: Minha Biblioteca. BUCHWITZ, Tania Maria de Almeida. Propostas curriculares na educação infantil [recurso eletrônico] / Tania Maria de Almeida Buchwitz. – São Paulo, SP : Cengage, 2016. GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no século XX: para uma

	<p>reforma democrática e emancipatória da universidade. Disponível: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf> . Acesso em: 22 jun. 2015.</p> <p>TRILLA, Jaume; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008.</p>
Bibliografia complementar	<p>FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.</p> <p>GOHN, Maria da Gloria. Educação não formal nas instituições sociais. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 18, n. 39, p. 59-75, set./dez. 2016. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3615/2053. Acesso em: 08/05/2024.</p> <p>MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011.</p>
Carga horária	40

7º semestre

Disciplina/componente curricular	Fundamentos teórico-metodológicos da Educação de Jovens e Adultos
Ementa	O desenvolvimento pedagógico das turmas de EJA. Organização da prática pedagógica: planejamento, registro e avaliação. Organização e metodologias para jovens e adultos. A especificidade do aprendizado do idoso. O diálogo com a escola quilombola
Bibliografia básica	<p>FONSECA, Maria da Conceição F. R. Educação matemática de jovens e adultos. 3. ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.</p> <p>BRANDÃO, Carlos. A educação popular e a educação de jovens e adultos: antes e agora. In: MACHADO, Maria Margarida (Org.). Formação de Educadores de Jovens e Adultos. II Seminário Nacional. Brasília: MEC/SECAD/ UNESCO, 2008. p. 17-56. Disponível em: http://forumeja.org.br/files/livrosegsemi.pdf . Acesso em: 08/05/2024.</p> <p>PEREIRA, Marina Lúcia de Carvalho. A construção do letramento na educação de jovens e adultos / Marina Lúcia de Carvalho Pereira. — 3. ed. — Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2013.</p>
Bibliografia complementar	<p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Política de educação escolar quilombola. – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível em: https://www2.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-as-diversidades-e-os-temas-que-os-compoem/7378-caderno-politica-de-educacao-escolar-quilombola-nequi/file . Acesso em: 09/05/2024.</p>

	<p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais. – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível em: https://www2.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-as-diversidades-e-os-temas-que-os-compoem/7380-caderno-politica-de-educacao-para-as-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana-nead/file . Acesso em: 09/05/2024.</p> <p>GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf</p>
Carga horária	80

Disciplina/componente curricular	Estágio curricular supervisionado III
Ementa	Observação do campo de estágio, participação nas atividades escolares, observação e acompanhamento das atividades docentes. Planejamento, execução e avaliação da docência do ensino fundamental - anos iniciais. Sistematização e organização dos resultados para a socialização do resultado do estágio.
Bibliografia básica	<p>GOMES, Marineide de Oliveira (org.). Estágios na formação de professores: possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão. São Paulo: Loyola, 2011.</p> <p>BACICH, Lilian; MORÁN, José (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base da educação Infantil e do ensino Fundamental do Território Catarinense. Disponível em: http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense. Acesso em: 09/05/2024.</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Política de educação escolar quilombola. – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível em: https://www2.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-as-diversidades-e-os-temas-que-os-compoem/7378-caderno-politica-de-educacao-escolar-quilombola-nequi/file . Acesso em: 09/05/2024.</p>
Bibliografia complementar	<p>BARRETO, Flavio Chame. ALMEIDA, Nadia Josiane Rockenback de. Educação escolar: evolução histórica, teorias, práticas docentes e reflexões. -- 1. ed. -- São Paulo: Érica, 2014.</p> <p>BORDENAVE, Juan Díaz e PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de ensino-aprendizagem. 33ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.</p> <p>CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; SEMEGHINI-SIQUEIRA. Idméa. Da educação infantil ao ensino fundamental: formação docente, inovação e aprendizagem significativa. -- São Paulo: Cengage Learning, 2015.</p>
Carga horária	80

Disciplina/componente curricular	Avaliação na perspectiva da educação escolar quilombola
Ementa	As diferentes concepções dos processos de avaliação da aprendizagem. Principais fundamentos e conceitos envolvidos nos processos de avaliação. A relação intrínseca entre a avaliação da aprendizagem e a formação do sujeito. As diferentes práticas pedagógicas ligadas à avaliação da aprendizagem. A avaliação da aprendizagem e as

	representações sociais. Os diversos processos de avaliação de aprendizagem. Especificidades da educação escolar quilombola.
Bibliografia básica	CENGAGE LEARNING EDIÇÕES. Planejamento, avaliação e didática [recurso eletrônico] / Cengage Learning. – São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar passado, presente e futuro . São Paulo Cortez 2021. SANTOS, Pricila Kohls dos. Avaliação da aprendizagem . Porto Alegre SER - SAGAH 2017.
Bibliografia complementar	SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Política de educação escolar quilombola . – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível em: https://www2.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-as-diversidades-e-os-temas-que-os-compoem/7378-caderno-politica-de-educacao-escolar-quilombola-nequi/file . Acesso em: 09/05/2024. RUSSELL, Michael K. Avaliação em sala de aula: conceitos e aplicações . 7. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: AMGH, 2014. CHUEIRI, M, S, F. Concepções sobre avaliação escolar . Estudos em Avaliação Educacional, v. 19, n. 39, jan./abr. 2008. Disponível em: < https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2469/2423 > . Acesso em: 09/05/2024. ESTEBAN, M. T. A negação do direito à diferença no cotidiano escolar . Avaliação, Campinas, Sorocaba, SP, n.19, n.02, p.463-486, jul. 2014. Disponível em: < file:///C:/Users/154090/Downloads/1946-Texto%20do%20artigo-3426-3510-10-20140606.pdf > . Acesso em: 09/05/2024. FREITAS, L. C. Qualidade negociada: Avaliação e contrarregulação na escola pública . Educação & Sociedade, Vol. 26, n.92, outubro, 2005, p.911-933. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/es/a/dRvdK8ZQCFhC5D7Fwj6hGDK/?format=pdf&lang=pt > . Acesso em: 09/05/2024.
Carga horária	40

Disciplina/componente curricular	Cotidiano da educação escolar quilombola
Ementa	Cotidiano da educação dos anos iniciais: tempo, espaço, atividades. Processos interativos; aluno/aluno. Aluno/professor; aluno instituição/instituição. Papel do educador. Histórico e função social da escola. Saberes e fazeres da educação formal. Classes multisseriadas. Aproximações com a educação escolar quilombola.
Bibliografia básica	ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. Etnografia da prática escolar . 11. ed. São Paulo: Papirus, 2002. IMBERNÓN, Francisco. A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato . Tradução Ernani Rosa. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2008. LEAL, Telma Ferraz. Desafios da educação de jovens e adultos: construindo práticas de alfabetização / Telma Ferraz Leal; Eliana Borges Correia de Albuquerque (org.). – 1 ed., 3. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007. WEFFORT, Madalena Freire (et. al.) Educando o olhar da observação . In: WEFFORT, Madalena Freire (et. al.) Observação, registro, reflexão . São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.

Bibliografia complementar	GARCIA, Regina Leite; ZACCUR, Edwiges (org.). Cotidiano e diferentes saberes . Rio de Janeiro: DP&A, 2006. D'AUREA-TARDELI, Denise; VIDIGAL DE PAULA, Fraulein (ORG). O cotidiano da escola: as novas demandas educacionais . São Paulo: Cengage Learning, 2011. SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Política de educação escolar quilombola . – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível em: https://www2.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-as-diversidades-e-os-temas-que-os-compoem/7378-caderno-politica-de-educacao-escolar-quilombola-nequi/file . Acesso em: 09/05/2024.
Carga horária	80

Disciplina/componente curricular	Estágio curricular supervisionado IV
Ementa	Observação, acompanhamento e participação em atividades docentes, pedagógicas e de gestão. Conhecimento e participação da dinâmica escolar dos EJA. Sistematização e organização dos resultados para a socialização do resultado do estágio.
Bibliografia básica	ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento / organizado por Eliana Borges Correia de Albuquerque e Telma Ferraz Leal. – 3 ed., 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. FONSECA, Maria da Conceição F. R. Educação matemática de jovens e adultos . 3. ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. LEAL, Telma Ferraz. Desafios da educação de jovens e adultos: construindo práticas de alfabetização / Telma Ferraz Leal; Eliana Borges Correia de Albuquerque (org.). – 1 ed., 3. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007. VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula . 8 ed. São Paulo: Libertad Editora, 2013.
Bibliografia complementar	BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental . Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em : http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_ve_rsaofinal_site.pdf . Acesso em: 09/05/2024. SANTA CATARINA. Currículo Base da educação Infantil e do ensino Fundamental do Território Catarinense . Disponível em: http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense . Acesso em: 09/05/2024. SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Política de educação escolar quilombola . – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível em: https://www2.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-as-diversidades-e-os-temas-que-os-compoem/7378-caderno-politica-de-educacao-escolar-quilombola-nequi/file . Acesso em: 09/05/2024. SILVA, Santusa Amorim da; PRAXEDES, Vanda Lúcia. Educação e relações étnico-raciais: desafios, limites e possibilidades . – Belo Horizonte: EdUEMG, 2017. Disponível em: https://editora.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2017/2017_Educacao_e_relacoes.pdf
Carga horária	80



Disciplina/componente curricular	Políticas e Gestão escolar
Ementa	Fundamentos conceituais e legal, os princípios da organização e da gestão escolar. Dimensões da organização: Planejamento e organização do trabalho escolar. Acompanhamento/Monitoramento de processos e avaliação institucional. Gestão de resultados educacionais. Dimensões da implementação: gestão democrática e participativa. Gestão da cultura e do cotidiano escolar: pessoas, administrativa, pedagógica, contexto e comunidade. Atribuições e competências profissionais do pessoal da escola.
Bibliografia básica	BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental . Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em : http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_ve_rsaofinal_site.pdf . Acesso em: 09/05/2024. LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização . 10.ed. – São Paulo: Cortez, 2012. LÜCK, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências . – Curitiba: Editora Positivo, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2190198/mod_resource/content/1/dimensoes_livro.pdf SANT' ANNA, Geraldo José. Planejamento, gestão e legislação escolar . São Paulo: Erica, 2014.
Bibliografia complementar	COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa, et al. Gestão escolar: enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas . Curitiba: CRV, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2170-livro-unir-2009&Itemid=30192 >. Acesso em: 09/05/2024. LEI COMPLEMENTAR Nº 170/98 SC . Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1998/170_1998_lei_complementar.html >. Acesso em: 09/05/2024. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática . São PAULO: Heccus, 2008. SILVA, Janaina Almeida da Costa. Qualidade na educação [recurso eletrônico] – São Paulo, SP: Cengage, 2016.
Carga horária	40

8º semestre

Disciplina/componente curricular	Neurociências da aprendizagem
Ementa	Fundamentos das Neurociências. Introdução aos conceitos básicos de neuroanatomia, neurofisiologia, neuroquímica e neuropsicologia. Apresentação de modelos que auxiliem na compreensão de mecanismos importantes. Apresentar os fundamentos das neurociências bem como a plasticidade neural no processo de ensino aprendizagem da criança e do adolescente. Apresentar a estrutura orgânica do cérebro após o estímulo aplicado pelo professor/responsável e os resultados desenvolvidos a partir de suas potencialidades.

Bibliografia básica	<p>ROTTA, BRIDI FILHO, BRIDI, (Orgs.). Neurologia e aprendizagem: abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2016</p> <p>AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-V). Porto Alegre: Artmed, 2023.</p> <p>SALLES, J. F., HAASE, V. G., MALLOY-DINIZ, L. F. Neuropsicologia do desenvolvimento: infância e adolescência. Porto Alegre: Artmed, 2016.</p>
Bibliografia complementar	<p>COSENZA, Ramon M. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. – Porto Alegre: Artmed, 2011.</p> <p>KREBS, Claudia. Neurociências ilustrada [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Artmed, 2013.</p> <p>YOUNG, Paul A. Neurociência clínica básica. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2018.</p>
Carga horária	40

Disciplina/componente curricular	Estágio curricular supervisionado V
Ementa	Observação da atuação da equipe gestora; participação nas atividades de coordenação, supervisão e orientação escolar. Identificação de problema e elaboração de propostas de intervenção e aplicação articulada ao Projeto Pedagógico da Escola. Sistematização e organização dos resultados para a socialização do resultado do estágio e a produção final.
Bibliografia básica	<p>ANDRÉ, M. E. D. A.; LÜDKE, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: EPU, 2013.</p> <p>GIMENO SACRISTÁN, J. Currículo: uma reflexão sobre a prática. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 1998.</p> <p>PERRENOUD, P. A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2010.</p>
Bibliografia complementar	<p>LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10.ed. – São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>LÜCK, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências. – Curitiba: Editora Positivo, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2190198/mod_resource/content/1/dimensoes_livro.pdf</p> <p>THURLER, Monica Gather; MAULINI, Olivier. A organização do trabalho escolar: uma oportunidade para repensar a escola. Porto Alegre: Penso, 2012.</p>
Carga horária	120

Disciplina/componente curricular	Vivências de extensão VI
Ementa	Elaboração e desenvolvimento de projetos e planos de trabalho de extensão em articulação com as práticas como componentes curriculares em educação. Reflexão, organização, sistematização, avaliação e socialização das experiências. Práticas vivenciadas em educação e extensão.
Bibliografia básica	ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. A alfabetização de jovens e adultos em uma perspecti-va de . 3 ed., 1 reimp. – Belo Horizonte:

	<p>Autêntica, 2010. BUCHWITZ, Tania Maria de Almeida. Propostas curriculares na educação infantil. São Paulo, SP : Cengage, 2016. GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. Disponível: < https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf >. Acesso em: 09/05/2024. TRILLA, Jaume; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008.</p>
Bibliografia complementar	<p>FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. GOHN, Maria da Gloria. Educação não formal nas instituições sociais. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 18, n. 39, p. 59-75, set./dez. 2016. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3615/2053. Acesso em: 09/05/2024. MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 7. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011.</p>
Carga horária	40

3.9.3 Integralização do curso

A integralização curricular do curso inclui a aprovação em disciplinas previstas na matriz curricular e atividades obrigatórias previstas neste PPC, conforme se detalha na sequência.

a) Atividades complementares (Atividades Acadêmico-científico-culturais)

As atividades complementares integram a parte flexível do currículo e devem estar relacionadas com a área de formação. O seu cumprimento é indispensável para a integralização do curso e a obtenção do título.

O caráter das atividades complementares é a flexibilização dos currículos, de forma a incentivar o discente a expandir sua formação e ampliar o nível do conhecimento, favorecendo sua integração com o meio social.

A carga horária das atividades complementares não incluiu a carga horária prevista para o Estágio Curricular Supervisionado, bem como a ministrada nas disciplinas previstas na matriz curricular do curso. A carga horária de atividades complementares a ser integralizada pelo acadêmico está determinada neste PPC e atende às disposições legais pertinentes. Todas as atividades consideradas como complementares devem ser obrigatoriamente comprovadas por declarações ou certificações.

As atividades complementares são regidas pela Resolução vigente da Univille, por dispositivos legais relativos ao tema e por regulamento específico do curso, que consta no anexo I deste PPC.

b) Estágio Curricular Supervisionado

O **Estágio Curricular Supervisionado (ECS)** compreende as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e de trabalho em seu meio, sendo realizadas preferencialmente, em unidades escolares públicas localizadas em comunidades remanescentes, em unidades escolares públicas, ou junto a pessoas jurídicas de direito privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino – UNIVILLE.

As atividades a serem desenvolvidas pelo estudante no campo de estágio deverão ser pertinentes aos objetivos do curso e perfil do egresso, estabelecidas em regulamento específico.

O regulamento (anexo II) elaborado levou em consideração o que estabelece a resolução para a regulamentação do Estágio Curricular Supervisionado Institucional. A organização do estágio contemplará as etapas, como: opção por um campo de estágio e levantamento de suas atividades; definição do campo de estágio; convênio Univille/campo de estágio; elaboração de um plano de trabalho a ser desenvolvido no campo de estágio; execução do estágio - em situação de aula e na gestão escolar, vivenciados pelo licenciando; elaboração do Trabalho de Conclusão de Estágio

conforme estabelecido no regulamento; socialização dos resultados do ECS, ao final de cada período letivo.

Caberá à coordenação do curso, conjuntamente com a Comissão de Estágio e o supervisor do estágio, aprovar os planos de trabalho, conduzir e decidir as questões relacionadas aos estágios. Os acadêmicos em estágio serão orientados e acompanhados por um professor orientador do curso e um professor experiente da escola, tendo sua atividade deferida e homologada pela comissão de estágio.

A carga horária total do estágio compreenderá 400 horas. As atividades do estágio serão realizadas no 6º, 7º e 8º semestres do curso, devendo o estudante cumprir a carga horária e as atividades correspondentes ao estabelecido no regulamento de estágio.

c) As Vivências de Extensão

As Vivências de Extensão serão desenvolvidas ao longo do curso, conforme previsto na matriz curricular e no Plano de Ensino e Aprendizagem, tendo docente/s responsável/is para orientar os estudantes na realização das atividades práticas, no que se refere à elaboração do planejamento, execução, acompanhamento e avaliação do desempenho. Estas atividades serão realizadas nas comunidades de origem das acadêmicas e articuladas com componentes curriculares.

3.9.4 Abordagem dos temas transversais: educação ambiental, educação das relações étnico-raciais e educação em direitos humanos

Abordagem dos temas transversais: educação ambiental, educação para as relações étnico-raciais, pessoas jovens, adultas e idosas, educação quilombola, educação do campo, educação especial e educação em direitos humanos, temáticas

essas que compõem o Currículo Base do Território Catarinense (2019), serão trabalhadas nos diferentes componentes que compõem a matriz do curso.

O tratamento da educação ambiental, da educação das relações étnico-raciais e direitos humanos, no âmbito do curso, vai ocorrer pela oferta de disciplinas que abordam especificamente a temática de forma transversal e sob o entendimento de que são práticas sociais que interagem e se situam no campo dos direitos humanos e da cidadania.

Reforçam esse entendimento no tocante à educação ambiental os princípios enunciados no artigo 4.º da Lei n.º 9.795 de 27 de abril de 1999:

- I. o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II. a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III. o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV. a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V. a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI. a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII. a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII. o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999).

No que diz respeito à educação para as relações étnico-raciais, destaca-se o Parecer CNE/CP n.º 003 de 10 março de 2004 (BRASIL, 2004), com ênfase para os princípios que indicam:

- a) o reconhecimento da igualdade da pessoa humana como sujeito de direitos;
- b) a necessidade de superação da indiferença e da injustiça com que os negros e os povos indígenas vêm sendo tratados historicamente;

- c) a importância do diálogo na dinâmica da sociedade brasileira, essencialmente pluriétnica e que precisa ser justa e democrática;
- d) a necessidade de valorização da história e da cultura dos povos africanos e indígenas na construção histórica da sociedade brasileira;
- e) a indispensável implementação de atividades que expressem a conexão de objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade.

A Educação em Direitos Humanos, conforme Resolução n.º 1 de 30 de maio de 2012 do CNE, é entendida como um processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direito. Portanto, além de propor momentos específicos para o estudo da temática, o PPC está fundamentado nos princípios:

- I. dignidade humana;
- II. igualdade de direitos;
- III. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV. laicidade do Estado;
- V. democracia na educação;
- VI. transversalidade, vivência e globalidade;
- VII. sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012).

As principais estratégias para a inserção das temáticas compreendem a oferta de disciplinas relacionadas abaixo, as quais tratam dos temas transversais:

- ✓ Ludicidade na Educação;
- ✓ Arte – Educação;
- ✓ Educação, Sociedade e Meio Ambiente;
- ✓ Educação e Patrimônio Cultural;
- ✓ Políticas e Legislação Escolar;

- ✓ Políticas e Gestão Escolar;
- ✓ Fundamentos e Organização Curricular;
- ✓ Diversidade e Educação Inclusiva;
- ✓ História Cultura Africana e Afro-brasileira;
- ✓ Educação e Saúde;
- ✓ Fundamentos Antropológicos, Filosóficos e Sociológicos;
- ✓ Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem da História;
- ✓ Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem da Geografia;
- ✓ Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem das Ciências Naturais.

a) Educação ambiental

A educação ambiental é abordada nos seguintes componentes curriculares: Diversidade e Educação Inclusiva e Educação, Sociedade e Meio Ambiente e em outros componentes curriculares, como Vivências de Extensão e em Políticas e Legislação Escolar e em Políticas e Gestão Escolar.

b) Educação das relações étnico-raciais

A educação das relações étnico-raciais é abordada em todos os componentes curriculares, em especial nas áreas que tratam das questões éticas, históricas e antropológicas. Além disso pode ser base nas temáticas dos estágios curriculares, bem como em projetos de extensão, incluindo a educação não formal e informal.

c) Educação em direitos humanos

A educação em direitos humanos pode ser abordada em todos os componentes curriculares, pois é fundamental que o docente saiba lidar com os sujeitos de modo igualitário em seus direitos, respeitando as adversidades e subjetividades. É também fonte de pesquisa nos estágios e nos projetos de extensão. Essa temática também deve integrar os estágios curriculares e os projetos de vivência de extensão.

Os estudantes poderão participar de palestras, exposições e oficinas ofertadas pelos programas e projetos de extensão que abordam essas temáticas.

Dessa forma, os estudantes terão a oportunidade de vivenciar práticas que os levem a:

- estabelecer conexões entre a educação ambiental e a educação das relações étnico-raciais;
- compreender a dinâmica da sociedade brasileira atual, particularmente no que se refere aos direitos que conformam uma vida cidadã;
- sistematizar e construir sínteses e formas de intervenção com base nos assuntos estudados e nas experiências vividas.

3.9.5 Atividades extracurriculares

Além das atividades obrigatórias, os estudantes podem realizar outras atividades que propiciem o enriquecimento curricular:

a. Disciplinas extracurriculares

O acadêmico regularmente matriculado poderá requerer matrícula em disciplinas ofertadas em outros cursos de graduação da Univille, na forma de disciplina optativa, com vistas ao seu enriquecimento curricular.

São condições para o deferimento do requerimento:

- Oferta da disciplina em turma regular no período letivo em que o acadêmico está pleiteando a matrícula;
- Não ocorrer coincidência de horários entre a disciplina e as demais atividades didático-pedagógicas do curso em que o aluno está matriculado originalmente;
- Ter disponibilidade de vaga na turma/disciplina em que o aluno está requerendo matrícula;
- O aluno arcar com os custos da disciplina extracurricular.

O aluno poderá requerer matrícula em disciplina extracurricular de outros cursos de graduação da Univille, incluindo a disciplina de Libras. Para obter aprovação, deverá cumprir os requisitos previstos no regimento da Universidade. Caso obtenha aprovação, a disciplina será registrada como extracurricular no seu histórico. Em caso de reprovação, não haverá registro no histórico escolar, e o aluno também não estará obrigado a cursar a disciplina em regime de dependência.

A Univille também dispõe da plataforma “Espaço de Mobilidade Virtual no Ensino Superior (e-Movies)”, uma iniciativa liderada pela Organização Universitária Interamericana (OUI), com o objetivo de fornecer soluções que promovam a cooperação acadêmica internacional, da qual a Univille é membro. O acadêmico regularmente matriculado poderá requerer matrícula em disciplinas ofertadas por meio da plataforma e-Movies, na forma de disciplina optativa ou atividades extracurriculares.

São condições para o deferimento do requerimento:

- Oferta da disciplina em turma regular no período letivo em que o acadêmico está pleiteando a matrícula;
- Não ocorrer coincidência de horários entre a disciplina e as demais atividades didático-pedagógicas do curso em que o aluno está matriculado originalmente;
- Ter disponibilidade de vaga na turma/disciplina em que o aluno está requerendo matrícula.

Os detalhes sobre o funcionamento do e-Movies podem ser obtidos junto a Assessoria Internacional da Univille.

b. Estágio não obrigatório

Além do ECS, os estudantes podem realizar estágios não obrigatórios, os quais seguem a legislação e as regulamentações institucionais e são formalizados por meio de convênios estabelecidos entre a Universidade e as organizações e termos de compromisso de estágio entre o estudante, o campo de estágio e a Universidade. Esta oferece suporte aos estudantes por meio do Escritório de Empregabilidade e Estágio (EEE).

3.10 Metodologia de ensino-aprendizagem

A proposta metodológica para o processo de ensino e aprendizagem na Universidade aponta para um paradigma de educação que privilegie o papel e a importância do estudante, que deve estar no centro do processo. Tal proposta visa construir uma educação de qualidade tendo como princípios:

- a mobilização e o desafio para o desenvolvimento de atitudes científicas e de autonomia;
- a pesquisa, o que implica considerar o conhecimento como ferramenta de intervenção na realidade;
- a relação entre teoria e prática;
- a interdisciplinaridade, com o intuito de promover o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento na compreensão da realidade;
- o desenvolvimento de habilidades, conhecimento e atitudes de maneira integrada;
- o uso das tecnologias de informação e comunicação como forma de potencializar a aprendizagem, contemplar as diferenças individuais e contribuir para a inserção no mundo digital;

- a interprofissionalidade, com o intuito de aprender sobre a sua profissão e as demais que podem interagir nos espaços de atuação profissional, de maneira a estimular a colaboração e a busca por objetivos comuns.

Diferentes estratégias viabilizam o processo de ensino e aprendizagem com ênfase em metodologias de aprendizagem ativa, entre as quais é possível mencionar o estudo de caso, a aprendizagem baseada em problemas, a aprendizagem baseada em projetos, a sala de aula invertida, entre outras.

O Projeto Pedagógico do Curso Educação Escolar Quilombola adota os princípios da Política de Ensino da Univille e a concepção de inovação pedagógica e curricular que tem sido debatida na Instituição, operacionalizando-os pela adoção de estratégias ou metodologias de ensino e aprendizagem diversificadas, conforme demonstrado no quadro 2, respeitando os objetivos de aprendizagem de cada disciplina, as peculiaridades dos conteúdos a serem abordados e a autonomia docente. Entre as diferentes estratégias, é possível considerar:

Quadro 2 – Estratégias de ensino e aprendizagem no curso

N.º	Denominação	Descrição
1	Exposição dialogada	Exposição do conteúdo com participação dos estudantes. A estratégia pode partir de leitura de textos ou apresentação de situações-problema. Utilizam-se <i>software</i> de apresentação e computador conectado a projetor multimídia e à internet/Web.
2	Palestra	O professor pode convidar um profissional a proferir uma palestra sobre tema pertinente ao curso. Os estudantes podem ser solicitados a elaborar relatório ou responder questões sobre a palestra.
3	Estudo de texto	Exploração das ideias de um autor com base na leitura e análise do texto, gerando resumos ou resenhas.
4	Estudo dirigido	Estudo orientado de um texto com base em um roteiro ou questões de estudo propostas pelo professor.



5	Resolução de problemas	Apresentação de uma situação nova aos estudantes, que deverão proceder à análise do problema e propor uma solução. Na área de computação é comum o emprego dessa estratégia, sobretudo na resolução de problemas com apresentação de soluções algorítmicas e/ou computacionais.
6	Abordagem baseada por projeto	Método sistemático de ensino-aprendizagem que envolve os acadêmicos na obtenção de conhecimentos e habilidades por meio de um processo de investigação estruturado em torno de produtos e tarefas previamente planejadas. Tem como premissas o ensino centrado no aluno e a aprendizagem colaborativa e participativa. Tem-se um produto tangível como resultado decorrente das atividades nessa modalidade.
7	Seminário	Atividade em grupo em que é apresentado um tema ou problema pelo professor e os estudantes devem formar grupos, levantar informações, discutir o tema/problema e apresentar um relatório com as conclusões.
8	Estudo de caso	Atividade em grupo em que o professor apresenta uma determinada situação real ou fictícia e os estudantes, individualmente ou em grupos, devem proceder à análise e indicar soluções às questões propostas na forma de um seminário ou de um relatório.
9	Aulas de laboratório	Emprega laboratórios de informática para a realização de uma série de atividades em diferentes disciplinas. Tais atividades incluem o treinamento/prática e aprimoramento do saber desenvolvido em sala de aula.
10	Pesquisa bibliográfica	Com base em um tema/problema apresentado pelo professor, os estudantes realizam, individualmente ou em grupos, pesquisa bibliográfica e elaboram relatório de pesquisa bibliográfica, que pode ser apresentado na forma de simpósio ou seminário.
11	Pesquisa de campo	Com base em um tema/problema apresentado pelo professor, os estudantes realizam, individualmente ou em grupos, pesquisa de campo e elaboram relatório da pesquisa, que pode ser apresentado na forma de simpósio ou seminário.
12	Saídas a campo	Os estudantes são levados a vivenciar a prática da aplicação dos conteúdos trabalhados em sala de aula.

13	Uso de <i>softwares</i>	Atividade individual ou em grupo na qual os estudantes são introduzidos ao uso de <i>softwares</i> de aplicação específica e, na maioria das vezes, técnica.
14	Projeto Colab	Laboratório colaborativo para o desenvolvimento das competências do século XXI. Integra atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito de um laboratório colaborativo, a fim de desenvolver as habilidades e competências do século XXI entre um grupo de jovens, antes, durante e logo após a sua graduação na Univille, visando a uma experiência acadêmica diferenciada, bem como à inovação pedagógica. As palavras-chave do projeto são listadas como: integração ensino-pesquisa-extensão; laboratório colaborativo; inovação pedagógica.
15	Vivências e práticas de extensão	Ações que integram temáticas da realidade das comunidades remanescentes, contribuindo no percurso formativo dos acadêmicos.
17	Atelier de Arte e Brinquedoteca	O atelier oportuniza experiências artísticas, estéticas e lúdicas, em ações que buscam articular o universo das infâncias, o brincar e o brinquedo como possibilidades de aprendizagem, tanto cognitiva quanto sensível.

Fonte: Coordenação do Curso de Educação Escolar Quilombola (2021)

3.11 Inovação pedagógica e curricular

Na Univille a inovação pedagógica e curricular é compreendida como um procedimento de mudança planejado e passível de avaliação que leva a processos de ensino e aprendizagem centrados no estudante, mediados pelo professor e que apresentam as seguintes características:

- Prática pedagógica planejada, cooperativa e reflexiva;
- A mobilização e o desafio, por meio de metodologias de aprendizagem ativa, para o desenvolvimento de atitudes científicas e de autonomia com base na problematização da realidade e do conhecimento existente a seu respeito;

- A pesquisa, o que pressupõe considerar o conhecimento como ferramenta de intervenção na realidade;
- A relação entre teoria e prática;
- A interdisciplinaridade, com o intuito de promover o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento na compreensão da realidade;
- A interprofissionalidade, que permite aprender sobre a sua profissão e a profissão de outros em busca de objetivos comuns e que estimulam as práticas colaborativas;
- O desenvolvimento de habilidades, conhecimento e atitudes de maneira integrada;
- O uso das tecnologias de informação e comunicação como forma de potencializar a aprendizagem, contemplar as diferenças individuais e contribuir para a inserção no mundo digital;
- A avaliação sistemática da aprendizagem, que contemple tanto o aspecto formativo quanto o somativo do processo de ensino e aprendizagem;
- O comportamento ético e democrático de professores e estudantes.

A Universidade instituiu o Centro de Inovação Pedagógica (CIP) com a missão de promover a inovação pedagógica e curricular nos cursos da Univille por meio de ações relacionadas à organização didático-pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos, à profissionalização docente continuada e à melhoria contínua da infraestrutura empregada no processo de ensino e aprendizagem (UNIVILLE, 2009).

O Curso de Educação Escolar Quilombola, em parceria com o Centro de Inovação Pedagógica, desenvolve atividades de articulação no que tange à inovação pedagógica para a formação do corpo docente com o intuito de atender o perfil do egresso.

A atuação do CIP, tendo em vista a inovação pedagógica e curricular, está pautada nos seguintes princípios:

- A promoção da autonomia dos estudantes no que diz respeito ao seu processo de aprendizagem;
- A contínua profissionalização e construção da identidade docente;
- A melhoria contínua da qualidade do processo de ensino e aprendizagem;
- A sustentabilidade dos cursos;
- A integração dos cursos por meio do compartilhamento de concepções educacionais, metodologias de ensino e aprendizagem e recursos didático-pedagógicos;
- A integração de suas ações com os processos de avaliação de cursos da Instituição;
- O alinhamento de suas ações ao PPI e ao PDI da Univille. O CIP tem como objetivo promover ações que contribuam para a inovação pedagógica e curricular dos cursos da Univille, atuando nos seguintes eixos:
 - Organização didático-pedagógica proposta e operacionalizada por meio do PPC;
 - Profissionalização docente que contemple concepções educacionais, metodologias de ensino e aprendizagem e recursos didático-pedagógicos conforme a perspectiva da inovação preconizada pelo PPI da Univille;
 - Melhoria e adequação da infraestrutura necessária à inovação nos processos de ensino e aprendizagem.

Os serviços oferecidos pelo CIP compreendem:

- Assessoramento às coordenações nos processos de criação de cursos e estruturação, reestruturação e alteração do PPC;
- Assessoramento às coordenações nos processos de inovação pedagógica e curricular;
- Planejamento, execução, acompanhamento e avaliação do Programa de Profissionalização Docente (PPD);

- Planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos de assessoramento pedagógico aos docentes mediante demanda das coordenações de cursos;
- Planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos de prospecção e implantação de tecnologias de informação e comunicação aplicáveis aos processos de ensino e aprendizagem presenciais, semipresenciais e a distância.

O público-alvo do CIP engloba os profissionais da educação e as coordenações dos cursos da Univille.

3.12 Flexibilização curricular

A flexibilização curricular pode ocorrer ao se efetivar o aproveitamento de estudos e experiências anteriores do estudante com base no artigo 41 da LDB n.º 9.394/1996, que, de maneira bastante ampla, dispõe: o conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

A sistemática de avaliação prevista pelo curso compreende estratégias como o exame de proficiência, que, segundo a Resolução do Conselho Universitário, se destina à avaliação de potencialidades, conhecimentos e experiência profissional anteriores do estudante, propiciando-lhe o avanço nos estudos, mediante comprovada demonstração do domínio do conteúdo e das habilidades e competências requeridas por disciplina do currículo do seu curso por meio de avaliação teórica, prática ou teórico-prática.

A partir de 2020 a Instituição implementou a Resolução nº 78/20 do Conselho de Administração que permite ao estudante flexibilizar a matrícula em componentes curriculares semestrais, não realizando a matrícula em um ou mais componentes, observados os prazos de integralização.

Além disso, por meio das abordagens de temas transversais e por meio das atividades extracurriculares, a Instituição proporá atividades que viabilizem a flexibilidade curricular.

3.13 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é um ato necessário, que abriga em seu movimento uma crítica pedagógica, a qual inclui desempenho e posturas docentes e discentes, expressando abertura para redimensionar as suas ações em face do desempenho dos acadêmicos no decorrer do processo.

Essa concepção implica um processo contínuo, sistemático e transparente fundamentado nos princípios institucionais e no projeto pedagógico do curso, que delinea o perfil do egresso e solicita a avaliação de habilidades, conhecimentos e atitudes. Deve equilibrar aspectos quantitativos e qualitativos, além de favorecer a formação científica, profissional e cidadã do acadêmico, tanto no seu percurso individual quanto no coletivo.

A avaliação do desempenho acadêmico no curso é feita por unidade curricular e tem como critérios: a frequência; a avaliação da aprendizagem nos estudos, expressa em notas.

Para cada unidade curricular serão atribuídas 2 (duas) Médias Bimestrais (MB1 e MB2), devendo cada média ser composta por, no mínimo, 2 (duas) notas. A Média Final (MF) será a média aritmética simples das médias bimestrais (MB1 e MB2), apurada pela fórmula $MF = (MB1 + MB2)/2$;

O estudante que obtiver Média Final igual ou superior a 6 (seis) estará aprovado desde que obtenha frequência mínima de 75% da carga horária lecionada em cada unidade curricular com atividades presenciais e/ou síncronas mediadas.

Portanto, a aprovação do estudante em cada unidade curricular de cada período letivo dependerá do cumprimento, concomitantemente, das seguintes condições:

- I. - obtenção de frequência mínima de 75% da carga horária lecionada nas unidades curriculares;
- II. - obtenção na avaliação de aprendizagem de Média Final mínima de 6 (seis):

O acadêmico que não fizer avaliações parciais ou finais ou não apresentar trabalhos acadêmicos previstos nas datas fixadas poderá requerer segunda chamada em cinco dias úteis, quando o motivo da falta estiver previsto em lei ou houver outro motivo justificável.

A frequência da Unidade Curricular será apurada:

I – Nas unidades curriculares totalmente presenciais: por meio da presença, a cada aula ministrada registrada no Diário de Classe;

II – Nas unidades curriculares 50% presencial e 50% assíncrona: por meio da presença nas aulas presenciais, a cada aula ministrada registrada no Diário de Classe e pela entrega das atividades/avaliações nas aulas assíncronas;

III – Nas unidades curriculares 50% síncrona mediada e 50% assíncrona: por meio da presença nas aulas síncronas mediadas registradas no Diário de Classe e pela entrega das atividades/avaliações nas aulas assíncronas;

IV – Nas unidades curriculares totalmente assíncronas: por meio da entrega das atividades/avaliações nas aulas assíncronas registrada no ambiente virtual de aprendizagem.

Independentemente dos demais resultados obtidos, considerar-se-á reprovado o acadêmico que não obtiver frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária lecionada em cada unidade curricular.

Nas unidades curriculares com carga horária parcial ou integral a distância, pelo menos uma das avaliações deverá:

- I - Ser presencial;
- II – Ter peso majoritário na composição da nota final da unidade curricular;

III – Incluir elementos discursivos que estimulem análise e síntese, com peso mínimo de 1/3 na avaliação ou realizar avaliação por meio de atividade prática.

Nos trabalhos de conclusão de curso ou estágio curricular supervisionado, poder-se-á exigir frequência superior ao fixado neste artigo, desde que previsto no respectivo Regulamento do Curso, aprovado pelo Conselho Universitário. Todas as provas e/ou trabalhos escritos devem ser devolvidos ao estudante depois de avaliados pelo professor.

A divulgação das notas é feita de acordo com o Calendário Acadêmico, disponível no *site* www.univille.br.

Outros detalhamentos da avaliação, como peso e periodicidade, serão especificados no Planejamento de Ensino e Aprendizagem (PEA), elaborado por cada professor quando do início do período letivo.

3.14 Apoio ao discente

As condições de atendimento ao discente decorrem principalmente de um dos objetivos do Planejamento Estratégico da Univille: expandir o acesso e favorecer a permanência do estudante na Instituição de modo sustentável. Esse objetivo é desdobrado na estratégia relativa à dimensão Sustentabilidade, que diz respeito a facilitar o acesso e a permanência do estudante. É com tal finalidade estratégica que a Univille desenvolve ações, projetos e programas para o atendimento aos discentes, conforme descrito no PDI.

3.14.1 Central de Relacionamento com o Estudante

Responsável por promover ações que busquem o desenvolvimento contínuo de um ambiente que favoreça a melhoria da qualidade das relações entre os estudantes e a Instituição, além de oferecer oportunidades de desenvolvimento de habilidades e competências, de integração e de inserção profissional, visando ao sucesso acadêmico. Entre os serviços da CRE estão o atendimento pedagógico, psicológico, social, atividades de nivelamento (reforço em conteúdo de disciplinas exatas, língua portuguesa e química), divulgação de vagas, controle e acompanhamento dos vínculos de estágios, acompanhamento de estudantes com necessidades especiais e/ou deficiência, programas de bolsas de estudo, além de outros projetos a serem desenvolvidos em parcerias com as coordenações de cursos.

a) O atendimento psicológico é realizado por profissional habilitado e oferecido gratuitamente mediante agendamento prévio. Para as orientações individuais são realizadas de 3 a 5 sessões. São realizadas ainda orientações para grupos, palestras ou conversas em sala de aula, dependendo da demanda dos cursos.

b) O atendimento pedagógico tem como foco a orientação nos casos de dificuldades de adaptação aos estudos, metodologia das disciplinas, utilização do tempo, organização pessoal, entre outras necessidades apresentadas pelos estudantes e que influenciam no seu desempenho acadêmico. Os atendimentos também são realizados por profissional habilitado e de forma gratuita.

c) No caso do atendimento social, os estudantes podem solicitar contato com a profissional disponível na CRE para orientações financeiras, de bolsas de estudo, dificuldades de integração na IES e dificuldades na renovação da matrícula por falta de recursos.

d) As atividades de nivelamento têm objetivo de oportunizar aos estudantes a revisão e aprimoramento de conteúdos da Língua Portuguesa, Matemática, Física e Química com vistas a melhorar seu desempenho acadêmico na Universidade.

e) A CRE mantém relação direta com as empresas e estudantes interessados em divulgar/realizar estágio. Para os estágios não obrigatórios todas as empresas podem cadastrar suas vagas no Banco de Oportunidades Univille – BOU e todos os estudantes da Univille podem cadastrar seu currículo e se candidatar nas vagas divulgadas. A partir da definição do estagiário pela empresa, os documentos específicos são elaborados, assinados e mantidos sob guarda do setor para eventuais consultas. Além disso, a regularização do estágio obrigatório por meio da emissão do termo de compromisso para os estudantes em fase de final do curso também é realizada pela CRE.

f) O acompanhamento dos estudantes com necessidades especiais e/ou deficiência está previsto no Programa de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (PROINES). A partir da realização da matrícula, os estudantes são orientados a apresentar um laudo médico que ateste a sua situação em termos de necessidades especiais. A entrega do laudo legitima o estudante a receber os atendimentos necessários à sua permanência. Visando auxiliar o estudante, a CRE realiza o mapeamento dos estudantes, informando aos cursos quais as necessidades que são apresentadas, sejam elas voltadas a acessibilidade arquitetônica ou a pedagógica. Por meio do PROINES, a CRE também viabiliza a contratação de intérprete de libras e monitores para acompanhar os estudantes em suas atividades, bem como realiza ações de sensibilização da comunidade acadêmica. O acompanhamento dos estudantes pelo PROINES é contínuo, durante o período em que estiverem na Instituição. Como forma de avançar em suas ações afirmativas, a CRE conta com o Laboratório de Acessibilidade – LABAS que está equipado com tecnologias assistivas como impressora a braile e computadores com sintetizador de voz para auxiliar acadêmicos com deficiência visual. Além disso, há um escâner que transforma imagem em textos.

g) Os programas de bolsas são regidos por legislação própria e pelas regulamentações institucionais. A CRE é responsável por repassar as informações e orientações sobre esses programas e divulgar para a comunidade acadêmica por meio de folders e cartazes, bem como por e-mail e no Portal da Univille.

Os programas de bolsas de estudo que a Univille disponibiliza para os estudantes serão detalhadas num item mais à frente.

3.14.2 Central de Atendimento Acadêmico

A Central de Atendimento Acadêmico (CAA) tem como objetivo facilitar o atendimento aos discentes, englobando as informações relevantes para a vivência acadêmica. Nela o acadêmico encontrará, entre outros serviços disponíveis, informações financeiras, acadêmicas e sobre crédito universitário. A CAA responde pelo serviço de expediente, registro e controle acadêmico dos cursos de graduação da Univille. Nesse sentido, gerencia e executa os processos de matrícula e rematrícula, mantém dados e documentos acerca do desenvolvimento das atividades dos cursos e emite documentos sobre a vida acadêmica dos estudantes.

Cabem também à CAA a responsabilidade do planejamento, da organização, da coordenação, da execução e do controle das atividades financeiras, a administração do fluxo de caixa, contas a pagar, contas a receber, cobrança, cadastro, contratos e a administração dos recursos financeiros da Univille.

Além disso, fica a seu encargo a administração dos programas de crédito universitário.

3.14.3 Programas de bolsa de estudo

Os programas de bolsas de estudo são regidos por legislação própria e pelas regulamentações institucionais. Além disso, a Instituição mantém comissões de acompanhamento e fiscalização da concessão de bolsas.

As informações e orientações sobre os programas de bolsas de estudo são divulgadas na comunidade acadêmica por meio de fôlderes e cartazes, bem como por e-mail, redes sociais e no Portal da Univille.

A Instituição mantém uma série de oportunidades de bolsas de estudo, opções de financiamento estudantil e programa de incentivos conforme descrito em <https://universo.univille.br/bolsas>

3.14.5 Assessoria Internacional

A Assessoria Internacional da Univille tem como missão promover a internacionalização curricular da comunidade acadêmica, por meio de projetos e programas desenvolvidos com base nos macroprocessos da Política de Internacionalização da Instituição. São eles: Mobilidade *Outgoing* e *Incoming*, Estágio e Pesquisa Internacional, *Short Term Programs* e *Internationalization at Home* (IaH). Os objetivos da Assessoria Internacional são:

- articular a troca de experiências entre estudantes, professores, pesquisadores e pessoal administrativo com seus pares de instituições estrangeiras parceiras;
- promover intercâmbios, cursos, eventos e estágios no âmbito internacional;
- intensificar a interação da Universidade com as diversas áreas de governo, com instituições de ensino superior, instituições de pesquisa, desenvolvimento e/ou inovação e com a iniciativa privada, com o propósito de fomentar iniciativas de internacionalização;
- buscar a interlocução e a articulação com as agências nacionais e internacionais de financiamento ao desenvolvimento da cooperação e do intercâmbio acadêmico-científico internacional;
- viabilizar ações de internacionalização de currículo “em casa”;
- incentivar a participação da comunidade acadêmica em diferentes tipos de atividades acadêmico-científicas e culturais internacionais;
- promover e divulgar as atividades da Univille no exterior;
- fortalecer a posição da Univille como universidade de referência regional nas articulações internacionais.

São atribuições da Assessoria Internacional:

- coordenar as ações relacionadas à cooperação internacional;
- identificar novas oportunidades de parcerias internacionais de potencial interesse para o desenvolvimento da Instituição, verificando seus mecanismos de funcionamento e formas de acesso;
 - gerir convênios internacionais e prospectar novos projetos de colaboração com instituições já conveniadas;
 - prospectar e divulgar oportunidades de intercâmbio, estágio, curso extracurricular, bolsa de estudo, trabalho e evento internacional;
 - organizar visitas e missões internacionais, a fim de identificar potencialidades para o desenvolvimento de projetos conjuntos de interesse institucional;
 - assessorar a comunidade acadêmica da Univille a respeito de atividades acadêmicas e científicas no exterior;
 - apoiar, em parceria com os setores competentes da Instituição, a preparação e o encaminhamento de projetos às diferentes agências de fomento nacionais e internacionais, com o intuito de obter recursos financeiros para atividades de cooperação internacional;
 - responder pelos contatos internacionais da Univille e pelas articulações internas com os setores acadêmico e administrativo para a viabilização das atividades;
 - coordenar a recepção de visitantes estrangeiros na Univille;
 - recepcionar estudantes, professores e pesquisadores estrangeiros e participantes de programas de mobilidade acadêmica internacional, assim como oferecer-lhes orientações gerais;
 - coordenar o Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional da Univille;
 - representar a Univille no que tange às ações internacionais.

O público-alvo da Assessoria Internacional são os estudantes, docentes, pesquisadores, o pessoal administrativo e a comunidade (nas ações de internacionalização na Extensão). O setor está ligado à Reitoria e é composto por um assessor com conhecimentos e vivência nas áreas da internacionalização e mobilidade, bem como por técnicos administrativos responsáveis pela operacionalização das ações de mobilidade acadêmica.

3.14.6 Diretório Central dos Estudantes e representação estudantil

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) é a entidade representativa dos acadêmicos da Univille, cuja eleição se dá pelo voto direto dos alunos. O DCE é entidade autônoma, possui estatuto próprio e organiza atividades sociais, culturais, políticas e esportivas voltadas à comunidade estudantil. O DCE tem direito a voz e voto nos conselhos superiores da Furj/Univille, conforme disposto nas regulamentações institucionais.

De acordo com os estatutos e regimentos da Furj/Univille, a representação estudantil compõe 30% do colegiado dos cursos. Anualmente as turmas indicam um representante e um vice-representante de classe entre os estudantes regularmente matriculados na turma. Esses estudantes participam das reuniões do colegiado do curso com direito a voto. Além disso, a coordenação realiza entrevistas e reuniões com os representantes e vice-representantes com vistas a obter informações sobre o andamento das atividades curriculares e informar as turmas sobre assuntos pertinentes à vida acadêmica.

3.14.7 Coordenação e Área

A coordenação do curso de graduação é o órgão executivo que coordena as atividades do curso de graduação. Suas ações incluem planejamento, organização, acompanhamento, controle e avaliação dos projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Para tanto, deve considerar a integração com os demais cursos do Comitê de Área e com a Instituição e estar em consonância com a legislação educacional, o PDI, as políticas, os estatutos, os regimentos e as regulamentações institucionais.

A Instituição está promovendo a integração dos cursos por áreas, com vistas a propiciar ações de melhoria contínua da qualidade. Cada área dispõe de atendimento aos estudantes por meio de uma equipe de auxiliares de ensino.

As coordenações de curso efetuam o atendimento a estudantes e grupos de estudantes. As demandas individuais e de grupo são analisadas e encaminhadas aos setores competentes. As situações relativas à gestão didático-pedagógica são discutidas, e os encaminhamentos são realizados por meio de reuniões administrativas e pedagógicas com o colegiado, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), os professores de determinada turma ou ainda com os professores de forma individual. As decisões e as ações são balizadas pela legislação interna e externa, pelo Projeto Pedagógico do Curso e pela busca da melhoria contínua da qualidade e da sustentabilidade do curso.

3.14.8 Outros serviços oferecidos

Os estudantes dos cursos de graduação da Univille também têm acesso a outros serviços, conforme discriminado no quadro 4 a seguir:

Quadro 4 – Serviços disponibilizados aos estudantes

Outros serviços disponibilizados aos estudantes	Descrição
Serviço de Psicologia	Os serviços oferecidos pelo Serviço de Psicologia (SPsi) da Univille compreendem: <ul style="list-style-type: none">• serviço de atendimento clínico psicológico;• serviço de psicologia educacional;• serviço de psicologia organizacional e do trabalho;• programas e projetos nas diversas áreas de aplicação da Psicologia. O SPsi tem como público-alvo as comunidades interna e externa da Univille. Dispõe de um psicólogo responsável e conta com uma equipe formada pelos professores e estudantes da 5.ª série do curso de Psicologia da Univille.

Outros serviços disponibilizados aos estudantes	Descrição
Ouvidoria	É um serviço de atendimento à comunidade interna e externa com atribuições de ouvir, registrar, acompanhar e encaminhar críticas e sugestões, em busca de uma solução. É uma forma acessível e direta, sem burocracia, à disposição da comunidade geral e universitária.
Centro de Atividades Físicas	É um programa de extensão institucional que tem por objetivo propiciar aos estudantes da Univille e à comunidade em geral a oportunidade de participar de atividades físicas e recreativas que contribuam para o desenvolvimento pessoal e profissional, valorizando o bem-estar físico e mental e a promoção da saúde e da qualidade de vida. Conta com uma infraestrutura que inclui piscina, academia de musculação, tatame, sala de ginástica, pista de atletismo. O CAF oferece turmas regulares em diversas modalidades esportivas e de saúde, incluindo musculação, ginástica e natação.
Serviços de reprografia	O <i>Campus</i> Joinville da Univille conta com o fornecimento de serviços de reprografia por meio de empresa terceirizada. Essa estrutura é composta por: 1) centro de reprografia: localizado no Bloco B, que oferece serviços de fotocópia e encadernação nos turnos matutino, vespertino e noturno; 2) áreas de fotocópias: uma localizada no Bloco E, próximo do CAF, e outra no prédio da Biblioteca Central, as quais fornecem serviço de fotocópia nos três turnos. O <i>Campus</i> São Bento do Sul e as demais unidades da Univille também contam com o fornecimento de serviços de reprografia por meio de empresa terceirizada.
Serviços de alimentação	O <i>Campus</i> Joinville da Univille conta com o fornecimento de serviços de alimentação por meio de empresas terceirizadas. Essa estrutura é composta por: 4 lanchonetes, uma localizada no Bloco C, outra no Bloco E, uma no Bloco D e um café no Coworking único localizado no piso térreo da Biblioteca Universitária. Os estabelecimentos fornecem serviço de lanchonete e cafeteria e funcionam nos três turnos. O <i>Campus</i> São Bento do Sul também conta com o fornecimento de serviços de alimentação por meio de uma lanchonete localizada no prédio principal do <i>campus</i> .

Outros serviços disponibilizados aos estudantes	Descrição
Serviços médicos e odontológicos	A instituição mantém convênio com empresa de atendimento de emergência que disponibiliza ambulância e atendimento de paramédicos quando da ocorrência de situações graves e de encaminhamento a hospitais. O serviço de emergência prevê o atendimento em todos os <i>campi</i> e unidades da Univille. As clínicas odontológicas do curso de Odontologia funcionam no Bloco C do <i>Campus</i> Joinville e atendem a comunidade em sistema de agendamento de consultas. Os estudantes da Univille podem utilizar os serviços mediante triagem realizada pela coordenação das clínicas odontológicas.
Serviços assessoramento jurídico	Os cursos de Direito da Univille, em Joinville e São Bento do Sul, mantêm escritórios de práticas jurídicas nos respectivos <i>campi</i> . Os escritórios atendem a comunidade em sistema de agendamento e os estudantes da Univille utilizam os serviços mediante triagem realizada pelas coordenações dos escritórios.

Fonte: PDI 2022-2026 (UNIVILLE, 2022)

3.15 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

A Política de Avaliação Institucional da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam os processos de autoavaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade e a gestão da participação da Instituição nos processos de avaliação externa promovidos pelos órgãos governamentais de avaliação, regulação e supervisão da educação.

Tal política considera os seguintes macroprocessos:

- a) Monitoramento do IGC;
- b) Autoavaliação institucional;
- c) Gestão da avaliação externa institucional;
- d) Gestão da autoavaliação de curso de graduação;
- e) Gestão da avaliação externa de curso de graduação;

- f) Gestão da autoavaliação de programas e cursos de pós-graduação;
- g) Gestão da avaliação externa de programas e cursos de pós-graduação;
- h) Avaliação contínua do desempenho docente;
- i) Gestão da participação e dos resultados do Enade.

As diretrizes gerais a serem observadas nos macroprocessos da Avaliação Institucional são: integração com ensino, pesquisa e extensão; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; representatividade e participação; qualidade; transparência; legalidade; acompanhamento; comunicação; imparcialidade; equidade; melhoria contínua.

A gestão da autoavaliação de curso de graduação tem por objetivo obter nas coordenações um relatório que sintetize os resultados do processo auto avaliativo. Esse relatório visa promover a reflexão e a discussão sobre a qualidade percebida e identificada pelos instrumentos de avaliação, bem como estimular o NDE a analisar os resultados e propor ações que visem à melhoria do curso. Tais ações devem ser apresentadas no Relatório de Autoavaliação do Curso, o qual subsidia a gestão do curso e alimenta o processo de autoavaliação institucional, de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A gestão da avaliação externa de curso de graduação tem por objetivo viabilizar as providências necessárias para a realização do processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso de graduação. A Pró-Reitoria de Ensino (Proen) é responsável pelo processo, e a sua operacionalização cabe às coordenações de cursos de graduação, com o assessoramento da Proen. O processo abrange definição, planejamento, execução e acompanhamento das providências necessárias para o reconhecimento e a renovação do reconhecimento dos cursos, o que engloba a articulação com demais instâncias institucionais, considerando a legislação e os instrumentos de avaliação vigentes. Inicialmente é realizada a adequação do PPC, o qual deve ser discutido e aprovado no colegiado e

nos conselhos. Em seguida, o PPC é postado no sistema e-MEC e, no caso de ter diligências, estas devem ser respondidas, a fim de obter o despacho saneador e o agendamento das visitas *in loco*. Com o agendamento da visita, ocorre a preparação dos documentos solicitados pela comissão, bem como a preparação para a reunião com dirigentes, CPA, docentes, membros do NDE e discentes. Ao final da visita de avaliação *in loco*, recebe-se a devolutiva dos avaliadores e realiza-se, no sistema e-MEC, a avaliação da comissão designada para visita na instituição. Ao receber o relatório da avaliação *in loco*, este é encaminhado à Proen, à gestão institucional, ao coordenador do curso e à Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional, os quais avaliam e decidem pela homologação ou impugnação do relatório. O NDE e o colegiado do curso analisam os dados do relatório, realizam a autoavaliação e preparam um plano de ação de melhorias, o qual é encaminhado à CPA.

A coordenação do curso Educação Escolar Quilombola realiza, no início dos trabalhos anuais, reunião de planejamento pedagógico e administrativo. Essa reunião engloba todo o corpo docente, que avalia ações que foram desenvolvidas no ano anterior a fim de ajustá-las de acordo com as necessidades vigentes. As discussões fundamentam o planejamento anual, que é proposto pela maioria dos professores do curso nessas ocasiões, e as definições estabelecidas servem como fator orientador do NDE e da coordenação do curso na tomada de decisões para o ano em andamento. Questões pedagógicas, planejamento administrativo financeiro do curso, e possíveis alterações de curso são debatidos e determinados pelo colegiado. Nas reuniões de planejamento são avaliadas também, as ações pedagógicas para o Enade e sua repercussão prática no desempenho dos alunos.

Realizam-se discussões sistemáticas com o NDE, visando à contínua promoção de sua qualidade, e a implantação do curso. Na gestão do curso, o coordenador considera a autoavaliação institucional, realizando reuniões com os docentes sobre o desempenho de cada um, acompanha a execução dos Planejamentos de Ensino e Aprendizagem, promove reuniões com os representantes de turma, acompanha, pelo Software de Gestão TOTVS, a evasão,

faltas, inadimplência, geolocalização, ociosidade, tendência de evasão, financeiro, custeio detalhado, margem de contribuição do curso e receita líquida.

3.16 Tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem

A proposta metodológica para o processo de ensino e aprendizagem na Universidade aponta para um paradigma de educação que privilegia o papel central do estudante e a mediação e facilitação pelo professor. Essa proposta contempla o emprego de materiais didático-pedagógicos e tecnologia educacional que inclui recursos oferecidos pela tecnologia de informação e comunicação (TIC).

A Univille disponibiliza aos estudantes e profissionais da educação uma infraestrutura de TIC composta por servidores que hospedam os sistemas de informação da Instituição, redes de computadores no âmbito da Universidade, laboratórios de informática e conexão à internet/Web por meio de cabo e *wi-fi*, atualmente instalados em todas as salas de aula. A Universidade mantém contratos com empresas terceirizadas que fornecem serviços de tecnologia da informação. Além disso, convênios propiciam parcerias entre a Instituição e empresas com vistas a disponibilizar materiais e tecnologias a serem utilizados por docentes e estudantes no desenvolvimento das atividades acadêmicas. Adicionalmente é ofertado suporte aos usuários dos sistemas e das tecnologias por *e-mail* ou presencialmente.

A Univille mantém um portal acadêmico na internet (www.univille.br). Todos os estudantes, profissionais da educação e pessoal administrativo dispõem de uma conta de *e-mail* no domínio univille.br, bem como usuário e senha de acesso ao portal e às redes internas de computadores da Instituição. O acesso ao portal é customizado de acordo com o perfil do usuário (estudante, profissional da educação, pessoal administrativo). O perfil permite acesso a informações e rotinas administrativas

relacionadas à vida acadêmica, além do acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Enturma.

O Enturma consiste em um *learning management system* (LMS) disponibilizado e customizado para a Univille por meio de um contrato com a empresa Grupos Internet S.A. (www.gruposinternet.com.br). Ele é organizado em comunidades com uma estrutura hierárquica que parte da comunidade mais ampla, denominada Univille, até comunidades de turma/disciplina. Cada comunidade de turma/disciplina é formada pelos estudantes e professores da turma da disciplina em um período letivo específico. Por meio de ferramentas disponíveis na comunidade virtual, os seus integrantes podem compartilhar materiais didático-pedagógicos, dados e informações, colaborar com a produção de conteúdo, interagir e se comunicar. As ferramentas incluem disco virtual, mural, grupo de discussão, fórum, repositório de aulas, cronograma, trabalhos/atividades, questionários, entre outros. Mediante sistemas específicos integrados ao Enturma, há também recursos relacionados à gestão acadêmica, tais como diário de classe, calendário de provas e boletim de notas. Pelo acesso ao portal e ao Enturma, os usuários podem interagir virtualmente com os integrantes das comunidades a que pertencem e com as diversas áreas institucionais.

Os materiais didático-pedagógicos favorecem o “diálogo didático”, servindo para orientar o aprendizado e proporcionando suporte para a compreensão e apreensão eficaz dos conteúdos, além de espaços para a participação e contextualização voltados à construção do conhecimento. Os materiais bibliográficos constituem o principal referencial a ser empregado no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e o Planejamento de Ensino e Aprendizagem (PEA) das disciplinas da Univille apresentam um referencial bibliográfico básico e complementar de cada disciplina. Esse referencial integra o acervo da Biblioteca Universitária (BU) e está disponível para consulta e empréstimo pelos estudantes, profissionais da educação e pessoal administrativo de acordo com regulamentações internas. A Univille também disponibiliza para a comunidade acadêmica o acesso à biblioteca virtual Minha

Biblioteca, na forma de *e-books*. Outro recurso disponível é o acesso a bases de dados científicas por meio dos portais Capes e EBSCO.

Além de referencial bibliográfico disponível na BU, docentes e discentes contam com recursos de TIC para produzir materiais como textos e apresentações, os quais podem ser disponibilizados no AVA ou reproduzidos por meio dos serviços terceirizados de reprografia existentes na Instituição.

A Tecnologia da Informação da Univille, subordinada a Pró-Reitoria de Infraestrutura, é responsável por desenvolver, implementar, atualizar e manter soluções computacionais, garantir a segurança da informação, executar projetos de informática, prover recursos audiovisuais, realizar a gestão documental, além de oferecer suporte para a comunidade acadêmica, técnicos administrativos e professores. Esta estrutura atende a todos os Campi, Unidades e Polos que fazem uso dos sistemas de gestão e tecnologia da informação.

Para capacitar os professores na utilização do que é disponibilizado pela instituição em termos de Tecnologias de Informação, anualmente são oferecidas oficinas pelo Programa de Profissionalização Docente.

A Univille também conta com laboratórios nas diferentes áreas do conhecimento, conforme previsto nos PPCs. Nos laboratórios são disponibilizados recursos tecnológicos e materiais didático-pedagógicos a serem empregados nas atividades de ensino de acordo com o PEA, elaborado pelo professor para cada disciplina que leciona, a cada início de ano letivo.

A Instituição também possui uma editora, a Editora Univille, que tem como missão disseminar o conhecimento produzido na Instituição e fora dela, visando favorecer a melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural de sua região de atuação.

A Editora Univille é responsável pela edição de livros de caráter acadêmico-científico, periódicos da mesma natureza e diversas publicações institucionais. É afiliada à Associação Brasileira de Editoras Universitárias (Abeu) e à Associação

Brasileira de Editores Científicos (Abec), além de ser cadastrada no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), responsável pela emissão de *international standard serial number* (ISSN), e na Câmara Brasileira do Livro (CBL), responsável pela emissão de *international standard book number* (ISBN). Está ligada ainda à BU da Univille, que faz a catalogação na fonte das obras que a editora produz. A Editora Univille também tem publicado obras em parceria com o Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (SimDec) e eventualmente com outras organizações e universidades. Em 2014 a editora foi inserida no contexto dos livros digitais, com a publicação da quarta edição do livro *Fazendo pesquisa: do projeto à comunicação científica*, disponibilizado com acesso livre e irrestrito na página da editora. Em 2021 realizou sua primeira publicação em e-book.

A estrutura da Editora Univille é composta por um Conselho Editorial, pelo coordenador da área de editora, por revisora, diagramadora e por uma assistente administrativa. O Conselho Editorial reúne-se quadrimestralmente para analisar obras candidatas a publicação e deliberar sobre assuntos específicos da área.

O foco do trabalho editorial abrange obras de:

- caráter didático, de autoria de professores da Instituição ou de outras universidades, de interesse imediato do público acadêmico nas diferentes áreas;
- caráter científico, como teses e dissertações adaptadas ao formato de livro;
- caráter geral, preferencialmente de autores ligados à Instituição, desde que a demanda pela referida obra justifique sua publicação.

O Univille Play é o canal institucional da Universidade na plataforma YouTube, que inicialmente surgiu como uma ferramenta para a divulgação de campanhas de vestibular, mas que teve um papel importante com a suspensão das atividades acadêmicas por causa da pandemia.

A grande abrangência de público que a plataforma permite propiciou a efetiva comunicação da Universidade com a sua comunidade de duas principais formas: por meio de programas institucionais, apresentando as ações efetivadas pela

comunidade acadêmica, e pela realização de eventos temáticos por área de formação, contribuindo com o processo de aprendizagem. O Univille Play também cumpre um papel importante para com os futuros alunos da Instituição, pois com o constante aumento de conteúdo produzido para a plataforma, fornece a alunos concluintes do ensino médio a oportunidade de conhecer um pouco mais das características de formação de cada curso e fazer uma escolha de forma mais acertada.

A Biblioteca Virtual da Univille atualmente conta com mais de 8.000 títulos de diversas editoras (Saraiva, ArtMed, LTC etc.), disponíveis para acesso digital empregando o *login* no Portal Univille. A Biblioteca está disponível para estudantes, professores e pessoal administrativo da Universidade.

A Univille também possui assinatura das bases EBSCO, Science Direct e do Portal de Periódicos Capes, nos quais podemos encontrar diversos periódicos da área do curso.

No curso de Educação Escolar Quilombola os docentes utilizam grande parte dos recursos de TICs, nas suas atividades acadêmicas, para melhorar o sistema de aprendizagem e ensino. Um desses recursos utilizados é o Disco Virtual que permite o compartilhamento de arquivos entre docentes e discentes, recados dos professores, fórum de discussões, sistema de avaliação, enquetes, mural, conselho e diários de classe.

3.17 Ambiente Virtual de Aprendizagem

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado pela Univille desde 2002 é denominado Enturma, fornecido pela empresa Grupos Internet. Ele oferece diversas ferramentas que possibilitam a interação entre tutores, discentes e docentes. No que concerne a conteúdo das disciplinas, este pode ser inserido no sistema, organizado em forma de aulas mediante um gerenciador de aulas e disponibilizado sob o conceito de cronograma com datação para atividades, avaliativas ou não.

Quanto à acessibilidade metodológica, docentes, tutores e outros responsáveis pela inserção de conteúdo educacional possuem ferramentas como:

- Fórum – permite discussão assíncrona sobre temas pertinentes à disciplina;
- Trabalhos / atividades – possibilita a criação de uma atividade com *upload* de arquivos ou não, para a qual o docente pode dar nota e comentar a(s) resposta(s) do discente;
- Avaliações – ferramenta pela qual é ofertada ao discente uma lista de questões, discursivas, múltipla escolha ou escolha simples, que podem ser avaliativas ou não.

Em nível comunicacional o AVA conta com ferramentas como bate-papo, grupo de discussão, *chat* e mural da disciplina. Ainda, o instrumento “diário” permite ao docente registrar notas e disponibilizar os resultados aos discentes. Semestralmente ocorrem atualizações no AVA quanto a melhorias no âmbito de interface e procedimentos de maior complexidade. Correções e pequenas melhorias podem ser disponibilizadas à medida que forem necessárias para otimizar o uso do sistema.

3.18 Material didático

Nas disciplinas ofertadas na modalidade a distância há produção de material didático-pedagógico, que internamente é denominado Roteiro da Disciplina. Este Roteiro é composto pelas atividades e ações das cinco semanas de cada disciplina. Para o desenvolvimento do roteiro da disciplina é disponibilizado para os professores o acesso ao Sagah, que é um banco de unidades de aprendizagem, que serão selecionadas pelo professor conteudista da disciplina para a composição de semana a semana. Em todas as situações, é o próprio o professor que desenvolve tais roteiros, sempre com a assessoria da Equipe da Unidade de Educação a Distância da Univille (UnEaD). Tal Unidade conta com equipe de professores e técnicos com

graduação e pós-graduação em cursos que possuem relação com o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação. A equipe conta com profissionais desenvolvendo as seguintes funções:

Função: **Coordenador da UNEaD**

Atividades: Coordenação dos projetos da UNEaD, desenho de estratégias de ensino, gestão da equipe e análise do mercado.

Função: **Coordenador de Ensino da Unidade de Educação a Distância**

Atividades: Coordenação geral do ensino na Unidade EaD, alinhada com os planejamentos e políticas institucionais; Participação em reuniões institucionais; realização de reuniões com os coordenadores de curso, docentes, tutores e equipe multidisciplinar; participação em reuniões de colegiado e NDE; participação no processo de seleção de docentes; realização de devolutivas de avaliação de desempenho de tutores e coordenadores; entre outras atividades que envolvem a reestruturação de cursos, planos de ação corresponde ao ensino de graduação e pós-graduação na modalidade EaD. Realização de reuniões de alinhamento entre os atores da modalidade.

Função: **Analista de Serviços Educacionais**

Atividades: Receber, corrigir e fazer a devolutiva de guias didáticos enviados pelos professores; Orientar professores na elaboração de seus guias didáticos; Corrigir e fazer a devolutiva de atividades desenvolvidas pelos professores da universidade nos cursos de formação docente; Revisar a ortografia de guias didáticos que são postados no AVA; Orientar e dar suporte pedagógico na elaboração de atividades para cursos de formação docente e de tutores; Desenvolvimento de materiais de aprendizagem; Inserção de objetos de aprendizagem no AVA. Organização de planilhas de pagamento dos materiais.

Função: **Analista de Serviços de Ensino**

Atividades: Gestão dos pagamentos dos professores, emissão de contratos de direitos autorais; acompanhamento e alinhamento dos indicadores e ações nos polos próprios e terceiros; atendimento aos estudantes, polos e tutores, Seleção e contratação de tutores, acompanhamento dos indicadores de Evasão, apoio nas demandas da secretaria dos polos; apoio na gestão das novas matrículas. Acompanhamento e alinhamento dos indicadores de resultados, de captação, financeiro e Evasão do EAD.

Função: **Analista de Serviços Educacionais Júnior**

Atividades: Apoio pedagógico na elaboração de projetos; Suporte aos coordenadores de curso, professores e tutores; Atendimento de estudantes e polos; Apoio às equipes UnEaD e CAA, nas atividades relacionadas ao AVA, Avalia e Lyceum; Suporte pedagógico na elaboração de atividades para cursos de formação docente e de tutores.

Função: **Designer**

Atividades: Criação e edição de imagens; Desenvolvimento de materiais de aprendizagem; Inserção de objetos de aprendizagem no AVA; Análise e testes de usabilidade do AVA.

Função: **Assistente de Produção Audiovisual**

Atividades: Edição e produção de vídeos (operar câmeras e gravadores de áudio) (Software Adobe Premiere); Pós-produção vídeos (correção de cor, iluminação, inserir efeitos e texto) (Software Adobe After Effects); Direção de entrevistas e depoimentos.

Função: **Auxiliar de Serviços Administrativos**

Atividades: Publicação de materiais no AVA e Avalia, atualização de datas e conferência de Unidades de Aprendizagem; atendimento telefônico e presencial, cadastro de planos de ensino no sistema de gestão, envio de certificados de cursos livres, atendimento aos alunos, atendimento do e-mail da UNEaD, cadastro dos

professores da Pós-graduação no sistema de gestão, reservas de salas, abertura de chamados, solicitação de materiais, Comunicações Internas de pagamentos e pedidos de contratação, contratos, atualização de planilhas, abertura de chamados e outras atividades pertinentes à função.

Função: **Assistente Comercial**

Atividades: Captação de novos alunos, auxílio no processo de matrículas e atendimento via WhatsApp aos alunos.

Os materiais didático-pedagógicos favorecem o “diálogo didático”, a interação entre discentes, docentes e tutores, servindo para orientar o aprendizado, proporcionando suporte para a compreensão e apreensão dos conteúdos, além de criar espaços voltados à participação e contextualização da construção do conhecimento.

Além disso, os materiais-didáticos guardam significativa preocupação com a acessibilidade. Alguns dos materiais possuem legendas que auxiliam estudantes acometidos por alguma deficiência auditiva. Igualmente, tutores e professores da Instituição, sempre no início de cada ano letivo, recebem da UnEaD e/ou da Coordenação de seus Cursos, uma listagem contendo os nomes e as classificações dos tipos de deficiência que acometem estudantes integrantes das turmas nas quais eles realizarão atividades. Com isso, podem dimensionar as reais necessidades de materiais didáticos especiais, desenvolvidos em sintonia com o perfil dos estudantes de cada turma.

De outra forma, os materiais bibliográficos constituem-se como referenciais fundamentais para o bom andamento do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, os projetos pedagógicos dos cursos da Univille apresentam um referencial bibliográfico básico e complementar de cada disciplina. Esse referencial integra os acervos da Biblioteca Universitária (BU), bem como da Biblioteca Virtual da Univille (BVU), e estão disponíveis para consulta e empréstimo pelos estudantes,

professores, tutores e pessoal administrativo, de acordo com regulamentações internas.

Além de referencial bibliográfico disponível na BU e BVU, docentes e discentes contam com recursos de TIC para produzir materiais didáticos, tais como textos, vídeos, *podcast*, esquemas explicativos e apresentações, os quais podem ser disponibilizados no AVA ou reproduzidos por meio dos serviços terceirizados de reprografia existentes na Instituição.

A Univille também conta com laboratórios nas diferentes áreas do conhecimento, como previsto nos PPCs. Nesses laboratórios, são disponibilizados recursos tecnológicos e materiais didático-pedagógicos a serem empregados nas atividades de ensino, pesquisa ou extensão, de acordo com o planejamento de curso elaborado anualmente pelo professor para cada disciplina. Tal planejamento e as atividades que nele foram previstas são aprovados pelo coordenador do curso.

3.19 Número de vagas

O Estatuto da Univille conceitua o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) como um processo cíclico, participativo e contínuo de análise dos ambientes interno e externo à Instituição, direcionando, definindo e monitorando o alcance de objetivos e metas, bem como a execução das estratégias, com vistas a aperfeiçoar a interação da Instituição com o ambiente externo, melhorar os seus resultados e propiciar a consecução de sua missão e a construção de sua visão, levando em conta os valores institucionais (UNIVILLE, 2019, p. 19; UNIVILLE, 2016, capítulo II, art. 13).

O PEI é um dos macroprocessos que constam da Política de Gestão Institucional, conforme o PDI (UNIVILLE, 2022). A Política de Gestão também inclui como macroprocessos a gestão integrada de ensino, pesquisa e extensão; a gestão

de pessoas; a gestão financeira e de investimentos; a gestão da infraestrutura; e a gestão da comunicação organizacional.

O processo do PEI resulta na elaboração e atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O PDI, conforme artigo 14 do Estatuto da Univille, tem uma vigência quinquenal e anualmente é atualizado com base no PEI.

Entre outros aspectos, o PDI contempla o cronograma de oferta de cursos de graduação, cuja execução é objeto de análise contínua, levando em conta fatores externos, como a demanda da sociedade em relação à formação a ser oferecida, a evolução de matrículas da educação básica, a evolução da concorrência, a legislação e as oportunidades identificadas pela IES, além de aspectos internos, como infraestrutura existente (salas de aula, laboratórios, acervo bibliográfico etc.), investimentos a serem realizados, corpo docente/pessoal administrativo da Universidade e necessidade de contratações.

Nesse contexto, o número de vagas em um curso de graduação, no ato de criação e ao longo de sua evolução, está fundamentado em estudos quantitativos e qualitativos efetuados pela Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional para subsidiar processos decisórios no âmbito da Reitoria, da comissão de criação do curso e da coordenação/NDE/colegiado do curso. A decisão quanto ao número de vagas considera as diretrizes da Política de Gestão citadas anteriormente e leva em conta o dimensionamento do corpo docente e a infraestrutura física. Além disso, tais estudos quantitativos e qualitativos são periódicos e incluem pesquisas na comunidade acadêmica relacionadas a infraestrutura e serviços, avaliação do desempenho docente e pesquisa periódica realizada com egressos.

Além disso, a infraestrutura física e tecnológica é analisada semestralmente, quando é realizada a análise do quadro de cursos e vagas para o ingresso no próximo semestre, verificando salas de aula e laboratórios disponíveis.

Faz-se o acompanhamento periódico de evasão e ociosidade, e essa análise é ponderada no momento de decidir sobre a oferta do curso e das vagas.

Na definição do quadro de cursos e vagas para o período letivo seguinte são consideradas as vivências da equipe de atendimento, a qual estabelece contato com candidatos e alunos dos cursos, buscando entender as necessidades da comunidade.

A Univille, em 2019, participou do Edital n.1009/SED/2019, do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina - UNIEDU, que contemplaria bolsas para estudantes de diferentes licenciaturas, entre elas a Licenciatura em Educação Escolar Quilombola. O projeto da Univille foi aprovado e as aulas tiveram início em agosto de 2019.

Atualmente o curso Educação Escolar Quilombola oferece 40 vagas anuais no período noturno, por meio de processos seletivos.

4. GESTÃO DO CURSO E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Este capítulo versa sobre a gestão do curso e os profissionais de educação envolvidos. Primeiramente é caracterizada a gestão do curso, que, de acordo com as regulamentações institucionais, prevê o colegiado, a coordenação e o núcleo docente estruturante a serem implantados quando do início de funcionamento após a sua autorização.

4.1 Gestão do curso

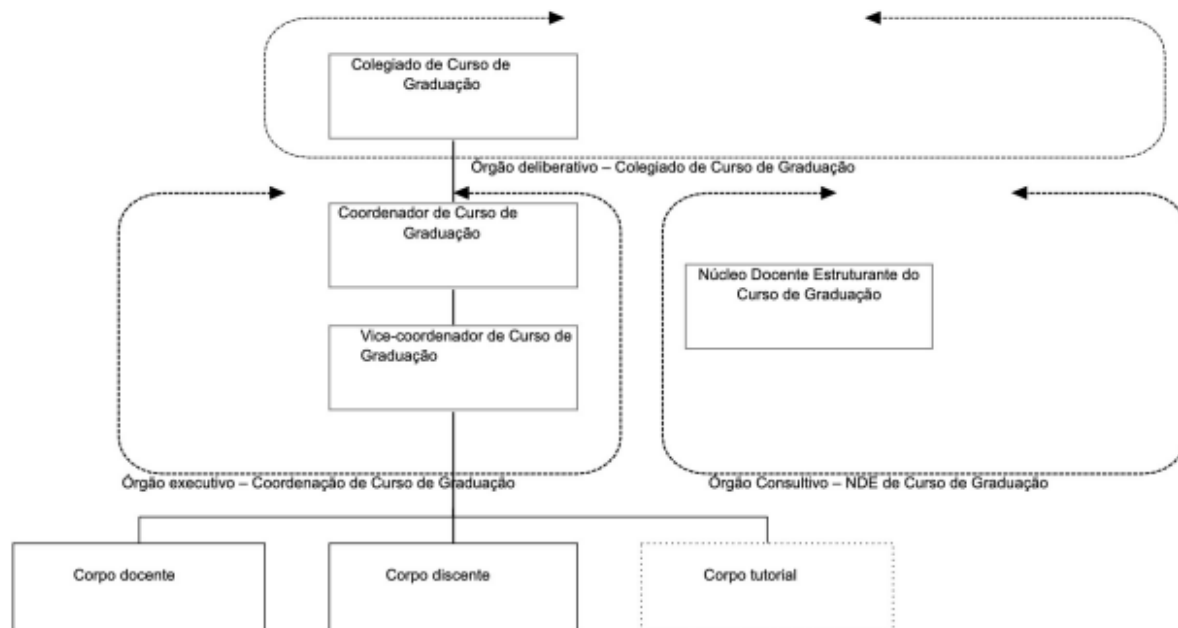
De acordo com a legislação vigente e as regulamentações institucionais, ao entrar em funcionamento o curso contará com estrutura administrativo-acadêmica composta por:

- Colegiado: órgão deliberativo formado por corpo docente, tutores, preceptores, se houver, e representação estudantil;
- Coordenação: órgão executivo composto pelo docente coordenador de curso;
- Núcleo Docente Estruturante (NDE): órgão consultivo composto por docentes que atuam na concepção, no acompanhamento, na consolidação e na avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

Esses órgãos, bem como o corpo docente e o corpo discente (figura 13), são os atores envolvidos na implementação e no contínuo aperfeiçoamento do curso.

Figura 13 – Estrutura organizacional do curso

Estrutura organizacional de cursos de graduação da Univille



Fonte: PDI 2022-2026 (UNIVILLE, 2022)

4.2 Colegiado do curso

O Colegiado do curso é o órgão deliberativo sobre temas pedagógicos, acadêmico-científicos, didático-pedagógicos e administrativo-financeiros no âmbito do curso, considerando a legislação e as regulamentações institucionais – artigo 19 do Estatuto da Univille (UNIVILLE, 2016b) e artigos 30 a 33 do Regimento da Univille (UNIVILLE, 2016c). O Colegiado de curso de graduação é constituído por:

- I - Docentes em exercício no curso no período letivo vigente, incluindo os que atuam em disciplinas de núcleo comum e núcleo compartilhado;

II - Docentes responsáveis por disciplinas, afastados da disciplina conforme regulamentação vigente e que estejam em exercício docente na Univille;

III - Preceptores e tutores em exercício no curso no período letivo vigente;

IV - Representação estudantil.

O número de membros dos incisos I, II e III corresponde a 70% do Colegiado.

O número de representantes citados no inciso IV corresponde a 30% do Colegiado e será determinado por meio da fórmula $E = (30 \cdot D) / 70$, em que D = número de membros dos incisos I, II e III.

O Colegiado reúne-se com a presença da maioria de seus membros e é presidido pelo coordenador do curso.

As convocações das reuniões do Colegiado são feitas pelo coordenador de curso ou por, no mínimo, 1/3 dos seus membros.

As reuniões ocorrem com a presença, em primeira convocação, da maioria de seus membros e, em segunda, com qualquer número. As deliberações são tomadas pela maioria simples dos votos dos presentes. O encaminhamento das deliberações é feito pelo coordenador do curso. As ações que têm relação com os projetos do Planejamento Estratégico Institucional são registradas em sistema de informação disponível na intranet da Instituição e são acompanhadas pelos supervisores de cada projeto.

O Colegiado tem reuniões ordinárias nos meses de fevereiro, julho e dezembro, porém, conforme a necessidade, poderão ser realizadas reuniões extraordinárias. As reuniões contam com pauta, lista de presença e ata.

O Colegiado também poderá designar comissões de caráter consultivo com vistas a estudar temas pertinentes ao curso de graduação e emitir pareceres que subsidiem as discussões do NDE e as decisões do Colegiado e da coordenação.

4.3 Coordenação do curso

A coordenação do curso de graduação é o órgão executivo que coordena as atividades do curso de graduação. Suas ações incluem planejamento, organização, acompanhamento, controle e avaliação dos projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Para tanto, deve considerar a integração com os demais cursos do Comitê de Área e com a Instituição e estar em consonância com a legislação educacional, o PDI, as políticas, os estatutos, os regimentos e as regulamentações institucionais.

Uma das funções da coordenação é acompanhar o progresso do estudante do curso, além de coordenar e supervisionar as atividades dos professores e manter o diálogo com a coordenação da Unidade de Educação à Distância, que é responsável pela equipe multidisciplinar. O desenvolvimento dessas funções baseia-se em indicadores do Programa de Qualificação Docente, do *software* de Gestão da Totvs, da CPA, das matrículas dos processos seletivos, das avaliações externas e internas, inclusive da Avaliação Contínua de Desempenho Docente. A coordenação é exercida por professor com titulação, experiência e regime de trabalho conforme as regulamentações institucionais, a legislação vigente e os adequados níveis de qualidade a serem alcançados pelo curso.

Algumas ações realizadas pela coordenação do curso serão destacadas na sequência.

No início de cada período letivo é definido um plano de ação do NDE, e os itens a serem trabalhados no período são discutidos e acordados pelos docentes do NDE; as ações do plano desdobram-se, em alguns casos, na necessidade de convocar reuniões do Colegiado do curso composto não apenas pelos professores mas também pela representação dos estudantes. Na maioria das reuniões podemos constatar o comparecimento da representação dos estudantes, comprovado pelas listas de presença das reuniões que ficam arquivadas na coordenação.

O coordenador do curso também participa das reuniões do Conselho Universitário da Universidade, nas quais assuntos do âmbito do curso são levados a

conhecimento de todos os coordenadores e em alguns casos passam pela aprovação desse conselho. Tais reuniões ocorrem mensalmente e são comprovadas pelas listas de presença e atas arquivadas na Assessoria dos Conselhos da Univille.

Da mesma forma, para tratar de assuntos de interesse do curso ocorrem as reuniões de coordenadores dos cursos (comitês de áreas), em que são discutidos temas relacionados à operacionalização do funcionamento da Universidade e necessidades de cada coordenação. Essas reuniões também são comprovadas por listas de presença.

Outra ação institucionalizada pela Universidade é o Programa de Desenvolvimento Gerencial, em que os coordenadores são convocados para participar de reuniões com vistas a promover a profissionalização da gestão da Universidade. Nessa programação abordam-se temas desde inteligência emocional até reuniões para elaboração do PEI.

Por fim, outra atividade relevante está ligada ao processo de avaliação do desempenho docente. Uma vez concluído o ciclo de avaliação feito pelos discentes por disciplina, fica a cargo dos coordenadores analisar o resultado da avaliação e realizar uma reunião de *feedback* com cada professor, apontando pontos positivos e negativos de seu desempenho. O relato dessa reunião e suas conclusões são registrados na ferramenta de registro das devolutivas das reuniões de *feedback*, que fica na intranet da Universidade. A avaliação de desempenho do coordenador de curso é efetuada pela Pró-Reitoria de Ensino. Ainda sobre avaliação, é de responsabilidade do coordenador zelar pelas práticas que permitam a melhoria contínua em cada ciclo avaliativo; para tanto o plano de ação do NDE define estratégias que envolvem desde a revisão do Projeto Pedagógico do Curso até a elaboração de projetos interdisciplinares para a melhoria da qualidade do ensino. Todas essas ações são discutidas em reuniões do NDE, especificamente com as turmas envolvidas no processo e com o Colegiado.

4.4 Núcleo Docente Estruturante do curso

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo composto pelo coordenador do curso e por docentes que atuam na concepção, no acompanhamento, na consolidação, na avaliação e na atualização periódica do Projeto Pedagógico do Curso, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando o impacto na adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as particularidades do mundo do trabalho. A composição e o funcionamento do NDE ocorrem de acordo com regulamentações institucionais. As reuniões do NDE são convocadas e dirigidas pelo seu presidente, prevendo-se o registro por meio de listas de presença e atas.

O NDE do curso de Educação Escolar Quilombola da Univille é formado por professores atuantes no curso, os quais, por meio desse grupo, buscam garantir a melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem dos discentes, utilizando-se da integração curricular das diferentes disciplinas trabalhadas no curso, do incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, da assessoria prestada ao Colegiado nas revisões e melhorias no PPC, do acompanhamento de processos avaliativos, entre outras atividades.

4.5 Equipe Multidisciplinar

A Unidade de Educação a Distância da Univille (UnEaD) conta com uma equipe de trabalho multidisciplinar, integrada por técnicos e profissionais de nível superior, com formações de graduação e pós-graduação nas seguintes áreas de conhecimento: Educação, Design - Programação Visual, Design - Animação Digital, Direito, Administração, Ciências Contábeis, Engenharias e também na área de Sistemas de Informação.

Trata-se de uma equipe integrada por aproximadamente dez empregados (docentes e técnicos), que se encarregam da assessoria pedagógica a discentes, docentes e coordenadores de curso, desde a concepção, produção e disseminação

do uso pedagógico de tecnologias digitais na Univille, até a validação dos materiais didáticos digitais utilizados nas aulas semipresenciais e EaD da Univille e do fortalecimento de metodologias ativas de ensino-aprendizagem para serem desenvolvidas no transcurso das aulas dos diferentes cursos mantidos pela Instituição.

Um dos pontos a ser destacado é que tal equipe atua segundo um Plano de Trabalho, com duração inicial de cinco anos, o qual, por sua vez, vincula-se Plano de Desenvolvimento Institucional da Univille. O referido Plano encontra-se em andamento, sendo que o primeiro quinquênio foi finalizado em 2021, e em 2022 iniciou o PDI 2022 – 2026. Suas etapas encontram-se organizadas sob o formato de Planos de Ação, com ações, metas e cronograma especificamente pensados para cada uma de suas etapas.

4.6 Corpo docente do curso

Os profissionais da educação superior da Univille são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e por instrumentos coletivos de trabalho. Os docentes admitidos antes de 30/10/2014 são regidos pelo Estatuto do Magistério Superior.

A admissão é feita pela Reitoria, para preenchimento das funções existentes, à vista dos resultados obtidos nos processos de seleção, de acordo com as normativas internas.

De acordo com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Educação Superior, o quadro de profissionais da educação superior da Univille é compreendido por integrantes do quadro de carreira e demais contratados.

O quadro de carreira da educação superior é composto por:

- Docentes titulares;
- Docentes adjuntos;

- Preceptores;
- Tutores;
- Instrutores/professores de cursos livres;

A Instituição também pode efetuar contratações de docentes Visitantes e docentes Temporários.

Este capítulo discorreu sobre o corpo docente do curso. Inicialmente foi caracterizada a gestão do curso, que, conforme as regulamentações institucionais, prevê o Colegiado, a coordenação e o Núcleo Docente Estruturante a serem implantados quando do início de funcionamento do curso após a sua autorização.

5 INFRAESTRUTURA

A Univille mantém a infraestrutura física necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no *Campus Joinville*, *Campus São Bento do Sul*, Unidade São Francisco do Sul e Unidade Centro. Além disso, por meio de convênios e contratos, a Instituição mantém parcerias com instituições públicas, privadas e não governamentais com vistas ao desenvolvimento das atividades acadêmicas em hospitais, postos de saúde e espaços de atendimento psicossocial.

O quadro 3 sintetiza os dados sobre os espaços físicos da Universidade.

Quadro 3 – Infraestrutura física da Furj/Univille

Local	Área do terreno (m ²)	Área construída (m ²)
Campus Joinville Rua Paulo Malschitzki, 10 – Zona Industrial Norte – CEP 89219-710 – Joinville – SC	158.639,85	52.243,34
Campus Joinville: Terreno 1, ao lado do rio	7.747,00	
Terreno 2, ao lado do rio	2.780,00	
Campus Joinville: Terreno dos ônibus	1.005,28	
Terreno Jativoca – Joinville Rua A – Loteamento Bubi – Bairro Jativoca – Joinville	66.769,00	-
Unidade Centro Rua Rio do Sul, 439 – Centro – CEP 89202-207 – Joinville – SC	2.390,60	2.113,91
Univille Centro (área locada)	1.866,59	1.470,17
Campus São Bento do Sul Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial – CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC	22.933,42	8.798,82
Cepa Rugendas Bairro Rio Natal – São Bento do Sul	27.892,25	388,08

Local	Área do terreno (m ²)	Área construída (m ²)
Unidade São Francisco do Sul Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC	50.008,76	3.527,34
Unidade São Francisco do Sul Ancoradouro para barcos	71.382,60	110,00
Cepa Vila da Glória - Terreno 1 Estrada Geral, s/n.º – Vila da Glória – São Francisco do Sul – SC	5.600,00	285,62
Cepa Vila da Glória - Terreno 2	22.120,00	
Terreno Bucarein Rua Plácido Olímpio de Oliveira, esquina com a Rua Urussanga – Joinville – SC	12.513,72	2.010,20
Terreno Itinga A	240	
Terreno Itinga B	240	
Campus Joinville: Terreno A – Complexo/Inovaparq	142.990,45	9.025,32
Terreno B – Complexo/Inovaparq	21.672,51	
Terreno C – Complexo/Inovaparq	11.883,13	
Total	678.239,49	79.972,80

Fonte: PDI 2022-2026 (Univille, 2022)

5.1 Campus Joinville

O *Campus* Joinville é a sede da Universidade e o local onde se concentram as atividades administrativas e acadêmicas da maior parte dos cursos da Instituição. Os espaços físicos do *Campus* Joinville são caracterizados a seguir.

a) Salas de aula: o *Campus* Joinville dispõe de (161) salas de aula climatizadas e equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, projetor multimídia (*data show*), telão

e acesso à internet. O quadro 4 apresenta o número de salas de aula por dimensão. A área total destinada ao uso de salas de aula é de aproximadamente 10.000 m².

Quadro 4 – Salas de aula do *Campus Joinville*.

Dimensão	Número de salas de aula
Entre 30 e 49 m ²	41
Entre 50 e 59 m ²	22
Entre 60 e 69 m ²	44
Entre 70 e 79 m ²	30
Entre 80 e 89 m ²	6
Entre 90 e 101 m ²	15
Entre 102 a 103 m ²	3
Total	161

Fonte: Primária (2021)

b) Salas de Aprendizagem de Metodologias Ativas: A Unidade Centro da Univille conta com uma sala de metodologia ativa com (96) m², na sala, além do computador, há projetores e mobiliário que possibilita diferentes formações de leiaute;

c) Coordenações de cursos: os cursos estão organizados em Comitês de Áreas, conforme Resolução 06/17 do Conselho Universitário. Atualmente há 4 comitês de áreas, sendo que em termos de espaço físico, estes comitês estão instalados no Campus Joinville, em áreas que agrupam a maioria das coordenações de cursos de graduação. A área destinada às coordenações de curso varia de (48) m² a (284) m², totalizando cerca de (911) m².

d) Coordenações de programas de pós-graduação stricto sensu: os gabinetes dos coordenadores dos programas de pós-graduação stricto sensu e a secretaria estão instalados no Campus Joinville em uma área de (80,49) m². A área destinada

as coordenações variam de (7,58) m² a (7,89) m² e a área destinada a secretaria corresponde a (43,47) m².

e) Unidade de Educação a distância: O espaço físico da UnEad com (125,96) m² esta instalado no campus Joinville onde ficam as coordenações dos cursos de graduação EaD com área de (12,12) m² e também fica a equipe multidisciplinar que atende tanto os cursos EaD quanto as disciplinas ofertadas de forma integral ou parcialmente, na modalidade a distância, dos cursos presenciais. O estúdio, para gravações das aulas possui (96) m² com equipamentos para gravação para atender as necessidades das aulas.

f) Colégio Univille Joinville: o colégio Univille contempla 41 salas de aula, sala dos professores (71,30) m², orientação pedagógica (11,15) m², coordenação (51,11) m² e direção (11,43) m²;

g) Polo EaD Campus Joinville: a área utilizada esta Integrada com a Unidade de Educação a Distância, onde contempla a secretaria, coordenação e área para atendimento dos estudantes (tutoria). Além dos espaços compartilhados com biblioteca, salas de Informática e salas de aula

h) Áreas de uso comum: o *Campus* Joinville conta com áreas de uso comum, conforme quadro 10.

Quadro 5 – Áreas de uso comum no Campus Joinville.

Descrição	Área (m²)
Biblioteca Universitária	4.314,16
Bloco Administrativo	1.489,37
Auditório Bloco Administrativo	376,13
Anfiteatro Bloco C	117,60
Anfiteatro Bloco A	96,59
Anfiteatro Bloco F (Colégio Univille)	141,50
Centro de Cópias Bloco B	95,91

Descrição	Área (m²)
Coordenação do Ensino Médio do Colégio Univille	39,21
Diretório Central dos Estudantes Bloco D	70,92
Lanchonete Bloco D	70,03
Lanchonete Bloco E	33,40
Área de exposição cultural Bloco A	136,92
Área de exposição cultural Biblioteca Universitária	113,22
Estacionamento de bicicletas	144,00
Estacionamento de motos	751,62
Centro de Esportes, Cultura e Lazer	2.687,00
Ginásio-Escola	1.996,10
Quadra polivalente descoberta	836,00
Quadra polivalente coberta	859,00
Circulação interna, vias e jardins	52.094,40
Restaurante Universitário	700,35
Quiosque – Centro de Convivência dos Funcionários	268,65
Almoxarifado central	371,87
Complexo esportivo (pista de atletismo e áreas de apoio)	18,795,66

Fonte: Primária (2021)

5.2 Unidade Centro – Joinville

A Unidade Centro abrange os espaços para o desenvolvimento das atividades acadêmicas dos cursos da Univille no centro de Joinville. Essas instalações incluem espaços destinados às aulas teóricas e práticas e também ambulatórios utilizados pelo

curso de Medicina, laboratório de informática, laboratórios de análises clínicas e a Farmácia-Escola. A seguir são caracterizadas as instalações da unidade.

a) Salas de aula: a Unidade Centro conta com sete salas de aula de 67 m² a 82 m² e duas salas de aula de 50 m² climatizadas e equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, multimídia (*data show*), telão, vídeo e internet.

b) Coordenações: as coordenações de curso contam com áreas de 18 m² a 47 m².

c) Polo EaD Joinville Unidade Centro: a área utilizada corresponde a (53,01) m², contempla sala para estudos, sala de coordenação, secretaria, sala de tutoria. Além dos espaços compartilhados com biblioteca, salas de Informática e salas de aula;

d) Sala de Aprendizagem de Metodologias Ativas: A Unidade Centro da Univille conta com uma sala de metodologia ativa com (96)m², na sala, além do computador, conta projetores e mobiliário que possibilita diferentes formações de leiaute;

e) Áreas de uso comum: a Unidade Centro possui áreas de uso comum conforme quadro 6.

Quadro 6 – Áreas de uso comum na Unidade Centro – Joinville.

Descrição	Área (m²)
Biblioteca	76,05
Lanchonete	13,11
Ambulatórios	592,06
Farmácia-Escola	235,76
Central de Cópias	10,00

Fonte: Primária (2021)

5.3 Salas/gabinetes de trabalho para professores de tempo integral

Na Univille há professores em tempo integral que atuam no *stricto sensu*, e nesse caso eles têm à disposição espaços de trabalho específicos em salas que ficam no bloco D (sala 122) e no bloco A (sala 307) da Instituição, com a seguinte estrutura:

- Sala 307, Bloco A – 86 m², dispendo de salas individualizadas e computadores com acesso à internet e outros equipamentos;
- Sala 122, Bloco D – 72,8 m², dispendo de salas individualizadas e computadores com acesso à internet e outros equipamentos.

Já os professores em tempo integral que atuam na gestão contam com mesas de trabalho nas áreas administrativas em que atuam.

Os professores de tempo integral que atuam em extensão têm mesas de trabalho nas áreas relativas a projetos e programas de extensão.

Os professores que não são de tempo integral contam com salas de professores e salas de atendimento nas 4 áreas que agregam os cursos da Univille. No caso do curso de Educação Escolar Quilombola, esse espaço encontra-se no segundo pavimento do Bloco A (sala 215). A sala é climatizada, conta com escaninhos e com cabines que são usadas para atendimento individual e em grupo de alunos. A sala contém purificador de água e estantes nas quais são disponibilizados jornais, revistas, informativos diversos e outros materiais gráficos. Neste mesmo espaço há sala de reuniões com mesa para 8 lugares e há pontos de acesso à Internet e à rede de computadores da IES. As 2 cabines são equipadas com mesa com 4 cadeiras, climatizada e com ponto de acesso à Internet e à rede da IES. A sala possui recursos de tecnologia de informação e comunicação apropriados, permite o descanso e confraternizações, além de dispor de apoio-técnico-administrativo próprio e espaço para guarda de equipamentos e materiais.

Todos esses espaços, que possuem recursos de tecnologia de informação e comunicação apropriados, foram projetados para atender às necessidades institucionais. Em cada uma dessas salas há um local que o professor pode utilizar para fazer atendimento dos estudantes e há também escaninho ou outros espaços para que o professor possa guardar materiais e equipamentos pessoais com segurança.

5.4 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos

A coordenação conta com estação de trabalho composta por mesa, cadeira, armário, computador conectado à internet e à rede de computadores da Instituição para acesso aos sistemas acadêmicos, bem como impressora/copiadora e linha telefônica. Essa estação de trabalho encontra-se na sala de coordenadores da área das Licenciaturas que fica no bloco A, sala 215..

A coordenação dispõe de uma área de serviços administrativos e atendimento a professores, estudantes e público externo que conta com sala de arquivos, balcão de atendimento e estações de trabalho para os funcionários. Cada estação de trabalho é composta por mesa, cadeira, microcomputador com acesso à internet e à rede de computadores da Instituição por meio da qual há acesso aos sistemas acadêmicos, linha telefônica, impressora/copiadora. O ambiente situa-se no bloco A (sala 215), que dispõe de uma área total de 149,30 m² e é contíguo às salas de atendimento, salas de professores e sala de coordenadores de cursos.

Todo esse espaço, projetado para atender às necessidades institucionais, possui recursos de tecnologia de informação e comunicação e outros equipamentos adequados. Na coordenação há ambientes para realizar atendimento em grupo ou individual dos estudantes, com privacidade.

5.5 Espaço para os professores do curso (sala dos professores)

A sala dos professores para o curso dispõe de terminais de computadores com acesso à internet e impressora, mesas e cabines para que os professores possam desenvolver suas atividades. Há também uma mesa para pequenas confraternizações e reuniões nos intervalos entre aulas. A sala contém purificador de água e estantes nas quais são disponibilizados jornais, revistas, informativos diversos e outros materiais gráficos.

A sala dos professores do curso fica no Bloco A, sala 215 (CHB), é climatizada, conta com escaninhos, cabines que são usadas para atendimento individual ou em grupo e mesas com cadeiras. No CHB também estão integrados o Bacharelado em Ciências Biológicas e a Coordenação do NPI (Núcleo Pedagógico Integrador). Trata-se de uma sala climatizada, conta com escaninhos, com cabines que são usadas para atendimento individual e em grupo de alunos, com mesa e 4 cadeiras em cada. Neste mesmo espaço há sala de reuniões climatizada com mesa para 8 lugares, em todas as salas com acesso à internet e à rede da IES.

A sala possui recursos de tecnologia de informação e comunicação apropriados, permite o descanso e confraternizações, além de dispor de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para guardar equipamentos e materiais.

5.6 Salas de aula

5.5.1 Campus Joinville

Cada série do curso de Educação Escolar Quilombola conta com salas de aula disponíveis para as disciplinas teóricas e laboratórios equipados para o uso exclusivo nas disciplinas que preveem aulas práticas. Todas as salas de aula são equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, sistema de ar condicionado, computador e projetor multimídia, além de quadro para giz ou caneta. As salas, bem como todo o *campus*, possuem acesso à internet via rede sem fio.

Todas as salas de aula são climatizadas, equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, multimídia (*data show*), telão, vídeo e acesso à internet.

As dimensões das salas contemplam o acolhimento do número de estudantes do curso, atendendo às necessidades institucionais, com manutenção e limpeza periódica, conforto e com recursos de tecnologia da informação e comunicação adequadas às atividades a serem desenvolvidas.

Além da manutenção periódica, há um dispositivo físico na sala de aula para que os estudantes registrem sugestões de melhoria ou necessidades específicas de manutenção em termos de infraestrutura ou tecnologia da informação.

Considerando a importância do protagonismo discente, a Universidade vem investindo de forma sistemática no incentivo de atividades que otimizem uma aprendizagem mais autônoma. Para tanto, tem centrado esforços no que se refere à capacitação de professores para a aplicação de novas metodologias em suas aulas, havendo flexibilidade relacionada às configurações espaciais.

Nessa direção, as Metodologias Ativas de Aprendizagem oferecem aos professores novas possibilidades de inovação pedagógica. Percebendo a importância do uso dessas metodologias, estão à disposição dos professores quatro laboratórios (Bloco A sala 115, Bloco B sala 105, Bloco E2 sala 214 e Bloco I Sala 403) que apresentam um *layout* favorável a novas formas de ensinar e aprender.

Além disso a Instituição tem diversos espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades, tais como:

- a) Trilhas: Programa de Educação e Interpretação Ambiental nos Centros de Estudos Ambientais da Univille. Esse espaço pode ser utilizado por todos os cursos da Instituição;
- b) Fora do *campus*, os professores podem marcar aulas de campo:
 - 1) no Cepa Rugendas, situado no Bairro Rio Natal – São Bento do Sul;
 - 2) no Cepa Vila da Glória, Estrada Geral, s/n.º – Vila da Glória – São Francisco do Sul;

3) na Unidade São Francisco do Sul, Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – São Francisco do Sul. Nesse espaço há um programa ambiental em parceria com outra instituição que trata da Baía da Babitonga.

5.7 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

O *Campus Joinville* dispõe dos seguintes laboratórios de informática de uso geral:

- Laboratório de Informática C-114 Bloco C Sala 114, com 41 computadores – 81 m²;
- Laboratório de Informática C-115 Bloco C Sala 115, com 41 computadores – 81 m²;
- Laboratório de Informática C-116 Bloco C Sala 116, com 41 computadores – 81 m².

Todos os laboratórios têm os seguintes *softwares*: Scilab 5.5.2; Microsoft Office Professional Plus 2016; Dev C++ 5.11; WinNC; Audacity 2.1.1; InVesalius 3; Ansys 17.0; Mesquite; Arena 15.

Para os professores e estudantes utilizarem esses laboratórios, quando da operacionalização de cada disciplina, os professores devem fazer reserva por meio da intranet, abrindo um *e-ticket*.

Fora do ambiente de aula, os estudantes também podem reservar os laboratórios por meio da coordenação de curso ou utilizar os computadores disponibilizados na Biblioteca Central, no *Campus Joinville*, que totalizam 46 computadores, sendo dois deles com acessibilidade física para deficientes visuais e pessoas com mobilidade reduzida.

Todas as máquinas citadas possuem o pacote Office, Adobe Reader e navegadores (Chrome, Mozilla e Internet Explorer) instalados.

Além desses computadores, na biblioteca há mais 27 máquinas usadas apenas para consulta ao Sistema Pergamum.

Todos os laboratórios têm acesso à internet por cabo, e também há acesso à internet por *wi-fi* no *campus*. A Central de Relacionamento com o Estudante (CRE) possui computadores com *softwares* específicos para atendimento aos alunos com deficiência visual e uma impressora em braile.

A Univille dispõe do setor de Tecnologia da Informação (TI), e duas das atividades realizadas podem ser caracterizadas pelos seguintes grupos de processos: suporte aos usuários e rotina de manutenção.

Em relação ao suporte aos usuários, o atendimento é feito pela equipe de triagem e pode ocorrer de 3 formas distintas: presencial, por telefone ou pelo sistema *help desk*. Uma vez solicitado o atendimento, a equipe de triagem busca inicialmente resolver o caso e concluir o atendimento. Quando o que foi solicitado não está no escopo de resolução da triagem, a demanda é repassada para um membro da equipe da TI por meio do sistema *help desk*, que terá o compromisso de resolver o que foi solicitado.

Para a rotina de manutenção, o planejamento e a execução são feitos pela equipe de técnicos e auxiliares, que determinam e organizam o cronograma para as manutenções preventivas e preditivas. Já no caso de corretiva, o atendimento é feito mediante as solicitações cadastradas no sistema *help desk* ou também por chamado feito por telefone e/ou pessoalmente. Cabe aqui chamar a atenção para as manutenções corretivas urgentes, em que há equipamentos de *backup* para suprir a necessidade de troca rápida.

A TI na Univille está em constante desenvolvimento e atualização para acompanhar as tendências do mercado. Nesse sentido, questões como *cloud*, ambientes compartilhados, segurança da informação, mobilidade, atualização dos

sistemas, disponibilidade, desempenho, tolerância a falhas e comunicação fazem parte do planejamento contínuo, com necessidade de previsão orçamentária. O *wireless* está instalado em todos os *campi* e unidades nas modalidades *indoor* e *outdoor* definidas pelas células de acesso. Atualmente são 280 antenas instaladas nos *campi* e unidades que atendem no seu período de maior consumo (noturno), com cerca de 3.500 conexões simultâneas. A Univille conta com dois acessos para internet que operam no modelo de redundância, visando aumentar a disponibilidade mesmo com a queda de sinal ou congestionamento de banda. Atualmente é fornecido aos estudantes, profissionais da educação, pessoal administrativo e outras áreas da universidade um *link* particular de 100Mbps. O outro *link* de 200Mbps é fornecido pela Fapesc. Entre 2017/2018 foi realizado *upgrade* do *link* de internet para 1Gbps até PTT (ponto de tráfego) de Florianópolis, anunciando assim nosso ASN (Número de Sistema Autônomo). Busca-se prover e manter a infraestrutura de rede necessária, cabeada ou sem fios, em todos os *campi* e unidades da Univille, para garantir o acesso aos servidores internos e à internet, com segurança e desempenho adequado. Todos os alunos da Univille têm uma conta de usuário no domínio da Instituição. Essa conta permite ao usuário autenticar-se nos microcomputadores dos laboratórios, assim como obter acesso ao sistema acadêmico *on-line* e à plataforma Microsoft Office 365, em que o aluno também tem direito a um *e-mail* institucional, além do acesso a diversos *softwares*. Foi estabelecido um contrato com o *datacenter* da Sercompe, localizada em Joinville, próximo à Univille, o que viabilizou a conexão através de um *link* de 1Gb. Além da Sercompe, a Univille tem contrato de 5 *hosts* no ambiente Azure da Microsoft. Com isso, há disponibilidade destas tecnologias e serviços: *cloud server*, conectividade internet, *cloud backup*, *service desk*, monitoramento e desempenho da rede, *firewall* dedicado, suporte, *storage* e *colocation*.

No que diz respeito aos investimentos, anualmente ocorre um levantamento de necessidades, realizado de forma descentralizada por todos os setores das mantidas da Furj. Tais necessidades são analisadas e a sua implementação considera a dotação orçamentária, as prioridades institucionais (PDI, PEI) e o cumprimento de requisitos legais.

A atualização de um *software* pode ser identificada quando o desenvolvedor disponibilizar uma nova versão ou fizer correções, para atender a uma nova legislação, ou então, outra necessidade requerida. A atualização deve ser executada pela TI ou pelo fornecedor sob a supervisão da equipe de Tecnologia da Informação, conforme planejamento prévio e considerando ambientes para homologações, testes de desempenho, aderência aos requisitos contratados e outras formas de certificação para liberação em produção.

A Univille dispõe atualmente de infraestrutura de TI com ativos de rede, servidores, computadores, projetores e antenas *wi-fi* que demandam atualização e manutenção. Para manter essa infraestrutura em funcionamento, a TI conta com uma equipe de manutenção preventiva, corretiva e preditiva nos *campi* e unidades.

A atualização de *hardware* deve considerar as modalidades de compra ou locação que se distinguem na forma de atuação. Para os equipamentos comprados, é preciso levar em conta o período de garantia, a depreciação e as condições de uso. Já para os equipamentos locados, o período de atualização é definido em contrato. Nesse processo de atualização, deve-se verificar o seguinte: idade do equipamento; capacidade de processamento para demanda atual; capacidade de processamento para demanda futura; estabilidade do equipamento; qualidade de uso; frequência de reparos; aderência aos requisitos de *software*.

Com base no diagnóstico que tem de ser feito anualmente, a TI deve elaborar o plano de atualização com o cronograma financeiro e de substituição.

A manutenção do *hardware* instalado na Univille precisa ser orientada segundo a classificação por tipo: corretiva, preditiva e preventiva. Diante disso, é importante distinguir as diferenças entres tais tipos, já que a forma de uso dos equipamentos é variada e se diferencia pela sua função:

- **Manutenção corretiva** – na ocorrência de falhas, o usuário deve registrar no sistema *help desk* uma solicitação de reparo descrevendo o problema. Após esse registro, a equipe de triagem é acionada e o chamado é direcionado à equipe responsável, que tem de providenciar o reparo ou a troca do

equipamento;

- **Manutenção preditiva** – esse tipo de manutenção deve ser feito nos equipamentos que permitem a avaliação de funcionamento diante dos parâmetros indicados pelo fornecedor e pela especificação técnica. Sendo assim, é possível listar os equipamentos de fornecimento auxiliar de energia, como geradores, *no-break*, climatização, *switch*, servidores e outros indicados no plano de manutenção;
- **Manutenção preventiva** – esse procedimento deve ser realizado em períodos em que há disponibilidade de acesso para intervenção nos equipamentos, como por exemplo em épocas de recesso, férias ou entre turnos.

5.8 Biblioteca – Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville)

A Biblioteca Universitária funciona como órgão suplementar da Univille, tendo aos seus cuidados o processamento técnico, bem como os serviços de seleção e aquisição de material bibliográfico do Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville). Constituem o Sibiville, além da Biblioteca Central, as seguintes bibliotecas setoriais: Biblioteca do *Campus* São Bento do Sul; Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, do Colégio Univille – Joinville; Biblioteca da Unidade São Francisco do Sul; Biblioteca da Unidade Centro – Joinville; Biblioteca do Centro de Estudos do Hospital Municipal São José – Joinville; Biblioteca do Centro de Estudos Dr. Donaldo Diner, no Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria – Joinville.

O Sibiville integra e disponibiliza seus serviços mediante o Sistema Pergamum com agilidade e segurança aos seus usuários. Por meio desse sistema, a comunidade acadêmica tem acesso a todas as informações bibliográficas disponíveis no Sibiville, podendo realizar suas pesquisas no âmbito das bibliotecas e com acesso *on-line* pelo *site* <http://www.univille.br/biblioteca>. O sistema permite aos usuários renovação, reservas, solicitação de empréstimo entre bibliotecas do Sibiville, verificação de

materiais pendentes e débitos. Envia *e-mail* de avisos de renovação, débitos e reservas automaticamente.

O Sibiville tem como objetivos adquirir, disponibilizar e difundir recursos de informação, impressos e eletrônicos, de qualidade, a professores, alunos, funcionários e comunidade em geral, contribuindo para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

5.8.1 Espaço físico, horário e pessoal administrativo

A Biblioteca Universitária funciona como órgão suplementar da Univille, tendo aos seus cuidados o processamento técnico e os serviços de seleção e aquisição de material bibliográfico do Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville). Constituem o Sibiville, em novembro de 2021, além da Biblioteca Central (no Campus Joinville), as seguintes bibliotecas setoriais:

- Biblioteca do Campus São Bento do Sul;
- Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, do Colégio Univille – Joinville;
- Biblioteca da Unidade São Francisco do Sul;
- Biblioteca da Unidade Centro – Joinville;
- Biblioteca do Centro de Estudos do Hospital Municipal São José (HMSJ) – Joinville;
- Biblioteca do Polo Jaraguá do Sul.

O Sibiville integra o Sistema Pergamum e disponibiliza seus serviços por intermédio dele, com agilidade e segurança aos seus usuários. Por meio desse sistema, a comunidade acadêmica tem acesso a todas as informações bibliográficas disponíveis no Sibiville, podendo realizar suas pesquisas no âmbito das bibliotecas e com acesso online pelo site www.univille.br. O sistema permite aos usuários renovação, reservas,

verificação de materiais pendentes e débitos. Envia e-mail de avisos de renovação, débitos e reservas automaticamente. O Sibiville tem como objetivos adquirir, disponibilizar e difundir recursos de informação, impressos e eletrônicos de qualidade a professores, alunos, funcionários e comunidade em geral, contribuindo para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Além do Sibiville, a Univille possui o acervo das bibliotecas digitais Minha Biblioteca, disponibilizada a todos os estudantes regularmente matriculados, e a Biblioteca A, para os estudantes do ensino a distância.

5.8.2 Espaço físico e horário

O espaço físico das bibliotecas setoriais possui equipamentos informatizados para consulta e salas de estudo e ambiente para pesquisa. A Biblioteca Central, que dá suporte às bibliotecas setoriais, conta com:

- uma sala polivalente;
 - um anfiteatro;
 - um salão para exposição;
 - quatro cabines para estudo individual;
 - 14 cabines para estudo em grupo;
- ambiente com mesas para pesquisa/estudo;
- 30 computadores com acesso à internet para pesquisa/estudo;
 - 13 computadores para consulta ao acervo;
 - uma sala do Memorial da Univille;
 - uma sala da Gestão Documental da Univille;
 - uma sala do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler);

- uma sala do Programa Institucional de Literatura Infantil e Juvenil (Prolij);
- um espaço do UniCo – Univille Coworking;
- uma cafeteria;
- uma sala de atendimento psicológico, vinculado à área de Gestão de Pessoas.

O horário de funcionamento das bibliotecas setoriais da Univille é apresentado no quadro 7.

Quadro 7 – Horário de funcionamento das bibliotecas da Univille

Biblioteca	Horário
Campus Joinville	De segunda a sexta-feira, das 8h às 22h, e sábados, das 8h às 11h30
Campus São Bento do Sul	De segunda a sexta-feira, das 7h15h às 12h e das 13h às 22h, e sábados, das 7h15 às 12h15
São Francisco do Sul	De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h30 e das 13h30 às 21h
Unidade Centro – Joinville	De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 20h
Biblioteca Infantojuvenil Colégio Univille	De segunda a sexta-feira, das 7h45 às 12h e das 13h às 16h45
Biblioteca Centro de Estudos do HMSJ	De segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 18h
Biblioteca Polo Jaraguá do Sul	De segunda a sexta-feira, das 13h às 19h

Fonte: PDI 2022-2026 (Univille, 2022)

5.8.3 Acervo

O acervo do Sibiville é composto por livros e periódicos nas quantidades apresentadas nos quadros 9 e 10:

Quadro 9 – Acervo físico de livros por área de conhecimento

Área	Títulos	Exemplares
000 – Generalidades	8814	12.699

100 – Filosofia/Psicologia	3.969	6.270
200 – Religião	874	1.093
300 – Ciências Sociais	23.896	43.887
400 – Linguística/Língua	2.517	4.726
500 – Ciências Naturais/Matemática	4.885	10.467
600 – Tecnologia (Ciências Aplicadas)	14.365	30.137
700 – Artes	5.119	9.410
800 – Literatura	13.441	17.721
900 – Geografia e História	5.225	8.356

Fonte: PDI 2022-2026 (Univille, 2022)

Quadro 10 – Acervo físico de periódicos por área de conhecimento

Área	Títulos	Exemplares
000 – Generalidades	104	6.574
100 – Filosofia/Psicologia	62	1.111
200 – Religião	8	147
300 – Ciências Sociais	895	27.836
400 – Linguística/Língua	46	1.036
500 – Ciências Naturais/ Matemática	158	4.626
600 – Tecnologia (Ciências Aplicadas)	833	33.484
700 – Artes	144	3.338
800 – Literatura	36	717
900 – Geografia e História	76	2.492

Fonte: PDI 2022-2026 (Univille, 2022)

A atualização do acervo é feita conforme solicitação dos docentes, para atender ao previsto nos PPCs e nos planos de ensino e aprendizagem das disciplinas.

5.8.4 Serviços prestados/formas de acesso e utilização

O Sibiville, por intermédio dos serviços oferecidos, possibilita à comunidade acadêmica suprir suas necessidades informacionais. São eles:

- **Empréstimo domiciliar:** os usuários podem pegar emprestado o material circulante de acordo com os prazos para sua categoria, conforme Regulamento do Sibiville;
- **Empréstimo interbibliotecário:** empréstimos entre as bibliotecas que compõem o Sibiville e instituições conveniadas;
- **Consulta ao acervo, renovações, reservas, verificação de débitos e materiais pendentes:** ocorrem tanto nos terminais de consulta das Bibliotecas quanto via internet pelo *site* www.univille.br/biblioteca;
- **Programa de Comutação Bibliográfica – Comut:** permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informações internacionais;
- **Levantamento bibliográfico:** serviço de pesquisa por intermédio de palavras-chave. Os usuários informam os assuntos e a bibliotecária efetua uma busca exaustiva em bases de dados nacionais e estrangeiras, catálogos de bibliotecas e outras fontes de informação. Os resultados são repassados aos usuários por correio eletrônico;
- **Capacitação para utilização das bases de dados e biblioteca virtual:** por meio de agendamento prévio a biblioteca oferece capacitação para uso das bases de dados Academic Search Complete (EBSCO), Medline Complete (EBSCO), Portal Capes, biblioteca virtual Minha Biblioteca e outras fontes de informação pertinentes ao meio acadêmico. São explanadas as formas de pesquisa e os diversos recursos oferecidos;
- **Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos (Icap):** por meio desse serviço, é possível ter acesso aos artigos de periódicos nacionais editados pelas instituições que fazem parte da Rede Pergamum;
- **Elaboração de ficha catalográfica:** ocorre para as publicações da Editora Univille e para as dissertações e teses dos alunos da Univille;
- **Treinamento aos ingressantes:** acontece a cada início de semestre e é

ministrado pela bibliotecária de referência, que explica sobre serviços das bibliotecas do Sibiville, consulta ao Sistema Pergamum, localização de materiais, normas e conduta, seus deveres e obrigações no âmbito das bibliotecas.

5.8.5 Acesso a bases de dados

A Univille mantém assinatura de bases de dados bibliográficas, permitindo que estudantes, professores e técnicos administrativos tenham acesso a publicações técnico-científicas. A seguir são caracterizadas as bases de dados disponíveis no Sistema de Bibliotecas da Univille.

- **EBSCO:** a Univille assinou em março de 2005 a base de dados multidisciplinar Academic Search Elite e em 2007 ampliou seu conteúdo assinando a base Academic Search Premier. No ano seguinte, mais uma vez o conteúdo da base foi ampliado, e desde então a Univille conta com a base multidisciplinar Academic Search Complete. São 13.600 títulos de periódicos estrangeiros, dos quais 8.800 têm textos na íntegra;
- **Medline Complete:** dentro da EBSCO a base de dados Medline Complete oferece mais de 2.500 títulos de periódicos com texto completo nas áreas de biomedicina, ciências do comportamento, bioengenharia, desenvolvimento de políticas de saúde, ciências da vida, entre outras;
- **DynaMed:** dentro da EBSCO, essa é uma base de dados com atualizações na área de medicina baseada em evidências;
- **Portal Capes:** convênio que disponibiliza o acesso a 125 bases de dados disponíveis no portal, com materiais em texto completo e abstracts;
- **RT – Revista dos Tribunais *on-line*:** oferece ferramentas de pesquisa jurídica, tais como conteúdo doutrinário, legislação, julgados dos tribunais, acórdãos e notícias em geral.

5.8.6 Biblioteca virtual Minha Biblioteca

A plataforma de *e-books* conta com mais de 8.000 títulos, dando acesso a conteúdo multidisciplinar, técnico e científico de qualidade. Por meio da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil às principais publicações de títulos acadêmicos das diversas áreas do conhecimento. O acesso pode ser feito na Univille ou fora da Instituição, utilizando computador, celular ou *tablet* com acesso à internet.

5.8.7 Acervo específico do curso

Estão à disposição para o curso 7.769 títulos de referências e um total de 14.249 exemplares. Os periódicos referentes à área de pedagogia estão disponíveis em duas bases de dados assinadas pela Univille.

5.9 Laboratórios

Na Univille, quando da criação de um novo curso, é nomeada uma comissão que faz a análise de todas as exigências legais e pedagógicas para o funcionamento do curso. Para esse estudo são considerados os seguintes documentos: Diretrizes Curriculares Nacionais do curso; recomendações dos conselhos profissionais, quando há; Plano de Desenvolvimento Institucional; instrumentos de avaliação de cursos do MEC/Inep e outras normativas que podem se aplicar ao caso. Essa comissão estrutura um plano de investimento em que são colocadas todas as necessidades de construção e modificação de espaços, aquisição de equipamentos, entre outros dados.

Diante disso, toda a estrutura de laboratórios do curso na Univille atende às exigências legais e pedagógicas e está de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

A infraestrutura de laboratórios de ensino é gerenciada pela Área de Laboratórios, exceto os de informática, que contam com uma gerência específica. A área faz o controle de equipamentos e de pessoal técnico a fim de garantir aos cursos de graduação o acesso a laboratórios funcionais e atualizados para o desenvolvimento de aulas práticas e seus desdobramentos.

O acesso aos laboratórios é realizado por meio de reservas encaminhadas pela coordenação de curso ou diretamente pelo professor.

Trabalha-se com dois tipos de reserva nos laboratórios de uso geral ou compartilhado, a saber: reservas de caráter permanente e as esporádicas.

As reservas permanentes para uso dos laboratórios são solicitadas pela coordenação do curso no início de cada ano letivo pelo endereço eletrônico laboratorios@univille.br e valem para o ano corrente. Na ocasião é preciso informar, além do nome do laboratório pretendido, qual a disciplina, o professor responsável, o horário das aulas e a periodicidade semanal. Essa solicitação precisará ser refeita a cada novo período letivo.

As reservas esporádicas são feitas ao longo de todo o período letivo e sempre que o andamento da disciplina o exigir. Para tanto, é empregado um formulário padrão disponibilizado pela Área de Laboratórios. Essa categoria de reserva é usualmente efetuada pelos próprios professores das disciplinas, mas pode ser feita também pela coordenação do curso. Os formulários preenchidos devem ser entregues diretamente à Coordenadoria dos Laboratórios ou enviados por *e-mail* ao endereço eletrônico laboratorios@univille.br.

É importante frisar que, mesmo já existindo a reserva permanente de determinado laboratório para uso de uma disciplina, o professor deverá realizar as solicitações de preparo das aulas práticas utilizando o formulário específico, por meio

do qual o uso é previsto, as aulas são confirmadas e as práticas são preparadas conforme as necessidades dos professores.

Uma vez feita a solicitação para uso, a prática é preparada por técnicos e estagiários das áreas específicas. No caso dos laboratórios de uso específico, a coordenação gerencia sua utilização e conta com pessoal técnico treinado para atender à demanda de aulas práticas. Tal demanda de aulas é o que determina a aquisição, o emprego e o armazenamento dos insumos, que podem ser comprados tanto pela Área de Laboratórios quanto pela coordenação do curso.

Independentemente do laboratório em que trabalhe, o pessoal técnico tem formação profissional qualificada e recebe treinamentos funcionais específicos em biossegurança e segurança química.

A segurança dos usuários dos laboratórios é um dos itens mais importantes na rotina de atividades de aula. Exige-se que os alunos usem os equipamentos de proteção individual (EPIs) e as paramentações especiais, quando for o caso. Todos os laboratórios possuem placas indicativas dos riscos associados às práticas neles desenvolvidas, bem como os EPIs recomendados para permanecer no local.

Além das instruções que os usuários recebem dos professores e dos assistentes e técnicos, cada laboratório tem em local visível cartazes informativos reforçando as normas de segurança e a necessidade de emprego dos EPIs.

No ciclo de autoavaliação institucional há uma pesquisa periódica da infraestrutura de toda a Universidade, e os resultados, por meio do Relatório de Autoavaliação Institucional, são entregues à Gestão para que os dados ali apontados sejam absorvidos pelo Planejamento Estratégico da Instituição, que se responsabiliza por tornar aquela recomendação uma ação específica de determinada área ou por transformá-la em um projeto dentro do planejamento.

Os laboratórios de formação básica e específica atendem às necessidades do curso de acordo com o PPC, as respectivas normas de funcionamento e a utilização e

segurança disponibilizadas em cada um deles. Apresentam dimensões e distribuição compatíveis com o número de alunos.

Há manutenção periódica dos equipamentos, instalações físicas e serviços de apoio técnico. O serviço de apoio técnico é realizado por técnicos da área de formação. Há recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades desenvolvidas nos laboratórios, os quais possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas.

Há também avaliação periódica semestral quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, e os resultados são utilizados pela gestão para planejar a melhoria da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

Na sequência são listados os laboratórios de formação básica:.

5.9.1 Laboratórios de formação básica

No curso de Educação Escolar Quilombola os laboratórios de formação básica utilizados são os seguintes:

O Laboratório de Práticas Pedagógicas (Lappe) está a disposição do curso. É usado especialmente pelas turmas em fase de estágio ou por grupos de pesquisa e extensão dos cursos. Trata-se de um espaço que possibilita a confecção de material didático, além de aplicação de determinadas técnicas pedagógicas para posterior avaliação. A reserva do LAPPE é feita na Área de Ciências Humanas e Biológicas.

Os professores também podem ministrar suas aulas nas salas de Metodologias Ativas, equipadas com móveis mais adequados ao trabalho em grupo, além de computadores e quadros brancos. Por se tratar de uma sala de aula bastante ampla, é possível a aplicação de determinadas técnicas de ensino, que poderão ser

reproduzidas no espaço escolar, posteriormente. O agendamento deve ser feito junto ao CIP.

O Curso também tem à disposição para uso exclusivo o Laboratório de Informática localizado na sala A-111, com 41 computadores, projetor multimídia, ambiente climatizado e pacote Office completo.

5.10 Comitê de Ética em Pesquisa e Comitê de Ética na Utilização de Animais

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/Univille) foi instituído em agosto de 2000 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade para avaliar os projetos de pesquisa que envolvem em sua metodologia, seres humanos. Está homologado na CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) desde 2003, ou seja, em novembro de 2022 estará comemorando 19 anos desde a abertura oficial.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Univille tem como finalidade básica defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos consensualmente aceitos e legalmente preconizados. É um colegiado inter e transdisciplinar, com “múnus público”, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, com o dever de cumprir e fazer cumprir os aspectos éticos das normas vigentes de pesquisa envolvendo seres humanos, de acordo com o disposto na legislação vigente, suas normas complementares e quaisquer outras regulamentações que venham a ser legalmente aprovadas.

O comitê funciona de maneira autônoma na Univille, tudo o que é feito é regimentado por um documento interno aprovado em reunião de colegiado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Está atrelado a este setor dentro da universidade, pois os membros analisam projetos de pesquisa. A Univille é chamada de proponente de pesquisa quando do envio do projeto pelo pesquisador dentro da

universidade, ou seja, a Univille está propondo a pesquisa por meio de seus cursos (de onde provém os projetos).

Além do CEP da Univille, que foi um dos primeiros a receber deferimento de instauração, há mais outros cinco comitês na cidade. O Nosso CEP auxilia, sempre que possível ou necessário, instituições parceiras. Projetos que não são da Univille também vem para a nossa apreciação mensalmente. Não há problema na análise, pois muitos desses lugares não têm CEP para avaliar.

A Univille utiliza-se de um sistema de dados via web, por meio do qual pode receber os projetos de pesquisa para análise dos membros. O sistema se chama Plataforma Brasil e por meio dele, os pesquisadores de todo território nacional podem salvar o projeto de pesquisa e documentos para análise. Se o pesquisador é da Univille, naturalmente o projeto pode ser analisado pela Univille. Caso contrário, a CONEP pode indicar outro CEP para analisar os documentos. Nenhum pesquisador pode ficar sem parecer do CEP. Uma vez por mês, os projetos são recebidos (há um cronograma anual para recebimento) e distribuídos aos membros do CEP. Eles analisam os documentos e o relator emite o parecer. Há uma reunião mensal em que todos os membros discutem sobre os projetos enviados e cada um pode dar seu parecer sobre cada projeto. A decisão que prevalece sobre o projeto é a da maioria. Depois da reunião e decisão do colegiado sobre cada projeto protocolado, a presidência emite parecer consubstanciado para que o pesquisador saiba a decisão do CEP. Tudo feito por meio do sistema Plataforma Brasil. O pesquisador recebe um e-mail com essa decisão, disparado pelo sistema, indicando que o parecer foi liberado e precisa responder ao comitê dentro de trinta dias. Depois de respondido corretamente, o CEP emite parecer final aprovado, o qual, o pesquisador também recebe e-mail informando a decisão e dessa forma, ele consegue ir a campo fazer a coleta. A coleta não pode ser executada antes da aprovação.

O CEP possui membros de diversas áreas (Ciências Humanas, Ciências Sociais, Área da Saúde, da Engenharia, da Economia, entre outros) e diversas formações (História, Farmácia, Psicologia, Sociologia, Design, Engenharia Ambiental

e Sanitária, Engenharia Química, Educação Física, Odontologia, Biologia, Direito), levando em consideração que há membros de ambos os sexos. Atualmente estamos com 18 (dezoito) membros ativos, contando com os dois representantes de usuários e o suplente. Desses 18 (dezoito) membros, 10 (dez) deles são doutores em suas respectivas áreas. Outros 6 (seis) são mestres em suas respectivas áreas e os representantes de usuários e suplente variam entre uma especialista e dois de formação técnica.

O CEP possui ainda uma secretária exclusiva para as atividades do setor. O atendimento ocorre em sala exclusiva para assuntos do Comitê de Ética em Pesquisa, em que há armários com arquivos, acesso à internet e telefonia, todos igualmente exclusivos. Tivemos uma pequena mudança no layout da sala, com adequação de espaço e móveis, no entanto, ainda estamos na mesma sala, como informado abaixo. O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00, com intervalo para almoço de uma hora.

Quanto à demanda de projetos de pesquisa, em 2021 foram avaliados 281 protocolos, sendo 120 no primeiro semestre e 161 protocolos no segundo semestre.

O Comitê de Ética em Pesquisa no Uso de Animais – CEUA tem por finalidade cumprir e fazer cumprir, no âmbito da Univille e nos limites de suas atribuições, o disposto na legislação aplicável à utilização de animais para o ensino e a pesquisa, caracterizando-se a sua atuação como educativa, consultiva, de assessoria e fiscalização nas questões relativas à matéria de que trata o Regimento.

O CEUA é o componente essencial para aprovação, controle e vigilância das atividades de criação, ensino e pesquisa científica com animais, bem como para garantir o cumprimento das normas de controle da experimentação animal editadas pelo CONCEA (O Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal) as resoluções dos Conselhos Superiores da UNIVILLE, bem como quaisquer outras regulamentações que venham a ser legalmente aprovadas.

O CEUA da Univille está homologado pelo CONCEA, pertence a própria instituição e pode prestar atendimento a instituições parceiras.

REFERÊNCIAS

ARROZ em Massaranduba: áreas de plantação tomam 70% do município. **OCPNews**. Disponível em: <https://ocp.news/economia/arroz-que-ganhou-ate-festa-e-um-dos-pilares-da-economia-demassaranduba>. Acesso em: 20 set. 2021.

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL – ACISBS. **Panorama socioeconômico de São Bento do Sul**. São Bento do Sul, 2015.

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL – ACISBS. **Síntese conjuntural**. Disponível em: https://panoramasbs.org.br/sintese_conjuntural. Acesso em: 20 set 2021.

BANDEIRA, D. R. **Ceramistas pré-coloniais da Baía da Babitonga, SC – arqueologia e etnicidade**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BANDEIRA, D. R. Povos sambaquianos: os construtores dos montes de conchas e os mais antigos moradores da Baía da Babitonga. **Joinville Ontem e Hoje**, Joinville, p. 4-9, 2005. Disponível em: <http://learqjlle.blogspot.com.br/p/arque.html>. Acesso em: 30 ago. 2016.

BANDEIRA, D. R.; OLIVEIRA, E. L.; SANTOS, A. M. P. Estudo estratigráfico do perfil nordeste do Sambaqui Cubatão I, Joinville/SC. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 19, p. 119-142, 2009. Disponível em: <http://learqjlle.blogspot.com.br/p/arque.html>. Acesso em: 30 ago. 2016.

BENETTI, E. Dependência da economia portuária tem que diminuir e turismo pode ser saída, diz prefeito de São Francisco do Sul. **NSC Total**, 10 ago. 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/estela-benetti/dependencia-da-economia-portuaria-tem-que-diminuir-eturismo-pode-ser>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. **Diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância**: Resolução n.º 1, de 11 de março de 2016, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE).



Brasília: CNE, 2016. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=35541-rescne-ces-001-14032016-pdf&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192.
Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2014. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 28 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP n.º 003 de 10 março de 2004**. Brasília, 2004. Disponível em: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n.º 1 de 30 de maio de 2012**. Estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17810&Itemid=866.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm.

CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA. Histórico do município. Disponível em:
https://www.camaragaruva.sc.gov.br/imprensa/imprensa/o-Municipio/1/2016/1#lista_texto_news. Acesso em: 20 set. 2021.

CAM EMPREENDIMENTOS. Jaraguá do Sul: um dos maiores parques industriais do país. Disponível em: <https://www.camempreendimentos.com.br/jaragua-do-sul/>. Acesso em: 20 set. 2021.

CAMPO ALEGRE. Portal Municipal de Turismo de Campo Alegre. Disponível em:
<https://turismo.campoalegre.sc.gov.br/o-que-fazer/item/estrada-imperial-dona-francisca>. Acesso em: 20 set. 2021.

COELHO, I.; SOSSAI, F. C. (org.). Univille: 50 anos de ensino superior em Joinville e região (1965-2015). Joinville: Editora Univille, 2015.



CURY, A.; CARDOSO, C. Economia brasileira cresce 0,1% em 2014, diz IBGE. G1, 27 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/03/economia-brasileira-cresce-01-em2014-diz-ibge.html>. Acesso em: 20 set. 2021.

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI. Turismo náutico é aposta da pesca artesanal em Balneário Barra do Sul. 2020. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2020/09/25/turismo-nautico-e-aposta-da-pescaartesanal-em-balneario-barra-do-sul/>. Acesso em: 20 set. 2021. FAZCOMEX. Exportações de Joinville-SC: entenda. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/blog/exportacoes-de-joinville-sc/>. Acesso em: 20 set. 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FIESC. Perfil e oportunidade de exportação e investimentos. 2020. Disponível em: <https://www2.fiescnet.com.br/web/uploads/recursos/82368da4d9409835bf256b142c7b65bb.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. Revista de Administração Contemporânea, edição especial, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v5nspe/v5nspea10.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE – FURJ. Estatuto da Fundação Educacional da Região de Joinville. Resolução do Conselho de Administração da Fundação Educacional da Região de Joinville n.º 11/14, de 31 de julho de 2014. Joinville, 2014a.

GONÇALVES, A. P. 14 marcas de empresas de Jaraguá do Sul conhecidas no Brasil inteiro. OCP

News, 24 fev. 2021. Disponível em: <https://ocp.news/economia/10-marcas-de-empresas-dejaragua-do-sul-que-voce-encontra-no-brasil-inteiro>. Acesso em: 20 set. 2021.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. Barra Velha. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/conhecasc/municipios-de-sc/barra-velha>. Acesso em: 20 set. 2021.

GUARATUBA. Portal da Cidade. Guaratuba 250 anos. Disponível em: [\[portaldacidade.com/historia-de-guaratuba-pr\]\(http://portaldacidade.com/historia-de-guaratuba-pr\). Acesso em: 20 set. 2021.](https://guaratuba.</p></div><div data-bbox=)

GUIA RIOMAFRA. Dados da cidade de Mafra – Santa Catarina. Disponível em: <http://www.guariomafra.com.br/dados-da-cidade-de-mafra>. Acesso em: 20 set. 2021.

[guariomafra.com.br/dados-da-cidade-de-mafra](http://www.guariomafra.com.br/dados-da-cidade-de-mafra). Acesso em: 20 set. 2021.

HALL, R. H. Organizações: estruturas, processos e resultados. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

INSTITUTE FOR THE FUTURE – IFTF. Future Work Skills 2020. Califórnia, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades – Araquari. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/araquari/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades – Balneário Barra do Sul. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/balneario-barra-do-sul/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades – Barra Velha. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/barravelha/panorama>. Acesso em: 20 set 2021c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades – Campo Alegre. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/campo-alegre/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021d.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades – Corupá. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/corupa/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021e.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades – Garuva. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/garuva/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021f.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades – Geral. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 set 2021g.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades – Guaramirim. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/Guaramirim/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021h.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades – Guaratuba. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/guaratuba/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021i.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades – Itapoá. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/itapoa/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021j.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades – Jaraguá do Sul. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/jaragua-do-sul/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021k.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades – Joinville. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/Joinville/panorama>. Acesso em: 20 set 2021l.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades – Mafra. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/mafra/panorama>. Acesso em: 20 set 2021m.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades – Massaranduba. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/Massaranduba/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021n.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades – Rio Negrinho. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/rio-negrinho/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021o.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades – São Bento do Sul. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-bento-do-sul/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades – São Francisco do Sul. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-francisco-do-sul/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021q.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades – São João do Itaperiú. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-joao-do-itaperiu/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021r.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades – Schroeder. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/schroeder/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021s.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. População residente estimada. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>. Acesso em: 20 set. 2021t.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sidra – Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso em: 20 set. 2021u.

INVESTIMENTO de peso. Tecnológica, ed. 111, fev. 2005. Disponível em: https://issuu.com/publicare/docs/teco_fev_2005. Acesso em: 21 set. 2021.

JIMÉNEZ-JIMÉNEZ, D.; SANZ-VALLE; R. Innovation, organizational learning, and performance. Journal of Business Research, v. 64, n. 4, p. 408-417, 2011. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/222417149_Innovation_organizational_learning_and_performance. Acesso em: 24 set. 2015.

JOINVILLE é a terceira cidade mais rica do Sul do país. NDMAIS, 12 jan. 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/economia-sc/joinville-e-a-terceira-cidade-mais-rica-do-sul-do-pais/>. Acesso em: 20 set. 2021.

JOINVILLE tem 19 entre as 500 maiores empresas do Sul do país. Revista Amanhã, 2016. Disponível em: <http://sh.adv.br/pt/noticia/joinville-tem-19-entre-as-500-maiores-empresas-do-suldo-pais>. Acesso em: 20 set. 2021.

KOIWASKI, D. Corupá completa 122 anos com desenvolvimento econômico e turístico em alta. OCPNews, 7 jul. 2019. Disponível em: <https://ocp.news/geral/corupa-completa-122-anos-comdesenvolvimento-economico-e-turistico-em-alta>. Acesso em: 21 set. 2021.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KUNSCH, M. M. K. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

KUTACH, F. Pioneirismo entrelaçado com a história de São Bento do Sul. A Gazeta, São Bento do Sul, 23 set. 2014. Disponível em: [http://www.gazetasbs.com.br/site/noticias/pioneirismoentrelacado-com-a-historia-de-sao-bento-do-sul-](http://www.gazetasbs.com.br/site/noticias/pioneirismoentrelacado-com-a-historia-de-sao-bento-do-sul-1086#:~:text=São%20Bento%20do%20Sul%20foi,a%20região%20pertencia%20ao%20Paraná)

[1086#:~:text=São%20Bento%20do%20Sul%20foi,a%20região%20pertencia%20ao%20Paraná](http://www.gazetasbs.com.br/site/noticias/pioneirismoentrelacado-com-a-historia-de-sao-bento-do-sul-1086#:~:text=São%20Bento%20do%20Sul%20foi,a%20região%20pertencia%20ao%20Paraná). Acesso em: 20 set. 2021.

LEAL, P. Guaramirim 71 anos: força econômica em pleno desenvolvimento e expansão. OCP News, 28 ago. 2020a. Disponível em: <https://ocp.news/economia/guaramirim-71-anos-forcaeconomica-em-pleno-desenvolvimento-e-expansao>. Acesso em: 20 set. 2021.

LEAL, P. Schroeder 56 anos: com aumento populacional, município fortalece sua economia. OCP News, 3 out. 2020b. Disponível em: <https://ocp.news/economia/schroeder-56-anos-comaumentopopulacional-municipio-fortalece-sua-economia>. Acesso em: 20 set. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 13 mar. 2016.

MINTZBERG, H. Managing: desvendando o dia a dia da gestão. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

O POTENCIAL econômico do norte catarinense: conheça os motivos para investir na região. G1, 10 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/irineu-imoveis/araquari-a-bola-da-vez/noticia/2019/04/10/o-potencial-economico-do-nortecatarinense-conheca-os-motivos-para-investir-na-regiao.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2021.

O PRESENTE RURAL. Frigorífico São João, de São João do Itaperiú (SC), é o nono parceiro do Programa Carne Angus Certificada. 2014. Disponível em: <https://opresenterural.com.br/>

[frigorifico-sao-joao-de-sao-joao-do-itaperiu-sc-e-o-nono-parceiro-do-programa-carne-anguscertificada/](https://opresenterural.com.br/ frigorifico-sao-joao-de-sao-joao-do-itaperiu-sc-e-o-nono-parceiro-do-programa-carne-anguscertificada/). Acesso em: 20 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. Painel do coronavírus da OMS (covid-19). 2021. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 3 nov. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Histórico da pandemia de covid-19. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 20 jun. 2021.

O'SULLIVAN, D. Development of integrated manufacturing systems. Computer Integrated Manufacturing Systems, v. 5, n. 1, p. 39-53, 1992.

PORTAL DA CIDADE. Guaratuba 250 anos. Disponível em: <https://guaratuba.portaldacidade.com/historia-de-guaratuba-pr>. Acesso em: 20 set. 2021.

com/historia-de-guaratuba-pr. Acesso em: 20 set. 2021.

PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL. Porto completa 65 anos. Disponível em: <https://portosaofrancisco.com.br/saiba-mais/id/101>. Acesso em: 20 set. 2021.

PORTO ITAPOÁ. O Porto Itapoá está entre os maiores terminais portuários de contêineres do Brasil. Disponível em: <https://www.portoitapoa.com/porto-itapoa/>. Acesso em: 25 out. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAQUARI. Araquari. Disponível em: <https://www.araquari.sc.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2021.

br. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL. Balneário Barra do Sul. Disponível

em: <https://balneariobarradosul.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/1>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE. Campo Alegre. Disponível em: <https://www.campoalegre.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/28660>. Acesso em: 20 set. 2021.

campoalegre.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/28660. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ. Corupá. Disponível em: <https://corupa.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/52>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA. Economia. Disponível em: <https://garuva.atende.net/cidadao/pagina/economia>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ. Aspectos econômicos. Disponível em: <https://www.itapoa.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/22510>. Acesso em: 21 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA. Economia do município. Disponível em: <https://massaranduba.atende.net/cidadao/pagina/economia-do-municipio>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO. Perfil socioeconômico. 2015. Disponível em:

<https://www.rionegrinho.sc.gov.br/download.php?id=3549>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL. São Bento do Sul em números. Disponível em: <https://www.saobentodosul.sc.gov.br/sao-bento-sul-em-numeros>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL. Economia. Disponível em: <https://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/economia>. Acesso em: 20 set 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE ITAPERIÚ. São João do Itaperiú. Disponível em:

<http://www.pmsji.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/35575>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER. História. Disponível em: <https://www.schroeder>.

[sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/32646](https://www.schroeder.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/32646). Acesso em: 20 set. 2021.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE – PMI. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (guia PMBoK®. Project Management Institute). 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

RAMPELOTTI, L. Guaratuba 249 anos: agricultura e pesca movimentam a economia da cidade.

JBLitoral, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://jblitoral.com.br/guaratuba-249-anos-agricultura-epesca-movimentam-a-economia-da-cidade>. Acesso em: 20 set 2021.

SANTOS, B. de S. Introdução a uma ciência pós-moderna. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEPUD. Joinville em Dados – 2020. Joinville: Prefeitura de Joinville, 2020. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/joinville-cidade-em-dados-2020/>. Acesso em: 20 set. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. Cadernos de desenvolvimento – Barra Velha. 2019a. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Barra%20Velha%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA

– SEBRAE/SC. Cadernos de desenvolvimento – Campo Alegre. 2019b. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Campo%20Alegre%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA –

SEBRAE/SC. Cadernos de desenvolvimento – Jaraguá do Sul. 2019d. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Jaragua%20do%20Sul%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021. SERVIÇO BRASILEIRO DE

APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. Cadernos de desenvolvimento – Joinville. 2019e. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Joinville%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. Cadernos de desenvolvimento – São Bento do Sul. 2019f. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Sao%20Bento%20do%20Sul%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. Cadernos de Desenvolvimento – São Francisco do Sul. 2019g. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Sao%20Francisco%20do%20Sul%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

THECITIES. Joinville, SC. Disponível em: <https://www.thecities.com.br/Brasil/Santa-Catarina/Joinville/Economia/1820/>. Acesso em: 20 set. 2021.

TOMPOROSKI, A. A. et al. Rio Negrinho em dados socioeconômicos 2019/2020. Universidade do Contestado. Mafra: Ed. da UnC, 2020. Disponível em: https://unicontestado-site.s3.amazonaws.com/site/biblioteca/ebook/Rio_Negrinho_em_dados_socioeconomicos.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Estatuto da Universidade da Região de Joinville. Resolução do Conselho Universitário da Universidade da Região de Joinville n.º 09/16, de 1.º de setembro de 2016. Joinville, 2016.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026. Joinville, 2022.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016. Joinville, 2014a.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Política de Acompanhamento dos Egressos. Joinville, 2015a.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Política de Gestão de Pessoas. Joinville, 2015b.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Política de Relacionamento com os Estudantes. Joinville, 2014b.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Projeto da Universidade da Região de Joinville. Joinville, 1991a.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Relatório de Serviços de Extensão e Pesquisa. Joinville, 1991b.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade da Região de Joinville n.º 07/09. Joinville, 2009.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Resolução do Conselho Universitário da Universidade da Região de Joinville n.º 06/17. Joinville, 2017.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Resolução do Conselho Universitário da Universidade da Região de Joinville n.º 14/21. Joinville, 2021.

21.^a LOJA da Havan é inaugurada em Barra Velha. NSCTotal, 18 dez. 2010. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/21a-loja-da-havan-e-inaugurada-em-barra-velha>. Acesso em: 20 set. 2021.

ANEXO I

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS COMPLEMENTARES DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIVILLE

Artigo 1.º O presente documento tem por finalidade regulamentar as atividades acadêmico-científico-culturais que compõem o currículo pleno dos cursos de licenciatura da Univille.

Artigo 2.º As atividades acadêmico-científico-culturais previstas na Resolução n.º 02/2002 do Conselho Nacional de Educação (CNE) compreendem ações que são desenvolvidas fora do âmbito das disciplinas curriculares.

Artigo 3.º O acadêmico deve cumprir o número de horas constante no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), conforme legislação vigente nas diretrizes nacionais.

Artigo 4.º As Atividades acadêmico-científico-culturais constituem espaço importante no que se refere à articulação entre o ensino de graduação, a pesquisa e a extensão universitária, possibilitando a formação humanística e profissional desencadeadora da cidadania, da integração social, da inovação e da responsabilidade ambiental como alicerce de uma sociedade sustentável.

Artigo 5.º Para os cursos de ciências humanas e biológicas, as atividades acadêmico-científico-culturais estão divididas em três categorias:

- a) atividades complementares de ensino;
- b) e atividades complementares de pesquisa;
- c) e atividades complementares de extensão.

Artigo 6.º As atividades que podem ser cumpridas pelos acadêmicos em cada categoria e o número máximo de horas convalidáveis para cada uma das atividades elencadas estão dispostos no quadro a seguir:

Atividades acadêmico-científico-culturais divididas em categorias, com sua respectiva carga horária máxima

Atividades Complementares de Ensino	CH
Assistência, comprovada, de defesas de dissertações de mestrado	2
Assistência, comprovada, de defesas de TCC / TCE	2
Assistência, comprovada, de defesas de teses de doutorado	2
Estágio não obrigatório na área	30
Monitoria acadêmica	30

Monitoria em atividades culturais	20
Programas de incentivo à docência	40
Viagem de estudos e visitas técnicas	6

Atividades Complementares de Pesquisa	CH
Atividade Voluntária em Projeto de Pesquisa	30
Bolsista em Projeto de Pesquisa de Professor	30
Participação em projetos de iniciação à pesquisa	30
Publicação de artigos em revistas	20
Publicação de capítulo de livro	20
Publicação de livro na área de formação	36
Publicação de trabalhos em anais de eventos científicos	10

Atividades Complementares de Extensão	CH
Assistência de palestras isoladas	2
Atividade profissional na área fim	20
Atividade voluntária em projeto de extensão	20
Bolsa de trabalho	10
Bolsa de trabalho (área afim)	15
Bolsista Art 170 Extensão	20
Cursos EAD na área de formação	20
Cursos de Idiomas cujas disciplinas não contarem na matriz curricular	30
Cursos de Informática	20
Cursos ministrados na área de formação	15
Cursos presenciais na área de formação	30
Disciplinas extracurriculares de graduação	30
Participação em eventos científicos	10
Exposição de trabalhos e materiais didáticos relacionados à área de formação	10
Participação em programas e projetos de Extensão	60
Participação na organização de eventos na área	20
Palestras ministradas	5
Participação em Atividades Culturais	10
Participação em Exposições como artista	15
Participação em programas de mobilidade nacional com comprovação de aproveitamento de estudos	80
Participação em programas de mobilidade internacional com comprovação de aproveitamento de estudos	60
Representação em competições	30
Representação esportiva institucional	20
Representação estudantil	10
Semanas Acadêmicas de Cursos da Instituição	20

Fonte: Primária

Artigo 7.º Para que haja equilíbrio em relação às experiências e vivências dos acadêmicos, por meio das Atividades acadêmico-científico-culturais, ficam estabelecidos os seguintes percentuais:

I) Cursos com exigência de 100 horas de atividades acadêmico-científico-culturais:

- a) Atividades complementares de ensino: 10% da carga horária total (20 horas);
- b) Atividades complementares de pesquisa: 8% da carga horária total (17 horas);
- c) atividades complementares de extensão: 82% da carga horária total (63 horas).

II) Cursos com exigência de 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais:

- a) Atividades complementares de ensino: 20% da carga horária total (40 horas);
- b) Atividades complementares de pesquisa: 17% da carga horária total (35 horas);
- c) atividades complementares de extensão: 63% da carga horária total (125 horas).

§ 1º As Atividades Complementares devem, de preferência, ser realizadas ao longo.

§ 2º As horas de atividades acadêmico-científico-culturais cumpridas devem ser comprovadas por meio de documentos como: declarações, certificados, atestados, entre outros. As cópias desses documentos devem ser protocoladas nas secretarias dos cursos para convalidação e registro.

§ 3º A convalidação dessas horas deve ser feita pela chefia e/ou coordenação de cada curso ou por professor indicado pela referida chefia e/ou coordenação.

§ 4º O registro dessas horas será feito pela secretaria dos cursos e encaminhado à Central de Atendimento Acadêmico, para constar no histórico escolar de cada acadêmico.

Artigo 8º. Os casos omissos serão resolvidos pela coordenação do curso.

Regulamento do
Estágio Curricular Supervisionado do
Curso Educação Escolar Quilombola
da UNIVILLE

JOINVILLE - SC

2021

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento apresenta a concepção de estágio e normatiza as atividades do Estágio Curricular Supervisionado (ECS) do Curso Educação Escolar Quilombola – EEQ da Univille.

Parágrafo único. Esse documento foi elaborado de acordo com a legislação nacional vigente e as regulamentações da instituição e deve ser seguido pelos estagiários do curso Educação Escolar Quilombola para conclusão de curso.

Art. 2º Nos termos do art. 1º da Lei 11.788/2008 o Estágio é ato educativo escolar supervisionado desenvolvido no ambiente do trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando as etapas da educação básica em instituições de ensino reconhecidas.

§1º O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) do curso de EEQ da UNIVILLE é um espaço de construção, apropriação e transposição de conhecimentos da área de formação.

§2º O Estágio Curricular Supervisionado do curso Educação Escolar Quilombola da UNIVILLE será desenvolvido junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da UNIVILLE, atendendo em tudo ao disposto na Lei 11.788/2008.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado do curso Educação Escolar Quilombola da UNIVILLE tem por objetivos:

I. Articular teoria e prática, estabelecendo sentido e significado na relação pessoal e profissional para área de atuação;

II. Otimizar esforços, equacionar as dificuldades e propiciar um estágio integrado entre o curso de EEQ da Univille e as escolas da educação básica, campo de estágio, para oportunizar a articulação entre o momento do saber e do fazer na formação;

III. Possibilitar ao estagiário a vivência de diferentes práticas no contexto da unidade escolar; envolvendo-se nas rotinas do dia a dia da escola, organização e planejamentos de atividades extracurriculares, auxiliando docentes nas rotinas da sala de aula, acompanhando atividades da equipe gestora, atendimento de alunos e

planejamento e participação de reuniões de pais e professores, elaborando e realizando estratégias de recuperação de alunos, elaboração de instrumentos e correção de atividades avaliativas e contribuindo na articulação entre a escola, as famílias e a comunidade.

Art. 4º O ECS contribui de forma significativa para desenvolver o perfil profissiográfico do egresso conforme o projeto pedagógico do curso Educação Escolar Quilombola que prevê:

I - Desempenhar a função de educador em escola quilombola, fundamentado em uma formação humanística em que a ética, a cidadania e o compromisso com a diversidade, com o meio ambiente e com o ensino e a aprendizagem sejam os parâmetros do seu trabalho;

II - Interferir no contexto social, mediante a proposição e a implementação de alternativas teórico-práticas no seu campo de atuação e, ao mesmo tempo, pelo envolvimento com a realidade que o cerca, considerando a multidimensionalidade do trabalho pedagógico;

III - Planejar, executar e avaliar atividades de ensino, criando condições de inovação em sua área de atuação;

IV - Apresentar senso crítico perante a realidade sociocultural;

V - Perceber-se como profissional da educação (identidade na docência);

VI - Compreender as abordagens e métodos envolvidos na produção e comunicação dos saberes em sua área de conhecimento, incluindo as tecnologias da informação.

Art. 5º A carga horária mínima do ECS no Curso Educação Escolar Quilombola, é de 400 horas, em situação real de trabalho em escola, conforme aprovado no Projeto Pedagógico do Curso, atendendo ao disposto na Resolução CNE/CP n. 02, de 20 de dezembro de 2019.

DA SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 6º A Supervisão Geral do ECS na UNIVILLE compete à Pró-Reitoria de Ensino e à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, conforme disposto na resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade que aprova as diretrizes para a regulamentação dos Estágios Curriculares Supervisionados.

Art. 7º A Coordenação do ECS é responsabilidade do Coordenador de Curso.

Art. 8º Compete ao Coordenador do Curso Educação Escolar Quilombola:

- I. Instituir a Comissão Orientadora de ECS para o período letivo vigente;
- II. Coordenar e acompanhar as atividades da Comissão Orientadora de ECS;
- III. Participar de reuniões para planejamento e acompanhamento das atividades de ECS;
- IV. Publicar edital com cronograma estabelecendo os prazos para o cumprimento das etapas do ECS.
- V. Encaminhar à Pró-Reitoria de Ensino as eventuais propostas de alteração do regulamento de ECS, desde que aprovadas pelo colegiado do Curso;
- VI. Supervisionar o cumprimento da legislação em vigor;
- VII. Emitir Cartas de Apresentação para os estagiários aptos ao início das atividades nos campos de estágio;
- VIII. Receber dos acadêmicos aprovados, conforme estabelecido em edital, arquivos dos documentos comprobatórios com os resultados do estágio realizado;
- IX. Responsabilizar-se pelo arquivamento dos documentos comprobatórios de Estágio pelo período regulamentado em lei;
- X. Encaminhar o resultado final da avaliação do ECS Central de Atendimento Acadêmico.

DA COMISSÃO ORIENTADORA DE ESTÁGIO

Art. 9º A Comissão Orientadora de Estágio para acompanhamento do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Educação Escolar Quilombola será formada por professores do curso, com conhecimento na educação básica, preferencialmente, nas etapas da educação infantil, anos iniciais e na modalidade da educação de jovens e adultos.

Parágrafo único. Para ser professor orientador de estágio é necessário familiaridade e conhecimento do contexto escolar da educação básica, preferencialmente, nas etapas da educação infantil, anos iniciais e educação de jovens e adultos.

Art. 10. Compete à Comissão Orientadora de Estágio:

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente regulamento;
- II. Elaborar o Cronograma de Atividades de Estágio para o ano letivo vigente;
- III. Estabelecer a data limite para que o estagiário entre com pedido de convalidação para dispensa de horas de estágio;
- IV. Analisar e dar parecer sobre os casos de convalidação e dispensa de horas de estágio e encaminhar ao Coordenador do Curso;
- V. Analisar, discutir e buscar soluções para os problemas de execução das atividades de ECS;
- VI. Estabelecer, atendendo aos critérios determinados nas normativas da instituição e dos espaços denominados de Campos de Estágio;
- VII. Mediar as proposições conforme as necessidades dos Campos de Estágios;
- VIII. Avaliar o processo de desenvolvimento do estágio para replanejamento.
- IX. Indicar professores que integrarão a comissão de avaliação dos resultados do estágio, no seminário de socialização dos Trabalhos de Conclusão de Estágio – TCE;
- X. Validar o relatório com os resultados das etapas do estágio para a publicação do resultado final;
- XI. Resolver casos omissos neste regulamento;
- XII. Propor, quando necessário, alterações do presente regulamento.

Art. 11. Compete ao Professor Orientador de Estágio:

- I. Fornecer aos estagiários roteiros norteadores para o desenvolvimento de cada etapa do estágio;
- II. Elaborar com os estagiários o Planejamento Global do Estágio e publicar o cronograma para sua execução em conformidade com o Edital.
- III. Orientar o planejamento e a execução de cada etapa do Estágio.
- IV. Promover a articulação entre estagiário, Univille e o Campo de Estágio.
- V. Estimular os estagiários à participação em projetos de interesse educacional, cultural, social, ambiental e tecnológico, na unidade escolar;

- VI. Supervisionar o desempenho dos estagiários no Campo de Estágio;
- VII. Acompanhar a execução do Estágio;
- VIII. Verificar a frequência dos estagiários;
- IX. Avaliar o desempenho dos estagiários, dando feedback;
- X. Encaminhar os registros de desempenho do acadêmico no ECS, para serem arquivados pela Coordenação do Curso;
- XI. Orientar a elaboração das atividades que compõem o TCE e a apresentação dos resultados em seminário.

DO CAMPO DO ESTÁGIO

Art. 12. Compete ao Campo de Estágio:

- I. Firmar convênio com a UNIVILLE e assinar termo de compromisso com o estagiário e a UNIVILLE;
- II. Dar oportunidade ao estagiário para o desenvolvimento de seu projeto de estágio, contribuindo na qualidade de sua formação pessoal e profissional;
- III. Ter ciência das atividades de ECS a serem desenvolvidas pelos estagiários;
- IV. Apresentar ao estagiário a estrutura organizacional do local de estágio e o Plano Político Pedagógico da Escola;
- V. Fornecer informações sobre normas internas, funcionamento e calendário letivo.
- VI. Indicar profissional habilitado, ou seja, graduado que possa acompanhar o estagiário nas atividades de estágio.
- VII. Avaliar a atuação do estagiário nos termos aprovados neste Regulamento

Art. 13. O acompanhamento do estagiário no Campo de Estágio será realizado pelo profissional habilitado da Instituição e designado, como supervisor de Estágio.

Art. 14. Compete ao supervisor de estágio:

- I. Estar ciente da sistemática do ECS;
- II. Conhecer e aprovar a execução das atividades a serem desenvolvidas pelos acadêmicos;

- III. Supervisionar a atuação do estagiário, quanto ao desenvolvimento das atividades de Estágio;
- IV. Contribuir para o aperfeiçoamento do ECS;
- V. Controlar a frequência do estagiário;
- VI. Avaliar e registrar a atuação do estagiário de acordo com os formulários pré-estabelecidos;
- VII. Informar ao Professor Orientador de ECS/e ou Coordenação do Curso por escrito, sobre problemas decorrentes do não cumprimento das atribuições do estagiário, incluindo a frequência.

DA DISPENSA DO CUMPRIMENTO DE HORAS DE ESTÁGIO

Art. 15. O Estagiário poderá dispensar até 200 horas, segundo o disposto na Resolução CNE/CP 02 de 19/02/02, desde que comprove que durante dois anos letivos completos tenha exercido atividade docente regular na educação básica nos últimos cinco anos.

§1º. A docência não poderá ser dispensada.

§2º. O estagiário poderá realizar a docência no seu campo de trabalho, desde que não seja na turma de sua regência e que o supervisor seja devidamente habilitado.

Art. 16. Para solicitar a dispensa o estagiário deverá dirigir-se à Central de Atendimento Acadêmico, preencher requerimento e apresentar os seguintes documentos:

- I. Cópia do contrato com a unidade escolar e ou equivalente;
- II. Parecer da unidade escolar ou equivalente sobre a atuação do estagiário em seu espaço de trabalho como profissional;
- III. Relato de experiência em forma de memorial.

Parágrafo único. O prazo para solicitação da dispensa será publicado no Edital do Estágio do curso, no início de cada semestre letivo.

DO DESENVOLVIMENTO DO ECS

Art. 17 As atividades de estágio curricular supervisionado serão desenvolvidas ao longo do curso, cumprindo-se as 400 horas, assim distribuídas:

I. No 5º semestre, acontecerá o ECS I, a ser realizado no contexto da educação infantil, com 80 horas, divididas nas etapas de observação, participação e regência.

II. No 6º semestre, acontecerá o ECS II, a ser realizado no contexto de Processos Educativos em Ambientes não Escolares, com 40 horas, divididas nas etapas de observação, participação e intervenção;

III. No 7º semestre, acontecerá o ECS III, a ser realizado no contexto do ensino fundamental – anos iniciais, com 80h, divididas nas etapas de observação, participação e regência; e o ECS IV, a ser realizado no contexto da educação de jovens e adultos e idosos, com 80 horas, divididas nas etapas de observação, participação e regência;

IV. No 8º semestre, acontecerá o ECS V, a ser realizado no contexto da gestão escolar e a finalização de todo o processo referente ao ECS, com 120 horas.

§1º O cronograma com as atividades e a respectiva carga horária do ECS será elaborado pelo professor orientador de estágio, submetido à Comissão de Estágio a cada semestre letivo e tornado público, por edital.

Art. 18. O estagiário deverá obter, no mínimo, a nota 7,0 (sete) em cada um dos componentes constantes no art. 17, para dar prosseguimento ao ECS.

Art. 19. A observação do campo de estágio caracteriza-se pelo contato formal com a entidade “campo de estágio”, por meio da identificação das suas instalações, forma de organização administrativa, pedagógica e da comunidade escolar.

Art. 20. A observação das práticas pertinentes à formação profissional que se caracterizam pelo acompanhamento direto dos profissionais do campo de estágio com o objetivo de buscar subsídios à construção das propostas das atividades práticas por meio da análise dos elementos observados e das necessidades do contexto institucional.

Art. 21. A participação e a intervenção consistem em experienciar as mais diversificadas ações educativas possíveis, em atividades no campo de estágio e atividades institucionais, como: projetos já existentes no campo de estágio ou propostos pelo estagiário; colaboração em atividades de avaliação, de elaboração de material didático-pedagógico; participação em conselhos de classe e/ou reuniões pedagógicas, em projetos da unidade escolar, realizando seminários, minicursos, oficinas e monitorias.

Art. 22. A docência e ou intervenção oportuniza a articulação entre o saber e o fazer; caracteriza-se pela regência efetivamente planejada e realizada pelo estagiário,

com supervisão do professor orientador de estágio e do professor supervisor do campo de estágio.

§1º As práticas consistem no planejamento das sequências didáticas, na aplicação das aulas, na aprendizagem dos educandos e nas devolutivas dadas pelo professor;

§2º O estagiário somente poderá dar início ao desenvolvimento das atividades práticas de ensino após a aprovação do professor orientador de estágio.

Art. 23. Para o desenvolvimento do ECS, o estagiário deverá cumprir os prazos estabelecidos no edital e no cronograma de atividades publicado pelo professor e Coordenador do curso.

Parágrafo único. O ECS será realizado no município de origem e/ou de residência do(a) acadêmico(a), preferencialmente, em escola com a modalidade de educação escolar quilombola e ou em escola localizada em comunidade remanescente quilombola.

Art. 24. O Estágio Curricular Supervisionado efetuado pelo acadêmico, nos termos tratados neste regulamento, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

DAS ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 25. São atribuições do estagiário para a realização das atividades do ECS:

I. Realizar as atividades de Estágio conforme as disposições do presente Regulamento;

II. Frequentar as aulas de orientação e cumprir o cronograma previsto e publicado em edital para as atividades do Estágio Curricular Supervisionado do Curso;

III. Conhecer a política de estágio do curso e de sua sistemática;

IV. Solicitar à Coordenação do Curso a Carta de apresentação do estagiário;

V. Dirigir-se ao Escritório de Empregabilidade da Univille para formalizar o Termo de Compromisso de ECS com o campo de estágio;

VI. Respeitar as normas, horários, procedimentos e peculiaridades do(s) Campo(s) de Estágio(s);

VII. Observar a rotina do cotidiano no Campo de Estágio e participar das atividades nele desenvolvidas;

VIII. Manter a ética sobre assuntos referentes ao ECS;

IX. Recorrer ao Professor Orientador de ECS sempre que surgirem dificuldades ou dúvidas não resolvidas no local de ECS;

X. Apresentar ao professor orientador do ECS e ao supervisor de estágio os planejamentos de todas as atividades que serão realizadas no campo para análise, aprovação e autorização para sua execução;

XI. Apresentar ao professor orientador de estágio os formulários de frequência e avaliação, devidamente preenchidos e assinados, anexando-os ao TCE;

XII. Comunicar os impedimentos ao professor supervisor de estágio do Campo de Estágio e ao professor orientador antecipadamente e apresentar justificativa por escrito ao professor orientador até 02 (dois) dias úteis após sua ocorrência;

XIII. Elaborar Relatório de Conclusão de cada Estágio Curricular Supervisionado realizado de acordo com as normas adotadas pela UNIVILLE, e apresentá-los ao professor orientador de ECS para sua aprovação, dentro do prazo previsto;

XIV. Socializar os resultados do ECS em seminário público;

XV. Entregar à Coordenação do Curso arquivos eletrônicos dos documentos comprobatórios da realização do ECS;

XVI. Submeter-se à avaliação do desempenho em todas as etapas de seu estágio.

DA AVALIAÇÃO, FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO NO ECS

Art. 26. Durante o desenvolvimento de todo o Estágio Curricular Supervisionado os estagiários deverão ser capazes de:

I. Atuar profissionalmente a partir das orientações referente as etapas e modalidade de ensino;

II. Conhecer as políticas públicas e saber aonde, quando e como se aplicam no campo de estágio;

III. Ter habilidade para organizar atividades de pesquisa e extensão em projetos que envolvam o ensino e a aprendizagem;

IV. Ser referência como professor e pesquisador;

V. Assumir a responsabilidade na condução de processos educativos curriculares, na mediação de conflitos na turma, e/ou no ambiente institucional;

VI. Ter habilidade para trabalhar em equipe;

VII. Ser autônomo para planejar e inovar em diferentes situações de aprendizagem;

VIII. Ser comprometido com a sua própria formação continuada e desenvolvimento profissional;

IX. Ser líder, responsável, solidário, ético e justo frente aos dilemas da profissão.

X. Estar predisposto às novas aprendizagens;

XI. Ter habilidade para trabalhar com a diversidade;

XII. Ser responsável, assíduo e pontual;

XIII. Apresentar expectativas positivas sobre a aprendizagem dos sujeitos sob a sua orientação;

XIV. Conhecer as orientações metodológicas empregadas na construção do conhecimento;

XV. Conhecer as interações de suas atividades profissionais com o desenvolvimento tecnológico e social da humanidade.

Parágrafo único. O desenvolvimento destas habilidades será analisado pelos professores orientadores de estágio nas avaliações de todas as etapas do estágio.

Art. 27. Para efeitos de avaliação do estágio será considerado plágio o ato de apresentar o trabalho de conclusão do seu estágio contendo partes, seja qual for o número de frases, de uma obra que pertença a outra pessoa sem referenciá-la.

Parágrafo único. O estagiário que incidir nesta prática terá o seu Trabalho de Conclusão de Estágio reprovado.

Art. 28. A avaliação das atividades desenvolvidas pelo estagiário será realizada pelo Professor Orientador de ECS, de forma sistemática e contínua, considerando também o parecer avaliativo do professor supervisor de estágio.

Parágrafo único. O professor orientador de estágio deverá comunicar oficialmente ao Coordenador do Curso quando o estagiário não cumprir os prazos fixados no cronograma.

Art. 31. A avaliação do ECS será feita, considerando-se os seguintes itens e resultados:

- I. Desempenho do estudante, que engloba o desenvolvimento durante o Estágio Curricular Supervisionado e a avaliação do Campo de Estágio;
- II. Práticas escritas inerentes as etapas do Estágio Curricular Supervisionado;
- III. Apresentação pública organizada pela Comissão Orientadora de Estágio.

Art. 32. O Desempenho das atividades de ECS corresponde ao desenvolvimento de todas as atividades de estágio previstas em cada etapa do estágio.

Art. 33. Práticas escritas inerentes as etapas do Estágio Curricular Supervisionado correspondem ao documento que descreve e analisa as atividades desenvolvidas pelo (a) estagiário (a), bem como fundamenta as questões teóricas abordadas e vivenciadas.

Art. 34. A apresentação do TCE será pública, em consonância com o calendário acadêmico e que corresponderá à socialização da experiência do Estágio, no qual o estagiário poderá ser questionado pelos professores avaliadores e pelos presentes no evento.

Art. 35. Para a avaliação do desempenho do estagiário, serão considerados:

- I. Comprometimento;
- II. O resultado das produções;
- III. Projeto do estágio;
- IV. Resultado das atividades práticas.

Art. 36. O comprometimento refere-se à conduta responsável em relação às tarefas propostas e implica em:

- I. cumprimento de todos os prazos;
- II. observação quanto às correções feitas nos textos escritos;
- III. comunicação ao professor orientador de qualquer tipo de dificuldade ou alteração no horário das aulas ou da escola;
- IV. busca pelas devidas orientações;
- V. apresentação prévia dos planos de aulas;
- VI. envolvimento durante o processo de ECS para o desenvolvimento das competências apresentadas no art. 26;
- VII. ética profissional demonstrada no espaço escolar com os educandos, com os professores e com o corpo técnico-administrativo.

Parágrafo único. O comprometimento do estagiário no Campo de Estágio será avaliado pelo Supervisor de ECS em formulário próprio.

Art. 37. Os resultados das produções correspondem aos textos a serem entregues nos prazos estabelecidos e publicados em edital:

- I. Texto sobre observação do campo de estágio;
- II. Texto sobre observação de aulas;
- III. Texto sobre a etapa de participação;
- IV. Texto sobre a etapa de regência.

Art. 38. O Projeto do Estágio corresponde ao planejamento das atividades das etapas de observação, participação e regência pelo acadêmico, seguindo roteiro próprio e as formas de apresentação de trabalhos acadêmicos da UNIVILLE, respeitando o cronograma de ECS e aprovados pelo professor orientador.

Art. 39. Os resultados das atividades práticas correspondem à aplicação das atividades planejadas que compõem a Projeto de Ensino e aplicadas etapa da regência, aprovados pelo professor orientador de ECS e acompanhados pelo professor supervisor.

Art. 40. Para a nota final de Conclusão do Estágio Curricular Supervisionado, serão considerados:

I. adequação das produções escritas inerentes as etapas do Estágio Curricular Supervisionado às Normas de Apresentação dos Trabalhos Acadêmicos da Univille;

- II. cumprimento dos prazos estabelecidos;
- III. adequação linguística;
- IV. reflexão sobre as atividades práticas;
- V. conclusões apresentadas que contribuirão para a docência;
- VI. coerência entre teoria e prática apresentadas;
- VII. organização dos documentos anexos, de acordo com a lista apresentada aos estagiários pelo professor orientador de ECS, que deverão estar devidamente preenchidos, assinados pelos responsáveis e carimbados quando se fizer necessário.

Art. 41. Na apresentação em Seminário, organizado pela Comissão Orientadora de Estágio, o estagiário será avaliado levando-se em conta:

- I. objetividade;

- II. recursos utilizados;
- III. organização e clareza na explanação das ideias;
- IV. relevância dos itens apresentados;
- V. pertinência das respostas as arguições;
- VI. cumprimento do horário definido para a apresentação.

Art. 42. O estagiário só poderá fazer apresentação pública da Conclusão do Estágio Curricular Supervisionado se tiver obtido, no mínimo, nota 7,0 (sete) nos itens I e II do Artigo 31.

Art. 43. A média final do ECS será dada pela média aritmética obtida em cada um dos itens descritos no Art. 31.

Art. 44. São condições para obtenção da aprovação no ECS:

- I. cumprimento efetivo das horas de estágio;
- II. obtenção de, no mínimo, nota média sete (7.0), numa escala de zero (0.0) a dez (10.0).

§1º. Será considerado cumprimento efetivo das horas de estágio a Frequência de 100% em todas as atividades de estágio.

§2º. A Média final sete (7,0) será feita nos termos do art. 43.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 45 O acadêmico é o responsável, único e exclusivo, por qualquer contravenção legal ou administrativa que cometer junto à instituição de ensino ou campo de estágio, ficando sujeito às penalidades previstas no Regimento Geral da UNIVILLE e se responsabilizando por ações civis e criminais.

Art. 46. O ESC por ser considerado um componente curricular em que o estagiário conclui a sua formação inicial, integrando-se em situações reais ligadas à profissão, para a qual está sendo habilitado, e durante a realização das etapas do ESC a nota será publicada no diário no final do processo.

Art. 47. Os alunos não aprovados deverão cursar integralmente o ECS do semestre correspondente à reprovação.

Art.48. Quando necessário, para esclarecer as especificidades de cada modalidade de estágio não contemplada neste regulamento, será feito um informativo complementar aprovado pela Comissão de Estágio do curso que será divulgado no início do semestre letivo por meio de um Edital.

Art. 50. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Estágio, no âmbito de sua competência.

Este regulamento foi aprovado em reunião do CONSUN, no dia xx/xx/2021